



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

MARIA DO CARMO CAMPOS DA SILVA SILVA

**MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES EGRESSOS DO
CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA “MENODORA FIALHO DE
FIGUEIREDO” DE DOURADOS (1971-2001)**

**DOURADOS - MS
2013**

MARIA DO CARMO CAMPOS DA SILVA SILVA

**MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES EGRESSOS DO
CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA “MENODORA FIALHO DE
FIGUEIREDO” DE DOURADOS (1971-2001)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para obtenção do título de Mestra em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade. Área de Concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

**DOURADOS - MS
2013**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central - UFGD

370.71 S586m	<p>Silva, Maria do Carmo Campos da Silva. Memórias e trajetórias de professores egressos do curso de magistério da escola Menodora Fialho de Figueiredo de Dourados (1971 – 2001) / Maria do Carmo Campos da Silva Silva – Dourados-MS : UFGD, 2013. 99 f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Professor – Formação. 2. Professor – Dourados. 3. Curso de Magistério. 4. Escola Menodora Fialho de Figueiredo. I. Título.</p>
-----------------	--

MARIA DO CARMO CAMPOS DA SILVA SILVA

**MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES EGRESSOS DO CURSO DE
MAGISTÉRIO DA ESCOLA “MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO” DE
DOURADOS (1971-2001)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação, na linha de pesquisa de História da Educação, Memória e Sociedade. Área de Concentração: História, Políticas e Gestão da Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado

APROVADA:

___ de _____ de 2013.

Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado - UFGD
(Orientadora)

Prof. Dr. Reinaldo dos Santos - UFGD
(Membro)

Profa. Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá - UFMT
(Membro)

*Ao Meu Deus, que olhaste meus olhos, a sorrir,
Que pronunciaste meu nome, lá na praia,
Onde eu larguei o meu barco, junto a Ti,
E que me fizeste buscar outro mar...*

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria e fortaleza, que me sustentou no decorrer de todo o tempo destinado aos estudos e pela oportunidade de escrever mais essa página em minha trajetória de vida pessoal, profissional e acadêmica.

Ao meu tesouro José, pelo apoio incondicional e incentivo quando retornei para a academia. Pelo carinho dedicado, por entender minhas ausências e a ansiedade no envolvimento com a pesquisa, por me fortalecer e me estimular nos momentos de desânimo, enfim, por acreditar em mim.

Às minhas filhas Anelise e Mariane, presentes de Deus para minha existência. Quando me compreenderam, apoiaram, incentivaram e ajudaram na construção da pesquisa.

À minha irmã Eurides, pela sua competência e dedicação na leitura deste trabalho, uma, duas, muitas vezes. Pelas sugestões sempre oportunas e por fazer parte deste projeto.

Aos meus pais, pelo exemplo, carinho, estímulo constante em todos os meus projetos, pela presença em minha vida.

Ao meu genro, meus irmãos e demais familiares, pelo apoio e torcida para que esta caminhada se tornasse vitoriosa.

Aos colegas de caminhada, Fernando e Heira, pelo apoio, carinho, companheirismo e pelas sugestões e correções em cada parte do trabalho. Também à colega Ane, pelo carinho dedicado nas transcrições de partes das entrevistas.

À Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado, pelo privilégio que sinto em tê-la como orientadora e como amiga, com a qual aprendi o real significado da palavra pesquisa. Companheira, exigente e zelosa no ensinar o que é ser pesquisadora, por compartilhar seus conhecimentos e vivências.

Aos professores Dra. Elizabeth Figueiredo de Sá, Dr. Reinaldo dos Santos e Dra. Maria do Carmo Brazil, pelas observações, apontamentos no momento da qualificação, que contribuíram grandemente para o desenvolvimento deste trabalho. Em especial, pelo carinho com que essas observações foram feitas, encorajando-me para que eu fizesse o melhor.

Aos professores Nilson, Elaine, Elza, Cleocimar, Clara Mariza, Sônia, Ana Lucia, Maria, Claudia, Auria, Zaira, Terezinha, Divanir e Izabel, que participaram desta pesquisa com suas histórias de vida escolar, com seu tempo, suas emoções, seu carinho e receptividade.

Sem os quais não seria possível a realização da pesquisa. Muito obrigada por me possibilitarem escrever, por meio de seus depoimentos, mais um capítulo em minha trajetória.

À diretora Generosa, pela valiosa contribuição sobre a história da escola “Menodora”.

Aos professores doutores que fizeram parte da trajetória acadêmica, Dirce Nei Teixeira, Elisangela Scaff, Ademir Gebara, Diana Vidal e Maurilane Biccias, pela acolhida, pelas contribuições e pelos momentos de crescimento.

Aos colegas do Grupo de Estudo GEPHEMES/UFGD, que me acolheram com carinho, respeito, apoio e amizade.

A todos os colegas da turma de Pós-Graduação 2011, pelo companheirismo e carinho.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar as trajetórias de professores egressos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, do município de Dourados, Mato Grosso do Sul, no período de 1971 a 2001. A delimitação temporal começa com o ano de 1971, por marcar o início do curso de formação de professores nessa instituição de ensino, e encerra em 2001, pelo término do Curso de Magistério na Escola e o ano de conclusão da última turma de formandos. Nesta pesquisa utilizaram-se aportes teórico-metodológicos provenientes da interdisciplinaridade entre Educação, História e História da Educação. A parte bibliográfica tomou como base textos sobre História Cultural, História da Educação, Formação de Professores, Memória e História Oral. Para a construção do objeto e desenvolvimento da pesquisa, foi necessário se apropriar de documentos do arquivo da Escola, como as pastas de ex-alunos e antigos professores do Curso de Magistério, as listas de matrículas, os livros de registros de diplomas, diários oficiais, fotografias, entre outros. Na perspectiva da História Oral foi empregada a técnica da entrevista, com a realização de entrevistas temáticas com os professores egressos do Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”, por meio de um roteiro semiestruturado. A primeira parte do texto contém uma contextualização do espaço onde a escola está instalada, o Estado de Mato Grosso do Sul e a cidade de Dourados, a fim de articular o espaço e o tempo da realidade local com as razões sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais que levaram à instalação de curso público de formação de professores. A segunda parte aborda a história da instalação e consolidação da Escola "Menodora", e também a trajetória do Curso de Magistério, oferecido por 30 anos na instituição. A terceira parte apresenta a análise das entrevistas com os depoentes formados nesse curso de formação e destaca vários aspectos das trajetórias educacionais pesquisados. O resultado delineia a trajetória dos professores egressos do primeiro curso de formação de professores da rede pública da cidade de Dourados, onde são destacadas as razões para a escolha do curso e lembranças marcantes sobre os professores do curso, as disciplinas, as atividades práticas e amizades.

Palavras-chave: Curso de magistério. Formação de professor. Trajetórias de formação.

ABSTRACT

This work aims to analyze the trajectories of the egresses of course to teaching profession of the Escola Estadual Menodora Fialho de Figueiredo, in the city of Dourados, in the period from 1971 to 2001. The year 1971 marks the beginning the course teacher training in this school and 2001 was the end of the course and the year of completion of the last graduating class. In this research it was used of the theoretical-methodological contributions from interdisciplinarity between Education, History and History of Education. The bibliographic part took as the basis the texts on Cultural History, History of Education, Teacher Training, Memory and Oral History. For the construction and development of the research, it were necessary researches in file documents, such as the folders of old alumni and former teachers of the teaching profession, the lists of registrations, the books of records of diplomas, Official Journals, photographs, among others. From the perspective of Oral History was used the technique to interview, conducting thematic interviews with teachers graduates of course to teaching profession of Escola Menodora Fialho de Figueiredo, by means of a semi-structured interview. The first part presents a contextualization of space where the school is installed, the State of Mato Grosso do Sul and the Dourados city, in order to articulate the space and time of the local reality with the social, political, economic, cultural and education reasons that led to the installation of public course of teacher training. The second part broaches the history of installation and consolidation of school "Menodora" and also the trajectory of the teaching course, offered for thirty years in the school. The third part presents the analysis of the interviews with the respondents graduated in this training course, and highlights several aspects of the educational trajectories surveyed. The result delineates the trajectory of the graduates of the first public course teachers training in the city of Dourados, where are highlighted the reasons for choice of the course and striking memories about teachers of the course, the disciplines, the practical activities and friendships.

Keywords: Teaching course. Teacher training. Training paths.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Irmãs Franciscanas em Dourados.....	24
Figura 2 - Escola Oswaldo Cruz em 1975.....	29
Figura 3 - Fachada da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”.....	30
Figura 4 - Decreto de Criação e Integração da Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Menodora Fialho de Figueiredo”.....	33
Figura 5 - Autorização para o funcionamento do Curso de Habilitação para o Magistério.....	34

LISTA DE QUADROS E GRÁFICO

Quadro 1 - Professores pioneiros na cidade de Dourados.....	15
Quadro 2 - Primeiras escolas no município de Dourados.....	20
Quadro 3 – Disciplinas do Curso de Formação de Professores Primários Escola Normal Instituto Educacional de Dourados (1960 a 1966).....	26
Quadro 4 - Mudanças de nomenclatura da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”....	35
Quadro 5 - Atos administrativos referentes à Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”.	37
Quadro 6 - Disciplinas do Curso Habilitação para o Magistério da Escola Estadual de I e II Graus “Menodora Fialho de Figueiredo” (1974-1982).....	41
Quadro 7 - Disciplinas do Curso Habilitação para o Magistério da Escola Estadual de I e II Graus “Menodora Fialho de Figueiredo” (1983-1992).....	44
Quadro 8 - Disciplinas do Curso Habilitação para o Magistério da Escola Estadual de I e II Graus “Menodora Fialho de Figueiredo” (1993-2001).....	46
Quadro 9- Professores do ano de 1975, sua formação e as disciplinas ministradas.....	49
Quadro 10 - Professores que lecionaram nos anos de 1984, 1985, 1988, 1995 e 2001.....	50
Quadro 11 - Formandos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” (1973-2001).....	53
Quadro 12 - Perfil etário, de naturalidade e estado civil dos depoentes.....	68
Quadro 13 - Perfil de formação escolar dos depoentes.....	70
Quadro 14 - Perfil socioeconômico dos pais dos egressos.....	71
Quadro 15 - Fatores de escolha pelo curso de Magistério.....	72
Gráfico 1 – Número de alunos matriculados por ano.....	54

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
1 A GÊNESE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DOURADOS.....	11
1.1 O Estado de Mato Grosso do Sul e a História do Município de Dourados.....	11
1.2 História da Educação de Dourados.....	18
1.3 A Formação de Professores na parte do Antigo Sul de Mato Grosso.....	21
1.4 A Implantação das Escolas de Formação de Professores em Dourados.....	24
2 A ESCOLA ESTADUAL “MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO”: A PRIMEIRA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DOURADOS (MS).....	30
2.1 De Centro Educacional de Dourados a Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”.....	31
2.2 As Atividades de Ensino no Curso de Magistério.....	37
2.3 Os Professores do Curso de Formação de Professores da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo” (1970-2001).....	47
2.4 O Fluxo de Formandos do Curso de Magistério na Instituição.....	52
3 AS TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES EGRESSOS DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA ESTADUAL MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO.....	56
3.1 A História Oral e Memória.....	56
3.2 Apresentando os depoentes egressos do curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”.....	61
3.3 As características dos depoentes egressos do curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”.....	67
3.4 A Escolha pelo Curso de Magistério.....	72
3.5 As “Marcas” do Período da Formação no Curso de Magistério.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES.....	93
ANEXO.....	98

INTRODUÇÃO

Entrar para o campo da pesquisa educacional sempre foi um sonho. E ele aconteceu em um momento pouco esperado. Como Coordenadora Pedagógica da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, estou sempre atendendo aos acadêmicos que procuram a instituição para realizar seus estágios. Em um desses momentos, deparei-me com uma ex-aluna da Escola e sua orientadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), em busca de documentos nos acervos da escola para a sua pesquisa. Durante a conversa, surgiram vários assuntos, entre eles, meus conhecimentos sobre a trajetória da instituição. Foi o motivo pelo qual a Profa. Dra. Alessandra Cristina Furtado convidou-me para apresentar a trajetória da escola, em seu projeto de extensão intitulado “Memória e Patrimônio Cultural da Escola: instrumentos de preservação, organização e registro de sua história”. No decorrer dos estudos para a apresentação, fui percebendo, por meio de minhas memórias, que tudo aquilo fazia parte da minha trajetória de formação e também profissional, pois estudei na Escola “Menodora” desde a 5ª série até o 3º ano do Curso de Magistério, e tempos depois retornei como professora das séries iniciais. Na continuidade dos estudos para o trabalho, fui deparando com muitas informações sobre a escola e encontrei um conjunto de documentos que mostravam a importância histórica da instituição escolar.

Em seguida, concorri como aluna especial e ingressei na Linha de História, Memória e Sociedade, pois meu interesse era escrever a história da escola, diante da descoberta da sua importância. Cursei a disciplina História da Educação, Memória e Sociedade, que considerei um pouco “diferente”, pois sou pedagoga. Ao final da disciplina, preparei-me para entrar como aluna regular na mesma linha.

No contato cotidiano com professores e coordenadores, algumas inquietações surgiram sobre a realidade na qual convivo há 20 anos, o campo da educação básica. Nesse campo existem vários fatores que se relacionam em uma dinâmica no processo educacional, dentre eles, o ensino e aprendizagem, a avaliação, as mudanças educacionais, os acontecimentos históricos, os meios políticos e as relações sociais e culturais e, juntamente com essa gama de fatores, os principais elementos – os sujeitos sociais. Então me perguntava: O professor está preparado? Está realizado com a profissão docente? Como foi sua formação? Por que ser professor?

Essas inquietações acabaram despertando meu interesse pela pesquisa e pelo estudo das trajetórias de formação. Isso fez com que o presente trabalho se dirigisse à investigação das trajetórias de formação docente de egressos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, no período de 1971 a 2001. Para tanto, a pesquisa buscou identificar, por meio dos documentos da escola, quem foram os alunos formados nesse Curso de Magistério, a faixa etária e o perfil desses egressos, o processo de escolarização e a construção das trajetórias dos professores egressos, verificando desde as formas de ingresso na profissão docente até a sua condição atual.

A periodização de 1971 a 2001 ancora-se em momentos importantes da trajetória do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. O ano de 1971 marca o início do Curso de formação de professores nessa instituição. O ano de 2001 sinaliza o término do Curso de Magistério na Escola e o ano de conclusão da última turma de formandos. Convém lembrar aqui que, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a formação do professor das séries iniciais da Educação Básica, passa a ser exigida em nível superior, ou seja, de ser realizada em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidade e institutos superiores de educação (BRASIL, 1996).

O município de Dourados foi escolhido para a realização da pesquisa por ser um importante centro de formação de professores do atual Mato Grosso do Sul (antigo sul de Mato Grosso). Atualmente, o município conta com cinco instituições de ensino superior, a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), a Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS), o Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN), a Faculdade Anhanguera de Dourados e a Faculdade Teológica e Seminário Batista Ana Wollerman, estabelecimentos estes que oferecem cursos na área de formação de professores. Dessas cinco instituições, duas são universidades públicas, duas pertencem à iniciativa privada e uma confessional.

Apesar de ser antiga a história da formação e da profissão docente, estudos de temas como formação de professores, vida dos professores, carreira docente, percursos profissionais, histórias de vida e relatos autobiográficos vêm se destacando nas investigações na área de educação, desde meados dos anos de 1980 no Brasil, assumindo feições distintas, em diferentes momentos históricos e condições socioculturais.

Desse modo, pesquisar um tema como a trajetória de professores egressos do primeiro curso de formação de professores primários da rede pública de Dourados torna-se significativo tanto para a área de educação, quanto para os estudos em História da Educação.

A revisão da bibliografia foi um dos pontos de partida desta investigação. Ao considerá-la como parte da pesquisa sua realização é fundamental para o bom andamento do trabalho, uma vez que possibilita o conhecimento das produções já realizadas. Desse modo, a revisão bibliográfica acaba ultrapassando a condição de um quadro teórico, pois ela vai muito além disso, quando mostra ao pesquisador que é necessário crer que esta etapa do trabalho é o momento pelo qual ele conhece o que já foi produzido, os objetos estudados, as perspectivas metodológicas, o que já é conhecido, como também o que precisa ser produzido nessa temática em estudo.

Dialogar com os pares é um dos primeiros passos para que a pesquisa caminhe na direção certa. Conforme sublinha Alves (1992, p.55), “é na familiaridade com o estado do conhecimento na área que torna o pesquisador capaz de problematizar um tema, indicando a contribuição que seu estudo pretende trazer à expansão desse conhecimento”.

É imprescindível a realização da revisão, uma vez que “a seleção criteriosa de uma revisão de literatura pertinente ao problema significa familiarizar-se com textos e, por eles reconhecer os autores e que eles estudaram anteriormente sobre o problema a ser estruturado” (TRENTINI; PAIM, 1999, p. 68). Esses autores ainda afirmam que “a revisão de literatura ocupa posição introdutória do projeto e, portanto decide as bases intelectuais em que a lógica da pesquisa está sendo estruturada” (TRENTINI; PAIM, 1999, p. 65).

Com o objetivo de situar este trabalho na área da Educação, para demonstrar a sua relevância diante da escassez de pesquisas sobre essa temática, sobretudo na historiografia educacional, elaborou-se um levantamento dos estudos realizados sobre o tema, nas produções existentes em teses, dissertações, livros, artigos e periódicos. Para esse levantamento, consideraram-se as categorias trajetórias escolares e trajetórias de formação docente.

Dentre os trabalhos de mestrado e doutorado encontra-se a tese de Écio Antonio Portes, intitulada “Trajetórias Escolares e Vida Acadêmica do Estudante Pobre da UFMG”, defendida em 2001, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nessa tese, o autor busca compreender a trajetória escolar e as vivências universitárias de um grupo de estudantes, oriundos da classe pobre da sociedade, que tiveram acesso, por meio de vestibulares, a cursos considerados para a elite, ou seja, cursos altamente seletivos. A leitura dessa tese foi importante em relação às análises das trajetórias escolares e às vivências dos estudantes universitários.

A tese de Hiromi Shibata, “Da Casa de Pau-a-pique aos Filhos Doutores: Trajetórias Escolares de Gerações Descendentes Japoneses”, defendida em 2009, na Universidade de São

Paulo (USP), investiga uma das marcas da distinção japonesa: o empenho pela educação dos filhos e busca a compreensão das trajetórias escolares dos alunos e as formas de transmissão doméstica do capital cultural. A importância dessa leitura para a pesquisa se dá, principalmente, quando se analisam as trajetórias escolares dos sujeitos investigados e a relação entre a família e a escola.

A dissertação de Nilzete Teixeira Maçaneiro, “O Professor e sua Profissionalidade Docente: Investigando os Sentidos Possíveis”, defendida em 2006, na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), busca analisar, por meio das trajetórias de formação profissional, os sentidos possíveis atribuídos pelos professores ao processo de constituição de sua profissionalidade. A contribuição dessa leitura foi principalmente quanto às dimensões dos questionamentos, que se basearam em cinco momentos: a trajetória profissional, a opção pela profissão, a formação institucionalizadora e os ideais de profissionalização. Nesses pontos é possível ver a percepção das entrevistadas quanto ao seu próprio processo de desenvolvimento profissional.

A tese de Isabel Alice Oswald Monteiro Lelis, intitulada “A Polissemia do Magistério, entre Mitos e Histórias”, defendida em 1996, na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), parte de análises de trajetórias de professoras que atuam em escolas públicas e particulares. Esse trabalho tem três eixos constitutivos: as entradas na profissão, as disposições e as estratégias desenvolvidas com as crianças e os modos de ensinar e saberes docentes que contribuíram na sua vida e no seu trabalho.

Os dois últimos trabalhos referenciados estão contribuindo para esta pesquisa no sentido de investigar as experiências docentes observadas na trajetória de formação e a prática no exercício da docência.

Em outra dissertação com temática voltada para a questão do Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM), elaborada por Diego Moreira, intitulada “Trajetórias de Formação e Profissionalização de Egressos do CEFAM de São Miguel Paulista”, defendida em 2008, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), tem seu foco no curso de formação de professores para o exercício da docência nas séries iniciais da educação básica, oferecido por instituição específica para esse fim, o CEFAM. A pesquisa tem três pontos básicos para seu desenvolvimento: a caracterização do Projeto CEFAM; a trajetória de estudos dos egressos do CEFAM sob estudo; a trajetória de profissionalização desses egressos do CEFAM. Esse trabalho auxilia a pesquisa na questão relacionada às trajetórias de egressos de curso de formação.

Esta revisão da literatura sobre trajetórias, sejam escolares, de formação ou de profissionalização, permite verificar que elas têm proximidade uma com as outras e também com a temática desta pesquisa, o que as distingue são as posições dos sujeitos investigados, uns são alunos e outros são professores.

No que diz respeito à produção sobre os temas ligados à formação e à profissão docente em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, foi possível localizar dois trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal de Mato Grosso.

Um dos trabalhos foi o de Simião (2006), intitulado “O Processo de Profissionalização Docente em Mato Grosso”, que procura verificar como aconteceu o processo de profissionalização da docência, em Mato Grosso, gerado pelas relações estabelecidas entre o professor e o Estado, buscando identificar as diversas fases e os fatores desencadeadores do aparecimento do movimento associativo.

Outro trabalho encontrado foi o de Ferreira (2010). A autora publicou artigos e trabalhos em anais de eventos sobre a profissionalização docente em Mato Grosso, reportando o trabalho desenvolvido pelo Centro de Treinamento do Magistério em Cuiabá, na formação de professores primários. O artigo, intitulado “O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e a Profissionalização Docente em Mato Grosso”, apresenta uma discussão sobre o processo de profissionalização docente ocorrido em Mato Grosso, a partir do trabalho desenvolvido no referido Centro, na década de 1960. Para tanto, a autora analisou documentos e depoimentos de professoras em exercício no período em estudo.

No levantamento bibliográfico realizado, a tese de Isabel Alice Oswald Monteiro Lelis e a dissertação de Diego Moreira são os trabalhos que mais se aproximam da pesquisa aqui realizada. Entretanto, se distanciam quanto ao objeto de estudo, ao lugar no qual foi efetuada a pesquisa e ao período estudado, e também ao enfoque, pois alguns são da área da sociologia e não da educação.

Diante do exposto, pode-se observar que a produção sobre as trajetórias de formação e profissionalização docente ainda carece de estudos no Brasil e que essa realidade não é diferente nas produções na área de educação, em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, pois, como revelou a revisão bibliográfica efetuada, são poucas as produções com essas temáticas e especificamente na área da educação. Desse modo, espera-se que esta pesquisa possa contribuir para futuros estudos sobre a história das trajetórias de egressos de curso de

formação de professores em Mato Grosso do Sul¹ e, mais especificamente, para o município de Dourados e região.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizaram-se os aportes teórico-metodológicos provenientes da interdisciplinaridade entre Educação, História e História da Educação. A parte bibliográfica tomou como base leitura de textos sobre História Cultural, História da Educação, Formação de Professor, Memória e História Oral. Recorrendo, assim, aos estudos de Tanuri (1979), Nóvoa (1992), Marques (1992), Bloch (1994), Montenegro (1994), Gatti (1996), Pimenta (2002), Hilsdorf (2003), Bosi (2004) e Vidal (2001, 2009).

Le Goff (1990) nos diz que a memória é construída historicamente pelos sujeitos nas suas relações. Segundo o autor, é crucial compreender o conceito de memória, reportando-a para a capacidade mental de armazenamento de informações, sejam de experimentações ou de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, e de trazer essas informações à tona quando necessárias. Sob esse aspecto, a memória se remete ao campo das funções psíquicas, no qual se podem atualizar as informações e impressões de um passado consolidado no presente.

Bosi (2004) reflete em sua obra, por meio das lembranças dos “velhos”, alguns pontos, dentre eles, a memória social, ancorada na velhice, fase esta da vida inevitável para a maioria, e que muitos simplesmente a ignoram. Quando se fala da velhice, visualiza-se alguém às margens, sem voz nem vez; porém, essas pessoas continuam sendo alguém, que têm história, são história e fazem história. Essa história, na maioria das vezes, está presente apenas na memória e na lembrança dessas pessoas; as lembranças são fragmentos da história, por meio dos quais nos situamos nos tempos e lugares dos acontecimentos.

Atualmente, têm se tornado importante os estudos realizados por meio da história oral, pois eles acabaram atribuindo novos significados aos depoimentos, que hoje são considerados fontes e também instrumentos para a preservação da memória. Com a nova história cultural e uma busca pela relação entre o presente e o passado, os relatos orais voltaram a ser utilizados como fontes e recursos na construção da história. Segundo Meihy (1996, p.18), “a história oral implica uma percepção do passado como algo tem continuidade hoje e cujo processo histórico não está acabado”.

Hoje a história oral vem ao encontro das novas formas de compreender e escrever a história. É considerada uma revolucionária metodologia de pesquisa qualitativa utilizada para valorizar as memórias e recordações de indivíduos. É um método por meio do qual se coletam as informações, com a técnica do registro de voz, por meio de entrevistas gravadas, com

¹É importante deixar registrado aqui que, antes do desmembramento de Mato Grosso, a parte onde se situa Dourados pertencia ao antigo sul de Mato Grosso (atual Mato Grosso do Sul).

peessoas que vivenciaram alguns fatos, acontecimentos ocorridos em determinados momentos, particularidades, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea e podem testemunhar sobre esses fatos.

Para Amado e Ferreira (1996), a história oral, entendida como metodologia, nos remete a uma dimensão técnica e teórica, permitindo aprofundar nas relações entre a memória e a história e nas inter-relações entre a história oral e história do tempo presente.

A história oral teve uma conturbada trajetória, pois nem sempre foi aceita como meio fidedigno de construção da história, principalmente pelos próprios historiadores. Para entender melhor a importância da história oral é preciso percorrer pelas várias concepções que lhe são atribuídas. Em alguns momentos, ela é concebida como técnica ou método, em outros, uma ferramenta ou até mesmo um instrumento. Mas, hoje, a maioria dos pesquisadores em história oral a concebe como uma metodologia científica de abordagem qualitativa, que é utilizada para registrar, por meio de gravações, as histórias referentes à vida social de pessoas. Histórias estas sempre do tempo presente.

Nessa perspectiva, autores como Alberti (1990) e Meihy (1994) congregam com essa definição da história oral. Para Alberti (1990, p.118), a história oral é definida como “um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica, etc.) que privilegia a realização de entrevista com pessoas que testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo como forma de se aproximarem do objeto em estudo”. No entendimento de Meihy (1994, p.13),

História oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas. Ela é sempre uma história do tempo presente e também conhecida por história viva. Como história dos contemporâneos, a história oral tem de responder a um sentido de utilidade prática e imediata. Isto não quer dizer que ela se esgote no momento da apreensão e da eventual análise das entrevistas. Mantém um compromisso de registro permanente que se projeta para o futuro sugerindo que outros possam vir a usá-la.

Como este trabalho tem como objeto a trajetória de professores egressos do Curso de Magistério, a partir de seus depoimentos, a metodologia que mais se identifica com esta pesquisa é a história oral, que tem como recurso principal a memória do depoente. Diante dessa perspectiva, optou-se em suscitar as versões dos acontecimentos, por meio da metodologia da história oral e da técnica da entrevista como um dos principais recursos teórico-metodológicos de desenvolvimento desta pesquisa. A importância da história oral para a história das trajetórias dos professores egressos do Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo” é pelo fato de trabalharmos com um tema do tempo

presente. E também do objeto da pesquisa fazer parte do cotidiano da maioria dos profissionais docentes presentes no espaço local e temporal, no qual este está inserido.

A utilização da história oral, na busca das “Trajetórias dos Egressos do Curso de Magistério da Primeira Escola Pública de Formação de Professores no Município de Dourados”, deve-se ao fato de esta pesquisa ser realizada com pessoas do tempo presente, pessoas estas que têm histórias vivas. Outro fator tão importante quanto a este é por causa da metodologia da história oral proporcionar um maior envolvimento entre depoente e pesquisador, em busca do conhecimento e da história por meio da memória tanto individual quanto coletiva, memórias essas de pertencimento dos dois.

Em se tratando de história oral, a preparação das entrevistas é parte fundamental no processo. Tudo deve ser muito bem-planejado, pois a utilização da técnica de entrevistas com depoimentos orais tem momentos cruciais para seu desenvolvimento.

A ética e a seriedade do pesquisador são essenciais para dar credibilidade a essa importante proposta metodológica de coleta de dados, que vem cada vez mais sendo utilizada, principalmente em programas de pós-graduação no Brasil e em outros países. O diferencial da metodologia da história oral é a proximidade do pesquisador com seu objeto de pesquisa, porém essa proximidade não pode interferir na construção do objeto. É importante salientar que só é considerado história oral, o trabalho desenvolvido com o registro das narrativas das lembranças ou memórias por meio dos recursos midiáticos, principalmente o gravador. Como a metodologia da história oral utiliza a técnica da entrevista com o registro da informação viva por meio do gravador, foram desenvolvidas as seguintes técnicas de procedimentos:

- a) antecedentes à entrevista: elaboração do plano de história oral (Apêndice A) e a preparação do pesquisador e da equipe, procedimentos técnicos de preparação: pessoas, recursos e ambiente;
- b) realização da entrevista: técnicas básicas, caderno de campo e as tecnologias;
- c) sistematização da entrevista: processamentos, degravação e transcrição; e a análise do trabalho realizado pela equipe.

Um documento obrigatório que teve que ser assinado pelos depoentes em cada entrevista foi o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE) com alguns pontos importantes: identificação da instituição, identificação do trabalho, identificação de depoente, declaração explícita do entrevistado da sua ciência e compreensão do procedimento do trabalho, declaração de responsabilidade do pesquisador, e a chancela dos documentos (Apêndice B).

Por ser uma entrevista temática, com depoentes de perfis e com faixa etária diferenciados, estabeleceu-se um roteiro semiestruturado (Apêndice A). Quanto ao recurso foi utilizado um gravador de voz digital, com capacidade para 266 horas e 30 minutos de gravação. A dificuldade de manuseio foi intermediária, não muito fácil, mas não complexo que pudesse interferir nos trabalhos. Para a degravação foram utilizados computadores de mesa e também tipo *netbook*.

Foi realizado um planejamento inicial para o desenvolvimento das ações, destacando os caminhos a percorrer, os procedimentos metodológicos, os recursos, as técnicas e os meios para alcançar os objetivos. Em um segundo momento, organizou-se o relatório de preparação com documentos, fichas, caderno de campo e roteiro da entrevista (Apêndice A). No terceiro momento, realizaram-se as entrevistas apenas com registro de voz (Anexo A). No quarto e último momento, foi feito o processamento das entrevistas, com edição, transcrição e análises delas.

O trabalho foi organizado conforme as seguintes etapas:

- a) busca pelos depoentes nos documentos do arquivo da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”;
- b) seleção dos critérios para escolha dos depoentes;
- c) localização dos depoentes;
- d) agendamento das datas, dos horários e locais das entrevistas;
- e) realização das entrevistas.

Todo o trabalho foi desenvolvido por uma equipe composta do entrevistador, do depoente e de um colaborador para a degravação posterior das entrevistas.

A pesquisa foi construída, ainda, a partir das fontes documentais. A pesquisa documental foi realizada principalmente no arquivo da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, nas pastas de ex-alunos e antigos professores do Curso de Magistério da Escola. Desse modo, recorreu-se às listas de matrículas, atas dos resultados finais, pastas de alunos, livros de registros de diplomas, diplomas, decretos, diários oficiais, fotografias, entre outros. Toda essa documentação era referente ao Curso de Magistério e aos alunos do referido curso. Outros locais pesquisados foram o Centro de Documentação Regional da Faculdade de Ciências Humanas da UFGD e o Museu Histórico de Dourados.

Então, o resultado desta pesquisa está presente no desenvolvimento deste trabalho que é composto de três capítulos. O primeiro capítulo, intitulado “A Gênese da Formação de Professores em Dourados”, aborda a contextualização do espaço onde se instalou a escola, no Estado de Mato Grosso do Sul e na cidade de Dourados, com vista a articular o espaço e o

tempo da realidade local com os motivos sociais, políticos, econômicos, culturais e educacionais que levaram à instalação de escolas normais e de um curso público de formação de professores, nessa região.

O segundo capítulo, intitulado “O Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”: Primeira Instituição Pública de Formação de Professores Primários de Dourados e Região”, apresenta a história dessa instituição escolar, bem como a trajetória do Curso de Magistério desde sua implantação em 1971 até o seu término em 2001.

No terceiro capítulo, intitulado “Trajetórias de Professores Egressos do Curso de Magistério da Escola ‘Menodora Fialho de Figueiredo’”, são apresentadas as análises das entrevistas, obtidas com a metodologia da história oral e a técnica da entrevista, com depoentes egressos do primeiro curso público de formação de professores da cidade de Dourados. Ressaltam-se diversos elementos das trajetórias escolares dos sujeitos pesquisados.

1 A GÊNESE DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DOURADOS

O objetivo deste capítulo é compreender a gênese da formação de professores em Dourados, um município situado no Estado de Mato Grosso do Sul, na parte considerada como sul do antigo Estado de Mato Grosso². Para abranger tal gênese foi necessário compreender, primeiramente, os contextos: social, cultural, econômico e político do desenvolvimento de Dourados, para, posteriormente, tratar a questão da formação de professores no município.

O município de Dourados está localizado no Estado de Mato Grosso do Sul, que é considerado novo, pois sua emancipação ocorreu há apenas trinta e cinco anos. A criação do Estado aconteceu no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, a partir do desmembramento do Estado de Mato Grosso.

1.1 O Estado de Mato Grosso do Sul e a História do Município de Dourados

A questão do desmembramento do Estado de Mato Grosso em dois novos Estados tem suas origens relacionadas às questões de ordem histórica e econômica. O Estado de Mato Grosso era considerado grande e de difícil governabilidade, pois a extensão dele dificultava sua administração, levando a uma tendência em atender mais uma região do que a outra. Na verdade, Mato Grosso sempre foi dual – norte e sul -, por diferenças geográficas, históricas, administrativas e culturais (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991).

A difícil governabilidade era por causa das questões políticas, econômicas, culturais, de posse de terras e latifúndios. O desenvolvimento econômico do Estado teve grandes diferenças regionais, pois, enquanto o “norte teve seu crescimento econômico no início do século XVII com a chegada dos bandeirantes”, [...], o sul começou no século XIX, com o surgimento das fazendas de gado ao longo dos rios” (MENDES, 1997, p. 32).

O maior interesse pelo desmembramento de Mato Grosso surgiu pela dificuldade em atender as necessidades da região sul do Estado, na mesma proporção em que a região norte era atendida. O desenvolvimento da parte sulina era prejudicado em favor do norte do Estado.

²O atual Estado de Mato Grosso do Sul foi criado por meio da Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, por desmembramento do antigo Mato Grosso, e foi implantado em 1º de janeiro de 1979. As expressões “antigo Mato Grosso” ou “Mato Grosso uno” são usadas como referências ao Mato Grosso antes do desmembramento. Neste trabalho, será utilizada a abreviatura SMT como referência ao antigo sul de Mato Grosso, quando a história política dos dois Estados se igualou.

Nessa perspectiva, a região norte foi prioritariamente beneficiada pelo poder público e também pelos investimentos dos grandes proprietários. Essa dualidade foi gerando um descontentamento nos habitantes da região sul, que ansiavam pelo desmembramento do Estado, principalmente pelas questões políticas e econômicas.

Apesar dos anseios da população do sul do Estado, Mato Grosso do Sul teve sua emancipação tardia, mas os movimentos que ansiavam por esse desmembramento sempre existiram. A esse respeito, Campestrini e Guimarães (1991, p. 139) assim se expressam:

A primeira tentativa de se criar um novo estado ocorreu, de forma esdrúxula. Em 1892, por iniciativa de alguns revolucionários sobe as ordens do coronel Barbosa; anos depois, o líder Vacaria João Caetano Teixeira Muzzi, inspirado nas idéias divisionistas do advogado gaúcho Barros Cassal (radicado em Nioaque), criava o Partido Autonomista, para propagá-las; Jango Mascarenhas e Bento Xavier também defenderam, a seu modo, a autonomia do sul, principalmente depois de se convencerem de que estavam sendo usados por líderes do norte.

Além das questões históricas e econômicas favorecedoras do desmembramento do Estado, outro fator de bastante influência estava relacionado às questões políticas. Várias tentativas de desmembramento ocorreram de forma precipitada, desviando-se dos reais objetivos, partindo para interesses particulares de alguns revolucionários que almejavam independência política e social, ocorrendo, assim, de forma excêntrica e sem fundamento.

Após quarenta e sete anos do movimento separatista e em meio a tantas lutas, segundo Greesler e Swensson (1988), o Estado de Mato Grosso do Sul é criado pela Lei Complementar nº 31/1977. Como previsto na lei de criação, quase dois anos depois, em 1º de janeiro de 1979, ele é instalado.

Os principais motivos do desmembramento ficaram claramente definidos no próprio discurso do Presidente Ernesto Geisel na ocasião da assinatura da referida Lei Complementar. Campestrini e Guimarães (1991) ainda relatam que, na ocasião da assinatura da documentação referente ao desmembramento do Estado de Mato Grosso, o Presidente Ernesto Geisel afirmou a necessidade dessa divisão quando proferiu seu discurso:

Foi preocupação do meu governo abrir o caminho no sentido de uma melhor divisão territorial do país. Considero isso uma necessidade. Necessidade decorrente, em primeiro lugar, da disposição geográfica; decorrente também do desenvolvimento do país e sobretudo da ocupação, da utilização de novas áreas que até agora jazem apenas em estado potencial. Mas decorrente igualmente de uma necessidade de ordem política, tendo em vista um melhor equilíbrio da federação nos dias de amanhã. (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 1991, p. 140).

Paralelo às mudanças econômicas, sociais culturais e políticas ocorridas no contexto local, aconteceram, também, as mudanças no campo educacional, como as legislações, criação de escolas e implantação de novos cursos. Essas mudanças ocorriam tanto no contexto nacional como em Dourados.

Antes de adentrar nas questões relativas ao desenvolvimento da região, é necessário conhecer e compreender a própria constituição do município. A região que hoje é Dourados teve sua constituição populacional ainda no século XIX. Porém, nesse período, essa região pertencia aos povos indígenas de diferentes etnias que, mesmo antes da colonização, já habitavam a região.

A história do povoamento e colonização do Município de Dourados tem suas raízes nos primitivos grupos indígenas que habitavam a região, os quais eram senhores absolutos das terras. Pertenciam principalmente às tribos Terenos e Caiuá, cujo descendentes ainda podem ser encontrados em uma reserva indígena, localizada ao lado do perímetro urbano de Dourados (REVISTA..., 1985, p. 2).

Posteriormente, a expansão do núcleo populacional de Dourados foi marcada por dois períodos. Em um primeiro momento, teve como primeiros habitantes, “migrantes do Rio Grande do Sul, imigrantes do Paraguai e os nativos da terra, os índios”³ (LUNA; ALVES, 2007, p. 9).

O segundo momento aconteceu após a guerra entre o Brasil e o Paraguai, período este compreendido entre os anos de 1864 e 1870, quando “o povoamento ficou praticamente paralisado” (LUNA; ALVES, 2007, p. 17). Porém, no pós-guerra, o povoamento foi retomado com mais intensidade, atraindo diversas pessoas de diferentes regiões. Entre as pessoas que aqui se estabeleceram, destacou-se um grande número de ex-combatentes da guerra, gaúchos da Revolução Federalista e trabalhadores da Companhia Mate Laranjeira. Todos vindos para o pequeno povoado em busca de terras férteis e riquezas nativas.

As riquezas nativas eram compostas basicamente de grandes campos de erva-mate. A existência de enormes ervais na região chamou a atenção de Thomaz Laranjeira, um migrante de Bagé, RS, um dos responsáveis pelo abastecimento da Comissão⁴ de demarcação dos limites entre o Brasil e o Paraguai. Thomaz Laranjeira era um conhecedor do grande consumo de erva-mate na região sul do continente e da grande quantidade da planta nativa nessa região,

³Os primeiros habitantes do município de Dourados foram os índios. Hoje, indígenas de três etnias vivem na Reserva Indígena de Dourados: Kaoiwá, Terena e Guarani.

⁴“Comissão de demarcação composta por representantes do Paraguai e do Brasil, acompanhada por um contingente militar composto de 50 infantas e 10 cavalarianos e de uma equipe particular contratada para o abastecimento” (GREESLER; SWENSSON, 1988, p.28).

por isso, ele decidiu nela permanecer, depois de encerrados seus trabalhos, com a intenção de industrializar e comercializar a erva-mate nativa.

Foi nesse período que a Companhia Mate Laranjeira surgiu de uma concessão imperial ao comerciante Thomaz Laranjeira, por serviços prestados na Guerra do Paraguai. Thomaz Laranjeira trouxe do sul do país trabalhadores que conheciam o manejo da erva-mate, iniciando o ciclo de extração dela. Além dos fazendeiros, foi utilizada a mão de obra de índios da região e de paraguaios⁵. A Companhia utilizou, de forma intensa, ao longo da sua história mão de obra indígena, principalmente das etnias Kaiowá e Guarani, na exploração de erva-mate. Os trabalhos da Companhia Mate Laranjeira, nessa região, permaneceram de 1874, quando se iniciou a exploração das matas, até 1943, quando Getúlio Vargas assume o poder, anulando a concessão das terras e exigindo a retirada da Companhia. Segundo Luna e Alves (2007, p. 26):

A Companhia Mate Laranjeira é considerada a primeira empresa extrativista de vulto e teve papel importante para o povoamento da região que hoje é Dourados. Tudo começou com Tomaz Laranjeira, um gaúcho que veio a serviço no período da guerra do Brasil contra o Paraguai, e, após a guerra resolveu ficar na região porque tomou conhecimento do grande mercado consumidor de erva-mate no sul do continente. Descobriu que havia numerosos ervais inexplorados e descobriu também que tinha muita gente que podia trabalhar na extração da erva-mate como mão-de-obra, que eram os índios e os próprios paraguaios, então, resolveu ficar e industrializar a erva-mate nativa.

A influência da Companhia Mate Laranjeira foi importante para a ascensão do município de Dourados, conforme mencionam Greesler e Swensson (1988, p. 29-30),

De maneira geral, pode-se afirmar que a Companhia Mate Laranjeira exerceu uma moderada influência no povoamento da Região Meridional do estado de Mato Grosso do Sul, fato este que pode ser justificado devido à grande mobilidade espacial de seus trabalhadores e em virtude da função itinerante da exploração da erva-mate. Em termos históricos o grande papel exercido por esta companhia foi o da preservação do quadro natural e da posse de terras pelo Governo do Estado de Mato Grosso até o início do século XX. Esta situação favoreceu o processo de colonização no atual estado de Mato Grosso do Sul a partir de 1943.

Mesmo com todos os entraves ocorridos entre a Companhia Mate Laranjeira e os pioneiros de Dourados, não se pode negar que a referida Companhia trouxe grandes contribuições para o progresso da região. Foi por meio de suas influências que se abriram

⁵O papel dos paraguaios foi de suma importância por se constituírem em mão-de-obra especializada e barata, além de falar o espanhol e o guarani, o que facilitou o aliciamento de indígenas para as atividades ervateiras. (GREESLER; SWENSSON, 1988, p.28).

estradas, construíram-se portos, melhoraram os meios de transportes e aumentou significativamente a população local. Uma importante preocupação dessa Companhia foi em relação à escolarização para a população, que providenciou a construção de “um grande grupo escolar, cuja frequência era de 400 alunos diariamente” (GREESLER; VASCONCELOS, 2005, p. 81).

Ao retornar, ainda, a questão dos primeiros habitantes migrantes em Dourados, convém lembrar que esses se estabeleceram a partir de 1884, formando o povoado de São João Batista de Dourados. O nome é explicado pela sua origem “ligada ao rio que ficava próximo da região que tinha muitos peixes dourados [...]” (LUNA; ALVES, 2007, p. 6). Depois recebeu o nome de Vila das Três Padroeiras e, em 1914, criou-se o Distrito da Paz.

Um dos primeiros pioneiros, branco, a chegar nessa região, em 1884, foi o senhor José Serrano, instalando-se, mais precisamente, na região do Guassu, hoje distrito do município de Dourados. E, “no ano seguinte em 1885, chegou Francisco Xavier Pedroso com sua família e fundou a fazenda Amparo.” (LUNA; ALVES, 2007, p. 11).

Novos pioneiros foram chegando ao povoado, vindos de diferentes lugares e de alguma forma contribuíram para a emancipação do município. Dentre eles, os primeiros professores, conforme mostra o Quadro 1, com os respectivos anos de chegada ao povoado e o Estado de origem desses docentes.

Quadro 1 – Professores pioneiros na cidade de Dourados

Nomes	Origem	Ano da chegada
Balbina de Mattos Carvalho	Missões Gaúcha/RS	1902
Antonio Elias de Carvalho	Faxina/SP	1902
Manoel Santiago de Oliveira	São Luiz Gonzaga/RS	1905
Pedro Borges	São Luiz Gonzaga/RS	1915
Ernani Rios	Uruburetama/MG	1925
Gonçalo Nunes da Cunha	Poconé/MT	1933

Fonte: Elaborado pela autora com base em Luna e Alves (2007).

A partir dessas identificações, relacionadas no Quadro 1, verifica-se que o ensino na região de Dourados, em seus primórdios, recebeu a colaboração de professores provenientes, em sua maioria, da região Sul do Brasil, embora com outros de regiões diferentes, do norte de Mato Grosso, e dos Estados de Minas Gerais e São Paulo. A presença do sexo feminino é apontada entre os pioneiros apenas na função de professoras, demonstrando que esse seria o caminho possível para serem destacadas na sociedade local.

Segundo Campestrini e Guimarães (1991), o município de Dourados foi criado durante o período da segunda República (1930-1945), e foi crescendo lentamente, em virtude das dificuldades de acesso, comunicação e transporte. Mesmo com todas as dificuldades apresentadas e a precariedade de recurso básico para habitação, a região chamou atenção de muitas pessoas em busca de riqueza e de novas terras, principalmente pela qualidade do solo.

A fertilidade do solo fez com que Dourados se tornasse um município em ascensão, com grande aumento populacional. Esse aumento ocorreu em consequência do processo migratório, provocado pelos avanços no contexto nacional, e também da vinda de pessoas de diferentes regiões do país.

Assim, Dourados tornou-se logo um lugar de nova gente em busca do progresso e da riqueza. Essa riqueza motivou o povoamento da região, atraindo “paulistas, gaúchos, baianos e outros, para transformar o que eram matas virgens em plantações de café, milho, arroz, mandioca e cana-de-açúcar” (LUNA; ALVES, 2007, p. 28). No entendimento de Biasotto e Tetila (1991), graças à disseminação do plantio de soja, o movimento migratório, na região de Dourados, se fez mais intenso que nas demais regiões do país.

Retomando a questão do povoamento de Dourados, convém lembrar que outro momento de aumento populacional foi no período da implantação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados (CAND), que se deu pelo Decreto nº 5.941, de 28 de outubro de 1943:

Art. 1º - Fica criada a Colônia Agrícola Nacional “Dourados”, no Território Federal de Ponta Porã (C.A.N.D), na região de Dourados, em suas terras a serem demarcadas pela divisão de terras e colonização do Departamento Nacional de Produção Vegetal e Ministério da Agricultura. (BRASIL, 1943).

A instalação da Colônia propiciou aberturas de frentes de trabalho na cultura do café e do algodão, com agricultores vindos do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e de Estados do Nordeste brasileiro. A esse respeito, Greesler e Swensson (1988) registram que a Colônia de Dourados foi a que mais se destacou, pois recebeu um maior número de colonos nordestinos e de outras origens, como de São Paulo e do Paraná.

Além das frentes de trabalho, foi propiciado pela instalação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados um grande progresso na infraestrutura da cidade, com aberturas de estradas, construção de casas, de pontes e também a construção de escolas. Em realidade, a sua influência foi marcante no desenvolvimento da cidade, pois, com sua instalação, ocorreu uma rápida expansão demográfica, com muitas famílias migrantes assentadas nessa Colônia.

De acordo com o relatório do primeiro administrador da Colônia, nota-se a contribuição desta:

[...] apesar dos poucos recursos de que dispunha a administração da Colônia, com seus 300.000 hectares, verificamos que o futuro da mesma estava na sua ligação com a região oeste do Estado de São Paulo [...], nos propusemos a fazer o primeiro trecho da estrada que fazia a ligação Dourados-Rio Brillhante [...]. Assim começamos nossa obra pioneira porque à medida que íamos desmatando a floresta virgem [...], fomos loteando as terras em face da grande quantidade de colonos [...], distribuímos 1.000 lotes e construímos 200 casas de madeiras para os colonos [...], Construímos ainda uma serraria, uma marcenaria, uma serralheria, uma olaria, um galpão para máquinas e almoxarifado. Dos nossos trabalhos contam também a construção de 12 escolas em prédios de madeira e dois postos médicos, assistidos pelos inesquecíveis Drs. Camilo e Nelson (GREESLER; SWENSSON, 1988, p. 85).

Posteriormente à criação da Colônia Nacional de Dourados, em 1946, o prefeito municipal de Dourados João Augusto Capilé Junior, por meio do Decreto nº 70, de 9 de outubro de 1946, estabeleceu o regulamento da Colônia Municipal de Dourados. A área destinada a essa Colônia já era garantida pelo Decreto nº 616, de 20 de janeiro de 1923, do Presidente do Estado de Mato Grosso.

Com a regulamentação da Colônia Municipal de Dourados, é importante destacar dois artigos que a compõem, em virtude de eles garantirem a escolarização da população, fator fundamental para o desenvolvimento da cidade. Os artigos garantem, juntamente com os demais direitos e deveres dos colonos, o acesso e garantia de escolarização aos seus filhos, sob pena de perderem o direito às terras concedidas.

O primeiro artigo a ser destacado é o de número 22, que dá garantia aos filhos dos colonos de estudar (Decreto nº 70). Em seu teor prescreve que “Art. 22º - Os filhos dos Colonos terão instrução primária Gratuita”. O segundo artigo a ser ressaltado trata da obrigação dos pais em manter os filhos estudando, sob pena de aplicação de multa, com a seguinte redação: “Art.38º - É obrigatória a frequência à Escola de Instrução primária, aos filhos dos colonos. A desobediência dessa exigência importará na multa de Cr\$ 100,00 para os pais dos menores e da efetivação do comparecimento por intermédio da autoridade policial”. (Decreto nº 70).

Nessa perspectiva, é possível notar que a escolarização estava presente em todos os momentos do processo de desenvolvimento da região. Nos primórdios, era praticada nas residências e nas colônias agrícolas instaladas, tanto na municipal, que inseriu penalidades aos pais que não encaminhassem seus filhos para as escolas, como na federal, onde foram construídas escolas para atender os filhos dos colonos.

O movimento de expansão demográfica de Dourados proporcionou transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Com as mudanças surgiram também alguns problemas, como a urbanização acelerada, o início da industrialização e a escolarização dos habitantes.

Em linhas gerais, pode-se dizer que a colonização do município ocorreu de forma rápida e intensa, pois a região de Dourados estava localizada na parte sul do Estado e fazia parte das áreas de interesse dos planos políticos do projeto do Estado Novo⁶, que visava à construção de uma nova ordem social para o desenvolvimento do país. A esse respeito, Fernandes e Freitas (2003, p. 1, grifo dos autores) destacam que:

A colonização mudou o cenário rural e urbano do município e região, na medida em que provocou a vinda de um grande número de trabalhadores e de famílias (principalmente nordestinas) extremamente pobres. Nesse novo cenário, em razão das exigências da acumulação capitalista — entre elas a reprodução da força de trabalho, a socialização desta e a produção da “harmonia” social necessária à mesma — e em sintonia com o projeto nacional, é que se vai verificar a promoção de políticas sociais, na região, entre elas a política educacional.

O avanço no povoamento da região despertou o interesse das classes políticas em investir em novas práticas sociais, dentre elas, aquelas voltadas para o setor educacional. Porém, o processo educacional do município de Dourados foi de forma lenta e gradativa, não se diferenciando do contexto educacional de Mato Grosso e do Brasil.

1.2 A História da Educação em Dourados

A educação em Dourados passou por várias fases. Inicialmente, foi oferecida pelas famílias em suas próprias casas e, posteriormente, nas fazendas em lugares organizados e cedidos pelos fazendeiros. Fernandes e Freitas (2003, p.5) registram que “as crianças eram alfabetizadas em casa pela própria família, e quando muito por algum professor itinerante, que ia às fazendas e sítios para realizar essa tarefa”.

Essa fase de escolarização, com professor itinerante, iniciou-se em 1905, com a chegada do professor Manoel Santiago de Oliveira. Conforme sua biografia, encontrada no Arquivo da Escola Manoel Santiago, o professor lecionava na escola situada na fazenda de

⁶O período autoritário que ficou conhecido como Estado Novo teve início no dia 10 de novembro de 1937, com um golpe liderado pelo próprio presidente Getúlio Vargas e apoiado, entre outros, pelo general Góes Monteiro. Para que ele fosse possível, foi preciso eliminar as resistências existentes nos meios civis e militares e formar um núcleo coeso em torno da ideia da continuidade de Vargas no poder. Esse processo se desenvolveu, principalmente, ao longo dos anos de 1936 e 1937, impulsionado pelo combate ao comunismo e por uma campanha para a neutralização do então governador gaúcho Flores da Cunha, considerado, por seu poder político e militar, um obstáculo ao continuísmo de Vargas e à consolidação de um Exército forte, unificado e impermeável à política. Fonte: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos37-45>>. Acesso em:

Athayde Pereira Brum, e foi considerado um grande defensor do conhecimento, dedicando sua vida à educação.

Outros professores também migraram para a região, como João Ramos, Balbina de Matos Carvalho, Gonçalo Nunes da Cunha, Márcio Campos, Paes de Barros. Com esses professores, o povoado de Dourados inicia sua trajetória educacional.

Nesse período, as escolas, em sua maioria, se encontravam na zona rural, meio este onde se concentravam o maior número de crianças, filhos de trabalhadores, em idade escolar (SÁ ROSA, 1990).

Entretanto, somente a partir da década de 1930 é que começam a surgir as primeiras escolas urbanas. A esse respeito, Fernandes e Freitas (2003, p. 5-6) assinalam a atuação de professores itinerantes e a existência de escolas particulares:

Nos anos 1930, além dos professores itinerantes na zona rural existiram na vila escolas particulares de vários professores. Depoimentos (Rosa, 1990) e registros fotográficos (Moreira, 1990) referem-se à Escola Reunida (do Prof. Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo), à Escola Moderna (escola ativa), à de Laucídio Paes de Barro, de Gonçalo e a de Antônia da Silveira Capilé. Em 1939 foi criada a primeira escola com turmas de 1ª a 4ª série: a escola particular Erasmo Braga da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Além dos professores que ministravam aulas particulares na zona rural, existiram na zona urbana escolas particulares, frequentadas por turmas mistas e com poucos recursos para a manutenção delas e aquisição de materiais didáticos.

Com esse quadro inicial da educação escolar em Dourados, é possível afirmar que o processo de escolarização na localidade teve início nas primeiras décadas do século XX. Mas, é possível notar que o ensino sempre existiu, porém realizado inicialmente pelas próprias famílias com o ensino da leitura, noções de cálculos e outros, conforme relata Sá Rosa (1990). O início da educação formal em Dourados teve uma trajetória marcada pelas instalações de escolas de diversas naturezas e em diferentes épocas, como pode ser visto no Quadro 2.

Como se pode observar pelos dados expostos no Quadro 2, em 1939 foi criada, na área central de Dourados, a primeira escola de 1ª a 4ª séries, a Escola Erasmo Braga, particular, de origem confessional, pertencente à Igreja Presbiteriana do Brasil, que inicialmente funcionava como uma extensão da escola existente na Missão Caiuá⁷. Escola esta que atendia inicialmente os filhos dos missionários, depois passou a atender as outras crianças da Missão.

⁷A Missão Caiuá, com sede em Dourados, MS, é uma missão evangélica da Igreja Presbiteriana do Brasil e da Igreja Presbiteriana Independente, e realiza trabalhos evangélicos e assistenciais com grupos indígenas existentes na região.

Quadro 2 – Primeiras escolas no município de Dourados

Nome da escola	Ano de instalação	Natureza	Regime de ensino	Nível de ensino
Erasmus Braga	1939	Privada	Escola Mista	Ensino Primário
Escola Paroquial Imaculada Conceição	1941	Privada	Escola Mista	Ensino Integral
Joaquim Murtinho	1947	Pública	Escola Mista	Ensino Primário
Patronato de Menores	1950	Privada	Escola Mista	Ensino Primário
Oswaldo Cruz	1954	Privada	Escola Mista	Ensino Primário e Ensino Secundário
Patronato de Menores da Ação Social Franciscana	1955	Privada	Escola Mista	Ensino Primário
Escola Imaculada Conceição	1956	Privada	Escola Mista	Ensinos Primário e Ensino Secundário
Escola Agrícola Dom Bosco	1956	Privada	Escola Mista	Ensino Primário e Ensino Secundário
Escola Estadual Presidente Vargas	1958	Pública	Escola Mista	Ensino Secundário
Escola de 1º e 2º graus “Menodora Fialho de Figueiredo”	1970	Pública	Escola Mista	Ensino Primário e Ensino Secundário

Fonte: Quadro organizado pela autora com base nos dados extraídos de LIMA (2009).

Em 1941, a Igreja Católica também criou uma escola, a Escola Paroquial Imaculada Conceição. Porém, em 1955, a referida instituição deixou de ser uma escola paroquial e passou a ser denominada de Escola Imaculada Conceição. Assim, faziam-se presentes na educação em Dourados tanto os católicos quanto os protestantes.

O Patronato de Menores teve dois momentos de funcionamento, primeiramente, em 1950, como Escola Paroquial “Imaculada Conceição” e, posteriormente, em 1955, como Patronato de Menores da Ação Franciscana. Ainda de acordo com os dados do Quadro 2, o primeiro Grupo Escolar de Dourados foi criado em 1947, com a denominação de Grupo Escolar Joaquim Murtinho. A região também teve a participação dos Salesianos no processo de escolarização, quando então instalaram a Escola Agrícola Dom Bosco, no Distrito de Serraria (atual Distrito de Indápolis), pertencente ao município de Dourados. Essa Escola foi fundada pelo padre André Capelli, da ordem Salesiana, que chegou ao Distrito de Serraria em 1956, fixou residência e iniciou uma pequena escola agrícola, intitulada “Escola Agrícola Dom Bosco”, a fim de capacitar os filhos dos agricultores para os trabalhos com a terra. Nesse período, além das disciplinas comuns às escolas religiosas, a escola apresentava um currículo voltado para a prática das atividades agrícolas, direcionadas ao sexo masculino em regime de internato.

As primeiras escolas a oferecer o ensino secundário em Dourados foram instaladas na década de 1950. Em 1954, foi a escola de ensino secundário Ginásio Osvaldo Cruz de Dourados e, em 1958, foram criados os Cursos Ginásial e Normal na Escola Imaculada Conceição. Ainda nesse ano, começou a funcionar a primeira Escola Estadual com oferta do Ginásio, a Escola Estadual Presidente Vargas. Desde então, Dourados obteve vários estabelecimentos de ensino, tanto de 1º Grau quanto de 2º Grau.

1.3 A formação de Professores na parte do Antigo Sul de Mato Grosso

A história da formação de professores no antigo sul de Mato Grosso, parte na qual o município de Dourados se situa, permite compreender a instalação tardia das escolas de formação de professores no referido município, somente no final dos anos de 1950. É fato que a Escola Normal em Mato Grosso, desde a sua instalação até o início dos anos de 1900, teve sua trajetória marcada por rupturas e interrupções. Além disso, na parte sul do Estado, a primeira instituição de formação docente somente foi criada em 1930, na mesma época do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”, de Campo Grande, MS.

Convém lembrar aqui que na parte norte do Estado, a primeira Escola Normal Primária foi instalada em 1840, no governo do Presidente Cônego José da Silva Guimarães (1840-1843), sendo dirigida pelo professor Joaquim Felicíssimo de Almeida Louzadas, que realizou um estágio de especialização na Escola Normal Fluminense, em Niterói, RJ, a fim de se preparar para tal tarefa. Ficando aberta por um breve período, sendo desativada em novembro de 1844. Desse modo, a sociedade mato-grossense ficou sem uma instituição formadora de professores durante trinta anos, pois somente em 1874 é que foi sancionada, pelo Barão Diamantino, a Lei nº 13, a qual criava um curso Normal na cidade de Cuiabá, sendo instalado solenemente no dia 3 de fevereiro de 1875 (SILVA, E. F., 2006).

Porém, com a criação do Liceu de Línguas e Ciências, pela Lei nº 536, de 3 de dezembro de 1879, segundo Silva, E. F. (2006), o curso de formação de professores foi absorvido pela nova instituição, passando este a ser oferecido nessa instituição até 1889. Quando, então, foi fundado o Externato do Sexo Feminino, para formação de mestras, por Herculano de Souza Bandeira. Outra vez ocorre a extinção ou absorvimento do curso, sendo anexado ao Curso de Preparatórios.

Na realidade, a Escola Normal em Cuiabá, como se pode observar, caracterizou-se por um processo constituído de rupturas e interrupções. Apesar de reiteradas solicitações oriundas dos dirigentes de ensino para que essa escola ficasse como uma unidade independente,

durante vários anos, não ocorreram mudanças a respeito dessa instituição formadora. Entretanto, em 1910, no governo de Pedro Celestino Correa da Costa (1908-1911), foi implantada uma série de reformas, destacando-se a Escola Normal de Cuiabá. Por essa reforma, a instituição de formação de professores foi regulamentada pelo Decreto nº 266, de 3 de dezembro de 1910 (SILVA, E. F., 2006).

Em 1914, no governo de Joaquim Augusto da Costa Marques (1911-1915), a estrutura da Escola, de acordo com Silva E. F. (2006), foi reformulada, mantendo-se até o segundo mandato de Pedro Celestino (1922- 1926), quando, novamente, se introduziu uma reforma na Escola contando com nova administração de um técnico especializado. A escola passou por um período de expansão e desenvolvimento, formando um número considerável de mestres.

Na década de 1920, o Brasil teve um processo de intensas mudanças sociais e políticas que, de certa forma, interferiu no setor educacional e as instruções públicas sofreram diversas alterações. A esse respeito, Nagle (2001, p. 244) considera que

Entre 1920 e 1929, particularmente, a instrução pública nos estados e no Distrito Federal sofre muitas alterações, de que resultam a ampliação da rede escolar, o melhoramento das condições de funcionamento das instituições escolares existentes, a criação de novas instituições, até mesmo de caráter escolar.

Com o processo de desenvolvimento ocorrendo no Brasil, o setor educacional também sofreu influências, tanto no ensino primário quanto no ensino secundário. Assim, a Escola Normal ganhou nova propulsão, pois ela tinha como condição a divulgação e propagação dos novos “ideais e inovadores métodos pedagógicos junto aos futuros professores” (RODRIGUEZ; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Retomando a trajetória das escolas de formação no antigo sul de Mato Grosso, em 1930 foi instalada, na mesma época do Grupo Escolar “Joaquim Murtinho”, a Escola Normal “Dom Bosco” de Campo Grande, MS. Porém, em 1937, o governador Júlio Strubling Muller (1937-1945), por meio do Decreto nº112, de 29 de dezembro, incorporou novamente a Escola Normal “Pedro Celestino” ao Liceu, deixando-a de existir. Fixou, ainda, que os alunos que pretendessem exercer “o magistério primário deveriam matricular-se no Curso de Especialização para professores, com duração de um ano” (RODRIGUEZ; OLIVEIRA, 2009, p. 4).

Em 1948, a Lei Orgânica do Ensino Normal repercutiu no Estado de Mato Grosso quando, então, a Escola Normal “Joaquim Murtinho” de Campo Grande teve seu restabelecimento oficial, juntamente com a Escola Normal “Pedro Celestino” de Cuiabá. O

reestabelecimento dessas duas escolas foi de acordo com os termos do Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946.

A partir dessas datas, as escolas Normais do Estado de Mato Grosso passaram pelas mudanças de acordo com a Lei Orgânica do Ensino. A referida Lei, estabelecida pelo Decreto-Lei nº 8.530/1946, determinava que o ensino seria dividido em dois ciclos, um primeiro ciclo ministrado em Escolas Normais Regionais, com duração de quatro anos e formaria os “regentes” do ensino primário. O segundo ciclo ministrado em Escolas Normais e Institutos de Educação com duração de dois anos e formaria o professor primário. Às escolas Normais caberiam apenas os cursos de formação de Regentes de Ensino Primário, enquanto que os Institutos de Educação, além do Curso Normal, poderia oferecer cursos de especialização, como: Educação Especial; Complementar Primário, Ensino Supletivo, Desenho e Artes Aplicadas, Música e Canto, como também os Cursos de Administradores Escolares destinados aos diretores, orientadores e inspetores (TANURI, 2000). Os motivos dessa dualidade dos cursos são esclarecidos na própria Lei:

Dois níveis são julgados necessários na formação docente de grau primário, em virtude das diferenças de ordem econômica e cultural existente entre as várias regiões do país, e, ainda, dentro dessas regiões, em zonas claramente determinadas por essas condições. O primeiro desses níveis corresponde ao ciclo inicial dos cursos de segundo grau, em quatro anos de estudos, e habilitará *regentes de ensino primário*; o outro, corresponde ao segundo ciclo desse mesmo grau, e a fazer-se em três anos, após a conclusão do primeiro (ou após a conclusão do ginásio), *formará mestres primários*. O projeto adota essa estrutura, que é a de todas as leis orgânicas do segundo grau, afim de não manter o isolamento do ensino normal, em relação ao plano geral de estudos vigorantes no país, como até agora tem acontecido. [...]. (LOURENÇO FILHO apud TANURI, 2000, p. 68-69).

Com essa organização, a uniformidade nos cursos de formação de professores era o principal interesse da Lei, influenciando até mesmo nos cursos municipais e particulares.

Outro ponto em destaque é a intenção contentora quanto à idade para ingresso no curso, ou seja, maiores de 25 anos estavam fora, impedindo, assim, os professores leigos de se qualificarem.

Tanuri (2000) assinala que a reorganização dos sistemas estaduais, no sentido de adaptá-los à Lei Orgânica, ocorreu paralelamente ao considerável surto de crescimento das escolas Normais. O crescimento demasiado ocorreu em virtude da demanda pela expansão da rede escolar e se deve, principalmente, à iniciativa privada. Apesar da expansão acelerada das escolas Normais, a distribuição delas era desproporcional. A respeito desse contexto, Tanuri (2000) relata que, das 546 escolas normais (de primeiro e segundo ciclo) arroladas em publicação

oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira (INEP) em 1951, 258 estavam concentradas em apenas dois Estados: São Paulo e Minas Gerais.

Assim, com a expansão das escolas normais, vários Estados foram sendo beneficiados com as instalações delas. Sejam elas públicas, particulares ou confessionais. Nesse contexto, o antigo sul de Mato Grosso também recebe a instalação de novas escolas normais.

1.4 A Implantação das Escolas de Formação de Professores em Dourados

O ensino responsável pela formação de professores primários em Dourados só teve início na década de 1950, quando o Instituto Educacional de Dourados, que funcionava no mesmo prédio da Escola Confessional Franciscana Patronato de Menores, instalou o primeiro Curso Normal na cidade, em 1959.

Em 1955, Dourados recebe as Irmãs Franciscanas vindas do Rio Grande do Sul para trabalharem com educação e catequese. Com a chegada dessas irmãs, é criado o Patronato de Menores Ação Social Franciscana. Esse Patronato funcionava em uma casa de madeira. Na fotografia (Figura 1) aparecem nove irmãs, uma quantidade considerável para a época, principalmente, levando-se em consideração a população do município naquela década. Percebe-se, também na mesma fotografia, que as irmãs estão todas equipadas com seus meios de transportes, para a realização de seus trabalhos, pois, como foi dito, era um trabalho educacional, mas também catequético. A esse respeito, Bomfim (1990) revela que as freiras residiam em local distante da sede da escola Patronato de Menores e, por isso, o meio de transporte era a bicicleta (Figura 1).



Figura 1 – Irmãs Franciscanas em Dourados - 1956.

Fonte: ESCOLA IMACULADA CONCEIÇÃO. Disponível em: <<http://www.escolaimaculada.com.br>>.

Nessa escola, as famílias dos pioneiros fundadores de Dourados, os gaúchos, mineiros, paranaenses, paulistas e os mato-grossenses, mantinham suas filhas, pois os colégios católicos eram vistos como um espaço de educação de excelência.

A fundadora desse primeiro Curso Normal foi a irmã Clara Thomas, diretora da Escola de 1960 a 1961. O curso contava com o Normal Regional (Primeiro Grau) e o Normal Colegial (segundo grau). O primeiro começou a funcionar com oito alunas e o segundo, com seis (MANCINI; SARAH; SILVA, 2007, p.127).

É importante esclarecer que o Curso Normal começou funcionando em duas modalidades, o Normal Regional (Primeiro Grau) e o Normal Colegial (Segundo Grau). Tal divisão é proveniente da Lei Orgânica do Ensino Normal instituída em 1946. A referida Lei acabou por consagrar um padrão de formação de professores que já vinha sendo adotado em vários Estados, ficando o Curso Normal dividido em dois ciclos:

[...] o primeiro fornecia o curso de formação de 'regentes' do ensino primário, em quatro anos, e funcionaria em Escolas Normais Regionais; o curso de segundo ciclo, em dois anos, formaria o professor primário e era ministrado nas Escolas Normais e nos Institutos de Educação (TANURI, 2000, p. 75-76).

Desse modo, as instituições formadoras de professores estabelecidas em Dourados, inicialmente, eram voltadas tanto para a formação dos regentes do ensino primário quanto do professor de ensino primário. Afinal, apesar de algumas modificações nas Leis Orgânicas, estas continuaram vigentes em alguns Estados brasileiros até 1962 e, entre estes, o Estado de Mato Grosso, ao qual pertencia o município de Dourados na época.

Durante o oferecimento do Curso, nos anos de 1960 a 1966, a Escola realizou alterações na grade curricular, como se pode observar no Quadro 3.

Nas alterações realizadas na grade curricular, verifica-se a supressão do ensino do idioma Francês e a substituição de Ciências Naturais por Anatomia e Fisiologia Humana, depois acrescida de Higiene e Biologia Educacional.

Em relação às normalistas do Instituto Educacional de Dourados, o trabalho didático desenvolvido em suas práticas docentes esteve intimamente ligado à formação católica e às disciplinas ministradas no curso. As normalistas tinham na sua prática pedagógica tudo o que era visto na sua formação teórica, pois a finalidade era *ensinar*, então deveriam estar preparadas para essa tarefa. As disciplinas oferecidas no curso eram parte integrante de sua trajetória, propiciando às alunas os conhecimentos necessários para o bom desempenho de suas funções e também para a utilização em sua prática cotidiana, como mãe de família.

Quadro 3 - Disciplinas do Curso de Formação de Professores Primários da Escola Normal Instituto Educacional de Dourados (1960-1966)

ANO	DISCIPLINAS
1960	Português, Matemática, Física e Química, Anatomia e Fisiologia Humana, Música e Canto Orfeônico, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física, Francês, Ciências Naturais, Trabalhos Manuais e Geografia.
1961	Desenho, Ciências Naturais, Educação Física, Geografia Natural e do Brasil, Matemática, Música e Canto Orfeônico, Português e Trabalho Manual.
1963	Anatomia e Fisiologia Humana, Desenho, Educação Física, História Geral e do Brasil, Matemática, Música e Canto Orfeônico, Português e Trabalho Manual.
1964	Anatomia e Fisiologia Humana, Higiene e Biologia Educacional, Desenho e Artes aplicadas, Educação Física e Recreação e Jogos, Física e Química, Matemática e Estatística Aplicada à Educação, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Música e Canto Orfeônico e Português.
1965	Anatomia e Fisiologia Humana, Higiene e Biologia Educacional, Desenho e Artes Aplicadas, Educação Física e Recreação e Jogos, Física e Química, Matemática e Estatística Aplicada à Educação, Metodologia e Prática do Ensino Primário, Música e Canto Orfeônico, Pedagogia, Psicologia Geral e da Educação, Sociologia Geral e da Educação e Português.
1966	Anatomia e Fisiologia Humana, Higiene e Biologia Educacional, Desenho e Artes Aplicadas, Matemática e Estatística Aplicada à Educação, Metodologia e Prática do Ensino primário, Música e Canto Orfeônico, Pedagogia e Psicologia Geral e da Educação, Sociologia Geral e da Educação e Português

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos dados de Mancini, Sarah e Silva (2007).

Ainda na década de 1960, o ensino Normal continuou a crescer no município de Dourados. Nesse período, foi criado o Curso Normal no Colégio Osvaldo Cruz, sendo a segunda escola a oferecer curso de formação de professores em Dourados. A implantação da escola foi iniciativa do professor Celso Müller do Amaral, que, diante do desenvolvimento da cidade, percebia a necessidade de ampliação do ensino. Momento este que, então, resolveu procurar o Colégio Osvaldo Cruz de Campo Grande, na pessoa do diretor Dr. Luís Alexandre de Oliveira, para uma visita à cidade de Dourados.

Com essa aceitação por parte do Colégio Osvaldo Cruz de Campo Grande, em atender a solicitação, foi pedido ao professor Celso Müller que arranjasse um prédio para que o ginásio pudesse funcionar. Para a efetivação do acordo, ele conseguiu a cedência de duas salas de aula do Grupo Escolar Joaquim Murtinho e, em 1954, o Colégio Osvaldo Cruz iniciou suas atividades em Dourados, oferecendo o ensino Ginasial diurno e noturno, além do ensino Primário. Funcionou por dois anos nas salas cedidas.

A escola foi a primeira a realizar exames de admissão da cidade e o primeiro diretor foi o Dr. João Beltren. O professor José Pereira Lins foi convidado pelo professor Luís Alexandre de Oliveira para vir para Dourados, auxiliar na fundação do Colégio Osvaldo Cruz, conforme registra Sá Rosa (1990).

A década de 1960 também foi marcada pela criação do curso de formação de professores em nível superior. A esse respeito, Biasotto e Tetila (1991) relatam que, de 1962 a

1967, foram criados no antigo sul de Mato Grosso, o Instituto de Ciências Biológicas em Campo Grande, o Instituto Superior de Pedagogia em Corumbá e o Instituto de Ciências Humanas em Três Lagoas; e, em 1970, os Centros Pedagógicos de Dourados e Aquidauana.

Entretanto, a primeira escola de formação de professores de 1ª a 4ª série, da rede pública, somente é instalada em Dourados na década de 1970, quando foi criada a Escola Normal de Dourados, anexa ao Centro Educacional “Menodora Fialho de Figueiredo”. O Centro Educacional de Dourados surge no município em uma época de grandes avanços, tanto na questão econômica e social quanto educacional.

De acordo com o histórico dessa instituição, a sua criação ocorreu por decreto do governador José Manoel Fontanillas Fragelli, por atribuição legal constante no art. 42, item III da Constituição Estadual. O Decreto nº 2.059, de 12 de junho de 1974, estabelece

Art. 1º-Fica criado uma Escola Estadual de 1º e 2º Graus, com sede no Município de Dourados denominado pelo Decreto nº 1478 de 11 de março de 1971 de Centro Educacional “Menodora Fialho de Figueiredo”.

Art. 2º-Fica integrada a Escola, a Escola Normal de Dourados criada pelo Decreto nº 1164, de 27 de maio de 1970.

Parágrafo Único - As Escolas que trata desse Artigo passarão a denominar-se Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Menodora Fialho de Figueiredo” (MATO GROSSO, 1974).

Referente à instalação da Escola Normal de Dourados no Centro Educacional “Menodora Fialho de Figueiredo”, é importante compreender que três aspectos foram marcantes nesse processo, entre eles, merecem destaque a questão do transporte; a necessidade de o município de Dourados e região ter uma escola de formação de professores primários pública; e a localização privilegiada do Centro Educacional “Menodora Fialho de Figueiredo”, na área urbana.

Todos esses aspectos favoreceram a sua implantação, pois oferecia menor distância a várias vilas circunvizinhas. A escola foi construída na região urbana da cidade, situada na quadra nº 2, do Jardim Caramuru, com as seguintes localizações: ao norte, 100 metros com a Rua Major Capilé, ao sul, 100 metros com a Rua Rio Grande do Sul, ao nascente, 100 metros com a Rua Melo Franco, e ao poente, 100 metros com a Rua Humberto de Campos⁸. A escola ficou bem-localizada, pois essa região fica praticamente na área central da cidade, o que facilita, assim, o acesso ao atendimento dos coletivos⁹, da época de sua instalação.

⁸Dados obtidos na Certidão de Compra do terreno pelo Estado de Mato Grosso- Tabelionato Aguiar.

⁹Ônibus que circulavam na cidade na época da criação da escola.

Na década de 1970, Dourados torna-se o corredor do progresso, muitos sulistas encamparam a abertura das matas aos arredores do município, implantando lavouras extensas e definindo a monocultura da soja na região, na descrição de Biasotto (1991). A população de Dourados, que antes de 1970 se concentrava na zona rural, deslocou-se para a zona urbana. Dourados inicia então o verdadeiro período de desenvolvimento, a chamada época de “gênese das mudanças”, que dava destaque ao projeto “Bola de Neve”¹⁰. Projeto este que proporcionou aos professores um voto de confiança e de esperança na renovação do ensino e nas melhorias para o magistério em conformidade ao art. 43¹¹ da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

A instalação dessa escola representou uma nova fase para a história da formação de professores no município de Dourados e região, uma vez que, com a criação da Escola Normal de Dourados, anexa ao Centro Educacional “Menodora Fialho de Figueiredo”, chegou à cidade o primeiro Curso Normal público.

As duas escolas que ofereciam o curso de formação de professores primários antes da instalação dessa instituição de ensino pública, no caso a Escola Imaculada Conceição e o Colégio Oswaldo Cruz, na época, essas escolas não eram servidas por coletivos, por se localizarem fora do perímetro percorridos eles. Além disso, eram instituições pertencentes à iniciativa privada, portanto, somente atendia aqueles que tinham melhor poder aquisitivo do município de Dourados e região, ou seja, aqueles que tinham condições de manter a sua formação, pagando uma mensalidade.

Em 1975, o Colégio Oswaldo Cruz fez um convênio com a Secretaria de Educação e Cultura (SEC), alugando 16 salas de aula de suas instalações, mostradas na Figura 2, para atendimento aos alunos da Escola “Menodora”. Das 16 salas conveniadas, apenas 12 foram utilizadas para atender 720 alunos de 1º Grau, os quais foram matriculados em dois períodos: matutino e vespertino.

Com a instalação desses três estabelecimentos, formava-se o cenário inicial das escolas formadoras de professores de Dourados, com uma particular, uma confessional e uma pública, o que contribuiu para constituir o quadro de docentes existente no município e região.

¹⁰Projeto pró-implantação da Lei nº 5.692/1971, segundo Biasotto e Tetila (1991, p.32).

¹¹O art. 43 estabelecia a promessa de “melhoria progressiva do ensino e aperfeiçoamento e assistência ao magistério e aos serviços da Educação”.



Figura 2 - Escola “Oswaldo Cruz” em 1975.

Fonte:Arquivo da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”.

A partir das três escolas iniciais, outras ofereceram o curso de formação de professores em Dourados, segundo Gressler (1995, p.55): Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Wilmar Vieira de Matos”, Escola Estadual de Pré-Escolar e de 1º e 2º Graus “Presidente Getúlio Vargas” (Distrito de Vila Vargas), Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Dom Aquino Corrêa” (Distrito de Panambi), Escola de Pré-Escolar e de 1º e 2º Graus “Dom Bosco” (Distrito de Indápolis), Escola de Pré-Escolar e de 1º e 2º Graus “Serviço de Educação Integral” (SEI).

2 A ESCOLA ESTADUAL “MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO”: A PRIMEIRA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM DOURADOS

A Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” foi criada em 1970. Inicialmente recebeu a denominação de Centro Educacional “Menodora Fialho de Figueiredo”, tendo a Escola Normal de Dourados como instituição anexa. Foi a primeira instituição pública de ensino a oferecer o Curso de Magistério no município. Com essa referência, a Escola representa uma nova fase para a história da formação de professores no município de Dourados e região.

A Figura 3 mostra o prédio onde funciona a Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, desde a sua implantação na década de 1970 até os dias atuais, 2013. O prédio foi especificamente construído para a implantação de uma escola que atendesse o segundo grau.



Figura 3 - Fachada da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”, em 1975.

Fonte: Arquivo da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”.

Um dos motivos da construção do prédio para a implantação de uma nova escola ocorreu em virtude de a Escola “Presidente Vargas”, única escola da época a oferecer o ensino público de 2º Grau, não mais comportar a demanda de estudantes. Segundo depoimento da primeira diretora da Escola “Menodora”, a professora Generosa, o Centro

Educacional veio para atender os alunos da rede pública, e nesse período tornou-se a “menina dos olhos do governo”.

A arquitetura é apontada como única, em estilo, na cidade de Dourados, desde a época da construção até os dias atuais. Na época, os investimentos em escola de formação profissional eram os principais alvos das ações governamentais, com incentivos para a implantação de escolas. Então, o prédio foi projetado com uma estrutura que atendesse as normas governamentais. A disposição dos espaços, com as salas distribuídas em três blocos, interligados por um corredor, são totalmente internas, tendo somente duas portas externas, uma localizada na parte frontal, com saída para a Avenida Weimar Gonçalves Torres, e outra, aos fundos do prédio, permitindo a saída para o pátio interno, todo cercado por muros.

O primeiro bloco, considerando o acesso com a entrada à Escola, abriga as dependências administrativas, cozinha e sanitários para os funcionários. Os dois blocos seguintes são destinados às salas de aulas e aos sanitários para os alunos. A distribuição espacial da construção caracteriza-se como um lugar de aprendizagem com arquitetura propícia para o ambiente educacional, principalmente quando se trata de uma escola de formação de professores e também de atendimento às crianças. O espaço escolar, com sua arquitetura e distribuição das salas, também é um meio educativo, pois

Todos esses aspectos, desde a estrutura arquitetônica do prédio ao mínimo detalhe decorativo, devem ser considerados como também fazendo parte do currículo escolar, uma vez que correspondem a “padrões culturais e pedagógicos que a criança internaliza e aprende”. (VINÃO FRAGO; ESCOLANO, 2001, p. 45, grifo dos autores).

As características da construção e a quantidade de salas de aulas são condizentes com a realidade dos graus e instâncias de ensino oferecidos na época, pois a Escola atendia do Pré-Escolar ao Ginásial, acrescidos do Curso Normal de 1ª a 4ª série.

2.1 De Centro Educacional de Dourados a Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”

A atual Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, quando iniciou seu funcionamento, oferecia o Curso Normal, sendo denominada de Escola Normal de 2º Ciclo, regulamentado pelo Decreto nº. 1164 de 27 de maio de 1970. Nesse período, ainda vigorava a Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, cujo teor determinava que o curso de formação de professores primários deveria ser realizado em Escolas Normais de dois ciclos. Assim, essa

Escola ficou no nível de “Escola Normal de Grau Colegial”, encarregada de formar o professor em três séries anuais.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 5.692/1971, a referida instituição de ensino passou a ser denominada de Escola de 1º e 2º Graus “Menodora Fialho de Figueiredo”. Essa Lei fez com que a Escola Normal perdesse o seu *status*, pois o Curso Normal foi transformado em uma Habilitação Específica para o Magistério. Diante disso, o Curso Normal da Escola “Menodora” foi transformado em Curso de Magistério. O Decreto nº 2.059 de 12 de junho de 1974, mostrado na Figura 4, apresenta dados significativos para a compreensão da criação, organização e funcionamento da Escola (MATO GROSSO, 1974).

Como se pode observar pelo documento, a instalação da Escola ocorreu somente em 1974, o que significa que já funcionava há quase quatro anos.

Além dos objetivos legais explicitados nos arts. 1º e 2º, em seu art. 3º, o documento é bem claro quanto às novas responsabilidades que ficariam a cargo do governo de Estado e mais especificamente da Secretaria de Educação e Cultura. Seria responsabilidade desta, prover a nova escola tanto com recursos materiais como também na contratação de pessoas para o desempenho das atividades educacionais.

Outro aspecto que merece ser lembrado, também, é o fato de essa escola iniciar suas atividades ofertando a Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Em janeiro de 1976, foi autorizado o funcionamento do Curso para a Habilitação para o Magistério, por meio da Autorização nº 35/1976, emitida pela Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino do Departamento de Educação, mostrada na Figura 5.

A Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” foi construída em uma área central da cidade de Dourados. A localização central é justificada por ser assim considerada a Avenida Weimar Gonçalves Torres no município. O posicionamento favorecia também a instalação do curso de formação de professores, pois essa área era servida por ônibus coletivos na época. Outro motivo, já citado, a favor da instalação dessa instituição de ensino pública, era o fato de que as duas outras escolas que ofereciam o curso de formação de professores primários no município, a Escola Imaculada Conceição e o Colégio Oswaldo Cruz, eram instituições pertencentes à iniciativa privada, e atendiam aqueles que tinham melhor poder aquisitivo e podiam pagar as mensalidades.

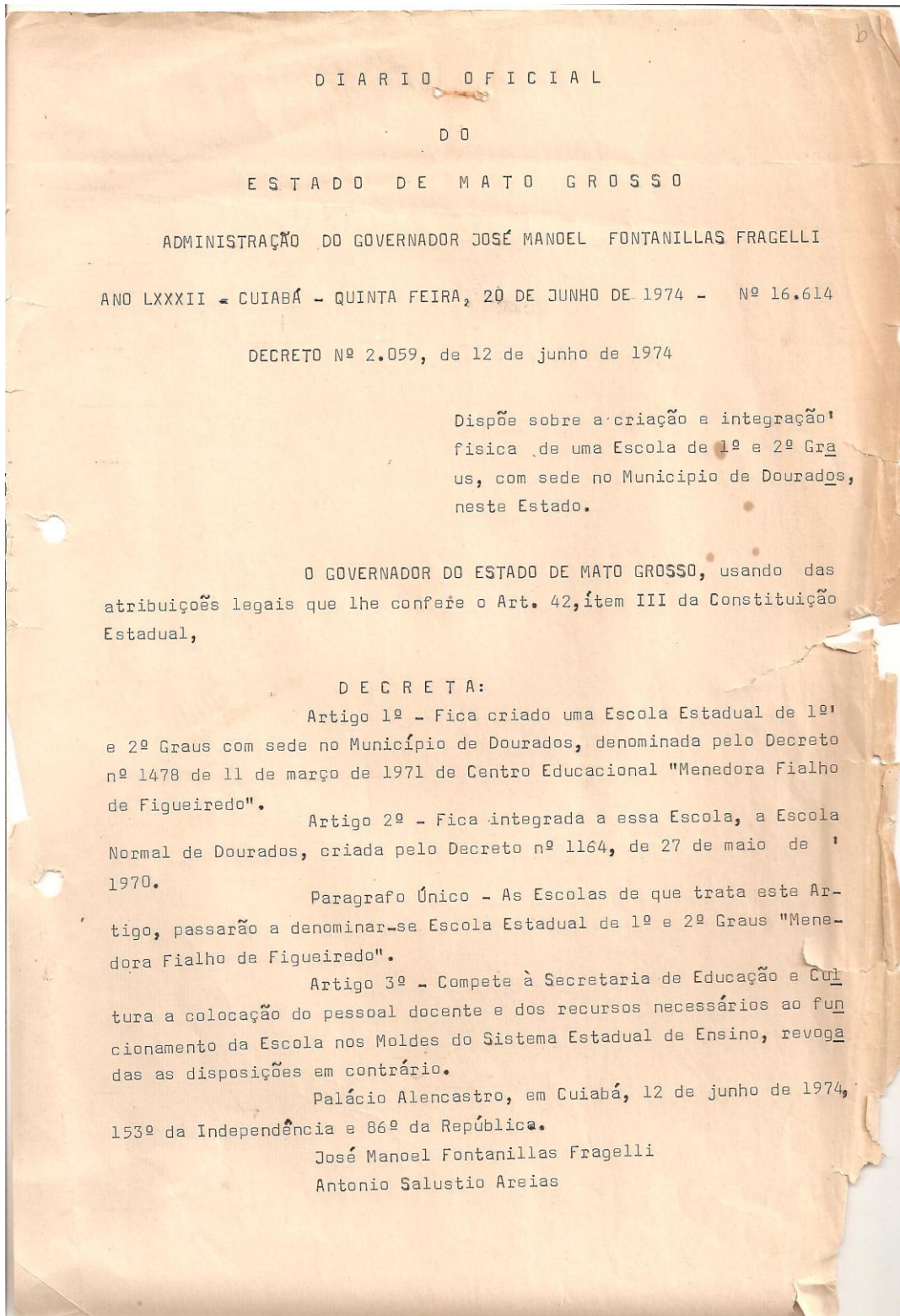



Figura 4 – Decreto de criação e integração da Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Menadora Fialho de Figueiredo”.

Fonte: Arquivo da Escola Estadual “Menadora Fialho de Figueiredo”.



RECEBIDO
_____/_____/197_____
E. E. 1.ª 2.ª C. Menodora F. de Figueiredo
Dourados — MT.

Estado de Mato Grosso
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DE INSPEÇÃO E SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENSINO

AUTORIZAÇÃO Nº 35/76

A Divisão de Inspeção e Serviços Técnicos de Ensino,
no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 23, de
14 de agosto de 1974, do Conselho Estadual de Educação,


RESOLVE:

Autorizar o funcionamento do ensino de 2º Grau "Habi-
litação para o Magistério", na Escola Estadual de 1º e 2º Graus "Menodo-
ra Fialho de Figueiredo, conforme processo nº 30466.

A referida escola foi integrada e criada pelo Decre-
to nº 2059, de 12/06/74, D.O. 20/06/74, com sede no município de Doura-
dos, à Av. Weimer Gonçalves Torres, nº 3447, neste Estado, pertencente
a DREC de Dourados.

Esta autorização tem sua validade por dois anos, con-
forme o art. 20 da Resolução supramencionada.

Cuiabá, 28 de janeiro de 1976.


CELÇITA ROSA DA SILVA
Téc. de Ensino

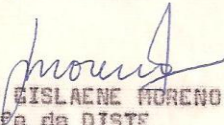

PROFª EISLAENE MORENO
Chefe de DISTE

Figura 5 - Autorização para o funcionamento do Curso de Habilitação para o Magistério.
Fonte: Arquivo da Escola "Menodora Fialho de Figueiredo".

Nas questões referentes à instalação da Escola Normal de Dourados no Centro Educacional "Menodora Fialho de Figueiredo", convém lembrar que, nessa época, as escolas Normais no Brasil ainda não haviam perdido o seu *status* e se tornado apenas uma "Habilitação Específica para o Magistério", fato esse ocorrido somente com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 5.692/1971, no ano seguinte da instalação dessa escola.

Assim, pode-se dizer que essa Escola foi criada em um período marcado pelos militares à frente do governo brasileiro e, mais especificamente, em um momento de mudanças no sistema educacional brasileiro, caracterizado, inclusive, pela transição da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 4.024/1961, para a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº. 5.692/1971.

A década de 1970 foi um período de mudanças tanto na educação quanto na sociedade. As modificações socioeconômicas que aconteceram nesse período atingiram diretamente o modo de vida das pessoas, aterando não só a economia da época, como também as relações sociais, culturais e educacionais. Esse processo de mudança, que não era novo, impulsionou as transformações e, assim, foram necessários novos planos na área educacional. Nessa perspectiva, Biasotto e Tetila (1991) consideram que

o impacto da penetração do capital industrial no campo, trouxe como resultado a passagem da policultura para a monocultura; da pecuária extensiva para a semi-intensiva, liberando via modernização do campo, forte contingente de mão-de-obra. Pelas novas relações de produção introduzidas no sul de Mato Grosso, no início dos anos 70, é que os governantes foram levados a se preocupar com aumento de vagas escolares (p.183).

Foi nesse período de transformações que Dourados mais se desenvolveu, principalmente com a mecanização da agricultura, favorecendo o aumento da população e a concentração dela na área urbana da cidade. A população de Dourados, que antes de 1970 concentrava-se na zona rural, deslocou-se, pelo êxodo dos colonos, para a zona urbana (REVISTA..., 1985, p.3). Conseqüentemente, o aumento da população favoreceu a criação de novas escolas, entre elas, a da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”. Também nessa época, a cidade recebeu o Centro Universitário de Dourados, para atendimento ao nível superior.

As mudanças influenciaram diretamente o desenvolvimento educacional da própria instituição pesquisada. Ocorreram mudanças da nomenclatura da escola, conforme registrado no Quadro 4.

Quadro 4 - Mudanças de nomenclatura da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”

Anos	Nomenclatura
1970	Escola Normal 2º Ciclo de Dourados
1971	Centro Educacional D. “Menodora Fialho de Figueiredo”
1974	Escola Estadual de 1º e 2º graus “Menodora Fialho de Figueiredo”
1999	Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”

Fonte: Decretos nº 1.164/27/05/70; Decreto nº14/78/11/03/71; Decreto nº 2.059 12/06/1974.

Diante do exposto, fica claro que, durante o período de implantação até a criação legal da escola, ocorreram algumas trocas de nomes na instituição. O primeiro nome foi de acordo com o momento da história da educação. Nesse período, todas as Escolas de Formação de Professores eram chamadas de Escolas Normais, o que diferenciava uma da outra eram a localidade e a oferta do curso. Nesse caso, a escola de Dourados seria “Escola Normal 2º Ciclo de Dourados” com a função de formar professores primários.

A outra mudança em relação ao nome da escola foi a homenagem indicada por um grupo de rotarianos do município de Campo Grande, que escolheram “Menodora Fialho de Figueiredo”, esposa de ex-governador e pessoa dedicada a causas educacionais e sociais. O depoimento da primeira diretora, a senhora Generosa, explica: “foi criado assim, era porque era uma esposa de um governador de Cuiabá então a ligação de nome era, respaldo político, aí na época”. A homenagem aconteceu após a morte da homenageada, a Dona Menodora.

Nos anos de 1974 e 1999, o nome da instituição mudou em função dos níveis de ensino oferecidos. Em 1974, os níveis eram divididos em 1º e 2º Graus e deveriam estar explícitos na identificação da escola. Em 1999, não mais era preciso a identificação dos níveis de ensino e sim da rede à qual pertencia a escola e, nesse caso, à rede estadual.

Além das mudanças no nome, a escola passou por vários atos administrativos, que de certa forma proporcionavam reorganização no funcionamento e também das ações da escola. Na realidade, constituem momentos importantes sobre a história e o funcionamento do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, e permitem compreender a instalação e o funcionamento do Curso na instituição. Estes atos são apresentados no Quadro 5.

De acordo com os dados do Quadro 5, fica evidente que as legislações vigentes em cada época propunham que as escolas acompanhassem as mudanças ocorridas e, assim, fizessem as adequações necessárias ao funcionamento da própria instituição.

Na época da instalação da escola, a legislação que estava em vigor era a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional de nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, a qual estabelecia que o curso, para formação de professor, fosse oferecido em instituições escolares. A princípio, o curso da escola seria então o Normal do 2º ciclo, curso este de formação de professores primários, com duração de dois anos. Porém, como a instalação da escola ocorreu em um período de transição de leis, ou seja, da implantação da Lei n 5.692/1971, o Curso passou a ser o de Habilitação Específica para o Magistério.

Quadro 5 - Atos administrativos referentes à Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”

Anos	Atos Administrativos
1970	Funcionamento da Escola Normal 2º ciclo de Dourados e do Primário ao Ginásio. Decreto nº. 1.164 de 27/5/1970, publicado no Diário Oficial de 12/3/1970.
1971	Nova Denominação de Centro Educacional D. “Menodora Fialho de Figueiredo” e integração da Escola Norma. Decreto nº. 14/78, de 11/3/1971.
1974	Criação da Escola Estadual De 1º E 2º Graus “Menodora Fialho de Figueiredo” e Integração da Escola Norma. Decreto nº. 16.614, de 20/6/1974.
1976	Autorização de 1º grau de 1ª a 4ª série e 5ª a 8ª série – Deliberação 164/761982 - 2º Grau – Habilitação para o Magistério de 1ª a 4ª série do 1º Grau – Decreto nº. 849/1976
1977	Reconhecimento do 2º Grau – Portaria nº. 5179/1977
1984	Reconhecimento de 1ª a 8ª Série – Deliberação nº. 907/1984
1985	Curso de 2º Grau lei 7.044/82 – Deliberação nº. 1138/1985
1994	Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério da Pré-Escola e do Ensino de 1º Grau – 1ª a 4ª série.
2001	Encerramento do Curso de Magistério na instituição, em virtude das mudanças propostas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº. 9.394/1996), que estabeleceu: “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior.

Fonte: Arquivo da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”.

O início das atividades da Escola Normal de Dourados foi baseado em processo protocolado no DREC-09 com o número 70/1970, dirigido ao Dr. Gabriel Neves, Secretário de Educação e Cultura da época. No primeiro ano foi implantado do Pré-Escolar ao Ginásio e o 2º Grau, por causa da criação e integração da escola. Em 1974, após quatro anos de funcionamento, é que ocorreu a autorização dos níveis de ensino oferecido, bem como a própria criação da escola. Após esses atos, outros foram criados conforme as legislações vigentes. Aproximadamente, a cada dois anos havia a necessidade de adequações nas grades curriculares e também nos níveis de ensino. Em função dessas exigências, ocorriam novas autorizações, reconhecimentos de cursos e habilitações na instituição.

2.2 As Atividades de Ensino no Curso de Magistério

A instituição iniciou o Curso de Magistério já baseada nas prescrições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a de nº 5.692/1971. A Lei fixou as “diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus” no país, constituindo o dispositivo norteador da reforma instituída no início da década de 1970, e impactou profundamente o funcionamento das escolas e a organização didático-pedagógica do ensino elementar e médio brasileiro.

Um conjunto numeroso de decretos, pareceres e resoluções foi estabelecido em âmbito nacional e estadual nos anos de 1970, visando à normatização dos mais diversos aspectos da organização do ensino, evidenciando a centralização e a burocratização vigentes no campo educacional nesse período. No que diz respeito à formação do professor primário, a Lei 5.692/1971 acabou contemplando

a escola normal, no bojo da profissionalização obrigatória adotada para o 2º grau, transformou-a numa das habilitações desse nível de ensino, abolindo de vez a profissionalização antes ministrada em escola de nível ginásial. Assim, a já tradicional escola normal perdia o *status* de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia. (TANURI, 2000, p. 78).

A referida Lei determinou como “formação mínima para o exercício do magistério, no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau, realizada no mínimo em três séries” (TANURI, 2000, p. 81). O art. 29 da referida Lei de Diretrizes e Bases estabelecia que:

a formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, ajustando-se às diferenças culturais de cada região do país e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo e às fases de desenvolvimento dos educandos. (TANURI, 2000, p.81).

O currículo da Habilitação Específica para o Magistério era organizado “em um núcleo comum de formação geral, obrigatório em âmbito nacional – composto de disciplinas da área de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências – e uma parte de formação especial” (TANURI, 2000, p.81).

A parte referente à formação especial do professor primário, de acordo com a regulamentação do Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) - 349/1972, seria constituída de fundamentos de educação, abrangendo aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da educação, estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, bem como didática, incluindo prática de ensino. No Parecer consta que:

A Didática compreenderá estudos relativos à Metodologia de Ensino, sob os aspectos de planejamento, execução[...]. Com relação à Prática de Ensino, O aluno Mestre[...] compreenderá a estrutura, organização e funcionamento da escola de 1º grau e entrará em contato com seu futuro campo de trabalho[...]. A Prática de Ensino deverá ser realizada nas próprias escolas da comunidade, sob a forma de estágios supervisionados. (GONÇALVES; PIMENTA, 1992, p.126).

Diante de tal reforma, Tanuri (2000) afirma que, referente à Lei nº 5.692/1971, com exceção da disciplina de Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º Grau, que acrescentava ao conjunto o conhecimento das questões pertinentes ao ensino de primeiro grau no contexto da realidade educacional brasileira, as demais disciplinas não trouxeram praticamente qualquer alteração em termos de conteúdo a ser contemplado no currículo, do que já vinha sendo trabalhado na formação do professor primário, de acordo com regulamentações anteriormente vigentes no ensino brasileiro.

Em consonância com as leis vigentes, o curso de formação de professores, implantado na Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”, em 1971, sofreu mudanças significativas nas grades curriculares. A documentação da Escola registra a estruturação do currículo, nos três primeiros anos do curso, de acordo com o contexto educacional e também com as particularidades da clientela.

As prescrições curriculares são, na realidade, socialmente construídas para uso em escolas, como relata Goodson (2001), os determinantes sociais e políticos que orientaram a seleção cultural para esse nível de ensino, os interesses subjacentes e as forças sociais que influenciaram a inclusão de alguns saberes e disciplinas no programa escolar (GOODSON, 1997, 2001). Em cada momento histórico e social, o currículo traduz conteúdos que expressam os princípios orientadores do sistema educacional por meio de um conjunto de diretrizes e normas, que orientam o que deve ser lecionado e a escola reflete essas orientações.

As disciplinas oferecidas nesse período atendiam a realidade dos alunos e a formação dos professores, pois foram organizadas com base nas fichas individuais dos alunos, cadernetas de professores, atas e relatórios finais. Porém, com essas características, as grades curriculares dos anos de 1971, 1972 e 1973 não atendiam os requisitos da Lei nº 4.024/1961, em fase de substituição, tampouco os da Lei nº 5.692/1971, em fase de implantação. Havia o risco de não aprovação delas e nem a validação do curso, conforme menciona o Processo nº 09/1979, encontrado no Arquivo da Escola. Ainda que houvesse um currículo prescrito, no início da implantação do Curso de Magistério na Escola, pelo sistema educacional brasileiro, na realidade, o que se observa nesse período é um currículo em ação de acordo com uma configuração com a realidade educacional local. No entanto, com a regularização das grades para os três primeiros anos do curso, as disciplinas oferecidas foram adequadas. Em 1971, as disciplinas oferecidas eram Português, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação Moral e Cívica, Educação Física e Desenho. Em 1972, as disciplinas eram Língua Portuguesa, Inglês, História, Geografia, Matemática, Ciências, Educação Moral e Cívica, Desenho e Metodologia, com 72 horas cada, exceto Língua

Portuguesa e Matemática com 108 horas cada. Em 1973, ano de formação da primeira turma do Curso de Magistério, as disciplinas oferecidas pela grade curricular eram: Língua Portuguesa, Inglês, Matemática, Educação Moral e Cívica, Desenho Pedagógico, Sociologia, Psicologia, Biologia, Educação Física e Metodologia com 72 horas cada, exceto Língua Portuguesa e Matemática com 108 horas cada.

Outras mudanças ocorridas na grade curricular, do ano de 1974 a 1982, são mencionadas a seguir, e mostradas no Quadro 6.

Em 1974, as disciplinas oferecidas eram: Língua Portuguesa, Matemática, Didática, Estágio Supervisionado, Metodologias, Educação artística, História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira (OSPB). Educação Moral e Cívica, Ciências, Programas de Saúde, Sociologia, Psicologia, Estrutura e Funcionamento, Filosofia, Educação Física. As disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado possuíam uma carga horária maior, no caso, a primeira disciplina com 180 horas e a segunda, 120 horas. Em 1974, também foram acrescentadas na grade curricular, as disciplinas de Problemática da Educação Brasileira e Regional (PEBR), e a Literatura Infantil, ambas as disciplinas com 72 horas cada uma.

Em 1975, as disciplinas oferecidas eram: Sociologia Educacional, Psicologia Educacional, Estrutura e Funcionamento de 1º Grau, Filosofia, Educação Física, todas com 72 horas. Do mesmo modo que nos anos de 1973 e 1974, eram as disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado que possuíam uma carga horária maior, no caso, a primeira disciplina com 180 horas e a segunda, 120 horas.

Entretanto, em 1975, a disciplina de Problemática da Educação Brasileira e Regional (PEBR) foi suprimida e foi inserida no lugar a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB). A disciplina de Literatura Infantil permaneceu na grade curricular e a disciplina de Estatística foi acrescentada.

No ano de 1976, as disciplinas oferecidas eram: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Inglês, Ciências Físicas e Biológicas, Programas de Saúde, Sociologia Educacional, Psicologia Educacional, Estrutura e Funcionamento do 1º grau, Filosofia e História da Educação, Educação Física, com 72 horas cada. Nos moldes dos anos anteriores, as disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado possuíam uma carga horária maior, sendo a primeira com 180 horas e a segunda de 120 horas. Entretanto, em 1976, a disciplina de Estudos dos Problemas Brasileiros sai para o retorno da disciplina Problemática da Educação Brasileira e Regional e as disciplinas de Literatura Infantil e a Estatística foram mantidas, tendo cada uma à carga horária de 72 horas.

Quadro 6 - Disciplinas do Curso Habilitação para o Magistério da Escola Estadual de I e II graus “Menodora Fialho de Figueiredo” (1974-1982)

Disciplinas	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982
Língua Portuguesa	72	-	-	-	-	-	-	-	-
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	-	-	72	72	90	90	72	72	72
Literatura Infantil	72	72	72	72	90	90	72	72	72
Matemática	108	-	-	-	-	-	-	-	-
Estatística	-	72	72	72	-	-	-	-	-
Estrutura e Funcionamento de 1º Grau	-	72	72	-	-	-	-	-	-
Estrutura e Funcionamento.	72	-	-	72	-	-	-	-	-
Estudos dos Problemas Brasileiros	-	72	-	-	-	-	-	-	-
Problemática da Educação Brasileira e Regional	72	-	72	72	-	-	-	-	-
Organização Social e Política Brasileira	-	-	-	-	60	60	72	72	72
Programas de Saúde	72	72	72	72	60	60	-	-	-
Biologia Educacional.	-	-	72	72	90	90	-	-	-
Educação Moral	72	72	76	-	-	-	-	-	-
Educação Religiosa	-	-	-	36	-	-	-	-	-
Ensino Religioso	-	-	-	-	-	-	36	36	36
Educação Física	72	72	72	108	-	-	-	-	-
Recreação e Jogos	-	-	-	-	90	90	108	108	108
Desenho Pedagógico	72	-	-	-	-	-	-	-	-
Sociologia	72	72	-	-	-	-	-	-	-
Sociologia Educacional	-	-	72	72	60	60	-	-	-
Psicologia	72	72	-	-	-	-	-	-	-
Psicologia Educacional			72	72	60	60	72	72	72
Filosofia	72	72	-	-	-	-	-	-	-
História Filosofia Educacional	-	-	72	72	90	90	-	-	-
Didática	180	180	180	-	-	-	-	-	-
Didática e Práticas de Ensino	-	-	-	180	-	-	144	144	144
Prática de Ensino e Estágio Supervisionado	-	-	-	-	-	120	-	-	-
Estágio Supervisionado	120	120	120	120	120		150	150	150
Metodologia do Ensino de Comunicação e Expressão	-	-	-	-	-	-	72	72	72
Metodologia do Ensino de Matemática	-	-	-	-	-	-	72	72	72
Metodologia do Ensino de Ciências	-	-	-	-	-	-	72	72	72
Metodologia do Estudo de Estudos Sociais	-	-	-	-	-	-	72	72	72
Metodologia	-	-	-	-	120	-	-	-	-
Metodologia Especial	-	-	-	-	-	120	-	-	-
Técnica de Alfabetização	-	-	-	-	-	-	72	72	72
Carga horária total	948	948	1092	1164	930	930	1.086	1.086	1.086

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das atas de resultados finais de 1974 a 1982.

Em 1977, as disciplinas oferecidas eram: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Ciências Físicas e Biológicas Educacional, Sociologia Educacional, Psicologia Educacional, Estrutura e Funcionamento, Educação Física, com 72 horas cada. Do mesmo modo dos anos anteriores, as disciplinas de Didática e Estágio Supervisionado continuaram com uma carga horária maior, com 180 horas para a primeira e 120 horas para a segunda. Quanto aos Estudos dos Problemas Brasileiros e Problemática da Educação Brasileira e Regional, mantém-se igual ao ano de 1976. A disciplina de Estatística Aplicada à Educação é suprimida da grade curricular e é inserida a disciplina de Educação Religiosa com uma carga horária de 36 horas.

Em 1978, o Curso passou a ter a denominação de “2º Grau Habilitação para o Magistério”, e a grade ficou dividida em Educação Geral e Formação Especial. A parte referente à Educação Geral passou a ser constituída pelas disciplinas de Comunicação e Expressão - Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, com 90 horas; Estudos Sociais e OSPB, com 60 horas; Ciências e Programas de Saúde, com 60 horas. A parte referente à Formação Especial passou a ser composta das disciplinas de Psicologia Educacional, Sociologia Educacional, ambas as disciplinas com carga horária de 60 horas; a Biologia Educacional, a História e Filosofia Educacional, Literatura Infantil e Recreação e Jogos, cada uma com a carga horária de 90 horas, a Metodologia Especial das Atividades e áreas de Ensino e 1º Grau e o Estágio Supervisionado, com carga horária de 120 horas cada uma delas.

Em 1979, o Curso permanece com a mesma denominação de 2º Grau Habilitação para o Magistério. É mantida a mesma configuração da grade curricular dos anos de 1977 e 1978, apenas se diferenciando com a junção das disciplinas de Metodologias, Prática de Ensino e o Estágio Supervisionado.

As disciplinas oferecidas no Curso Habilitação Específica para o Magistério, durante a década de 1970, tinham como condição principal o oferecimento de conteúdos preparadores do aluno para o exercício profissional. O currículo foi, então, organizado em um Núcleo Comum obrigatório em âmbito nacional e uma formação especial, que favorecesse o mínimo necessário à habilidade profissional.

Acredita-se que, em consequência da organização do curso nesses critérios, as disciplinas e carga horária foram sofrendo alterações ano a ano, sendo mais comuns aquelas relacionadas às disciplinas curriculares. Essas alterações eram em função das legislações vigentes, mas também em função da adequação do corpo docente, que na época era praticamente composto de professores não formados ou de áreas diferentes. Esse fato é comprovado pelo depoimento da diretora Generoza:

É primeiro por implantação, e o objetivo principal era porque era a época da bola de neve da implantação da lei, então de acordo com que iam estudando amadurecendo sobre a lei ia se mudando a grade curricular pra atender a formação de professores que precisavam no mercado de trabalho. Então essa mudança era devido a implantação e também profissionais que chegavam habilitados né pra trabalhar com esse magistério, que era a menina dos olhos do estado e da cidade Também porque era a primeira escola Magistério pública.(Generoza. Depoimento em 14/8/2012).

Uma mudança significativa ocorreu em 1980, quando a grade curricular passou a ser dividida em Núcleo Comum e Parte Diversificada. Há também a inclusão de Ensino Religioso, de acordo com o art. 7º da Lei nº 5.692/1971. Nesse ano, também foram incluídas na grade curricular as disciplinas de Técnicas de Alfabetização e as Metodologias de Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e Estudos Sociais. As mudanças apresentadas a partir de 1983 estão presentes no Quadro 7.

Como se pode observar pelo Quadro 7, a partir de 1984, a grade curricular passou por alterações em seu Núcleo Comum com a inclusão de Educação Artística e Programa de Saúde. Na parte referente à Formação Especial, ocorreu a exclusão das Metodologias e adequação das seguintes disciplinas: Técnica de Alfabetização, Recreação e Jogos, Literatura Infantil, Biologia Educacional, Estatística Aplicada, Práticas de Ensino, com uma carga horária de 72 horas; e Estrutura e Funcionamento de 1º Grau, com uma carga de 77 horas, e Estágio Supervisionado, com uma carga de 135 horas.

Nos anos de 1985 e 1986, foi mantida a mesma grade curricular do ano de 1984; porém, ocorreu o aumento na carga horária de algumas disciplinas. As disciplinas de Organização Social e Política Brasileira, Programas de Saúde, Ensino Religioso e Educação Artística passaram de 36 horas para 40 horas. As disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira, Literatura Infantil, Estrutura e Funcionamento de Primeiro Grau, Estatística Aplicada à Educação, Biologia Educacional, Didática, Prática de Ensino passaram de 72 horas para 80 horas; e Jogos e Recreação, de 72 horas para 120 horas.

Nos anos de 1987 a 1989, as mudanças ocorreram em relação à carga horária de algumas disciplinas e à nomenclatura do Curso. Foi nesse período que o Curso passou a ser denominado como Ensino Regular Habilitação para o Magistério de 1º Grau de 1ª a 4ª série. A divisão da grade curricular em Núcleo Comum e Parte Diversificada também foi suprimida no período.

Quadro 7 - Disciplinas do Curso Habilitação para o Magistério da Escola Estadual de I e II Graus
 “Menodora Fialho de Figueiredo” (1983-1992)

Disciplinas	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992
Língua Portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	144	144	-
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	72	72	72	80	156	156	156	-	-	-
Literatura Infantil	72	72	72	80	-	-	-	-	-	-
Estrutura e Funcionamento de 1º Grau	-	72	72	80	78	-	-	72	72	-
Estrutura e Funcionamento	-	-	-	-	-	78	-	-	-	-
Estatística Aplicada à Educação	-	72	72	80	78	78	78	72	72	-
Organização Social e Política Brasileira	72	36	36	40	39	39	39	36	36	-
Estudos Sociais	-	36	-	-	-	-	-	-	-	-
Programa de Saúde	-	36	36	40	39	39	39	36	36	-
Biologia Educacional	-	72	72	80	78	-	-	-	-	-
Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	39	-	-	-	-	-
Ensino Religioso	36	36	36	40	39	-	-	-	-	-
Recreação e Jogos	108	72	72	120 *(80)	78	78	78	72	72	-
Educação Artística	-	36	36	40	78	78	78	72	72	-
Psicologia Educacional	72	-	-	-	-	78	78	-	-	-
Psicologia da Educação	-	-	-	-	-	-	-	72	72	-
História e Filosofia da Educação	-	-	-	-	-	78	78	72	72	-
Didática	-	72	72	80	78	-	-	-	-	-
Didática e Prática de Ensino	144	-	-	-	-	156	156	144	144	-
Prática de Ensino	-	72	72	80	78	-	-	-	-	-
Estágio Supervisionado	150	135	135	135	100	100	100	100	100	-
Técnica de Alfabetização	72	72	72	72	-	-	-	-	-	-
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metodologia do Ensino de Matemática	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metodologia do Ensino de Ciências	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Metodologia do Ensino de Estudos Sociais	72	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carga horária total	1.086	963	927	1.087 (1.047)*	958	958	880	892	892	

*Carga horária diferenciada para o turno noturno.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das atas de resultados finais de 1983 a 1992.

Há de se considerar aqui que a década de 1980 foi uma época de mudanças na sociedade, tanto política quanto econômica, influenciando, assim, as mudanças educacionais. Gonçalves e Pimenta (1992, p. 54-55, grifo dos autores) afirmam:

As eleições gerais de 1982 são um marco importante no processo de resistência ao movimento militar de 1964. Significativa quantidade de políticos de oposição ao regime é eleita, tanto do Poder Executivo dos Estados como para o Poder Legislativo [...]. Progressivamente, os mesmos grupos de oposição passaram a considerar que a luta pôr uma Assembléia Nacional Constituinte devia ser meta fundamental. [...]. Paralelamente, a economia do país oscila entre períodos de violento agravamento dos índices inflacionários e outros de relativo reordenamento econômico. Os planos “Cruzado I”, “Cruzado II” (1986), “Bresser” (1987), e “Verão” (1989), não conseguiram reduzir de fato a inflação [...] ficam evidente os consideráveis reflexos negativos no padrão de vida de imensa maioria da população. [...] continuam a vigorar, em sua plenitude, os dispositivos legais herdados dos governos militares. Entretanto, por solicitação do Ministério da Educação e Cultura, o Conselho Federal de Educação baixou a *Resolução nº 6/86, datada de 26 de novembro de 1986*. Esse documento [...] “reformula o Núcleo Comum para os Currículos de Ensino de 1º e 2º graus”.

A Resolução 06/1986 precedia mudanças significativas no Núcleo Comum, dentre elas: a inclusão de História e Geografia nas séries iniciais do 1º grau; a extinção de “Comunicação e Expressão” como nomenclatura para a disciplina de Português; desvinculação da Matemática das “Ciências”, caracterizando estas como Ciências Físicas e Biológicas, quando referentes ao 1º grau, e no 2º grau desdobrando-se em Física, Química e Biologia; inclusão de Filosofia no 2º grau; obrigatoriedade de Língua Estrangeira Moderna no 2º grau (GONÇALVES; PIMENTA, 1992, p. 56).

No início da década de 1990, ocorreu o retorno à democracia no quadro político brasileiro. Em função disso, o Curso de Magistério passou por uma reformulação curricular, e, dentre as mudanças mais importantes, vale a pena citar o retorno das disciplinas de Filosofia e Sociologia e a inserção das disciplinas de Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino de Alfabetização. Ainda que o curso tivesse passado por essas reformulações curriculares, a disciplina de Metodologia de Estudos Sociais permanecia no currículo. Não se pode deixar de esclarecer aqui que o ensino de Estudos Sociais passou a ser contestado desde o início dos anos de 1980, com a redemocratização do Brasil, tanto pela academia quanto pela sociedade organizada, representada pela Associação Nacional de Professores Universitários de História (ANPUH), que almejavam o retorno da disciplina de História. Esses debates se acirraram, ainda mais, na segunda metade da década de 1980 e início dos anos de 1990, por causa das reformas democráticas na área educacional, que repercutiram, inclusive, nas novas propostas de ensino de História (SCHIMIDT; CAINELLI, 2004; BITTENCOURT, 2004).

Outras observações referentes a esse período podem ser verificadas nas informações do Quadro 8.

Quadro 8 - Disciplinas do Curso Habilitação para o Magistério da Escola Estadual de 1º e 2º Graus “Menodora Fialho de Figueiredo” (1993-2001)*

Disciplinas	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Língua Portuguesa	74 (111)	74 (111)	74 (111)	74 (111)	74 (111)	124 (115)	120 (125)	118 (120)	120
Literatura	74	74	74	74	74	45 (38)	40 (42)	39 (41)	42
Língua Estrangeira Moderna	74	74	74	74	74	78 (80)	78 (80)	80 (86)	77 (79)
Matemática	74 (111)	74 (111)	74 (111)	74 (111)	74 (111)	83 (85)	77 (84)	74 (78)	71 (76)
Estatística Aplicada à Educação	74	74	74	74	74	-	-	-	-
Ensino Religioso	37	37	37	37	37	39 (42)	-	-	-
Educação Física	74 (111)	74 (111)	74 (111)	74 (111)	74 (111)	-	-	-	-
Recreação e Jogos	74	74	74	74	74	86 (91)	76 (81)	80 (84)	82 (88)
Educação Artística	74	74	74	74	74	78 (85)	73 (80)	78 (82)	76 (78)
Sociologia da Educação	-	-	-	-	-	82 (84)	82 (83)	80 (82)	78 (86)
Psicologia Educacional	74	-	-	-	-	-	-	-	-
Didática	-	-	-	-	-	80 (85)	80 (84)	82 (84)	80 (82)
Estágio Curricular Supervisionado	80 (90)	80 (90)	80 (90)	80 (90)	80 (90)	80	80	80	80
Metodologia de Português	74	74	74	74	74	84	86	80	76 (82)
Metodologia de Pré-Escolar			74	74	74	79 (86)	86	78 (79)	78
Metodologia de Matemática	74	74	74	74	74	80 (86)	78 (80)	76 (80)	74 (84)
Metodologia de Ciências	-	-	-	-	-	41 (46)	40 (42)	41	39 (41)
Metodologia de Estudos Sociais	-	-	-	-	-	38 (40)	37 (40)	39 (40)	39 (41)
Carga horária total	864 (874)	790 (800)	790 (800)	790 (800)	790 (800)	1.099 (1.127)	963 (826)	1.009 (977)	932 (899)

*Carga horária entre parênteses refere-se ao turno noturno.

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das atas de resultados finais de 1993 a 2001.

Com as mudanças ocorridas em 1995, a grade curricular foi novamente reestruturada. O Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo” passou também a oferecer

a Habilitação em Pré-Escolar, com a denominação de Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério de Pré-Escola e do Ensino de 1º Grau de 1ª a 4ª séries.

Em 2001, a Escola encerrou as atividades do curso de formação de magistério, que tinha a denominação de Habilitação Específica de 2º Grau para o Magistério de Pré-Escola e do Ensino de 1º Grau de 1ª a 4ª séries, com a formação da última turma.

2.3 Os professores do Curso de Formação de Professores da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo” (1970-2001)

Na trajetória do Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”, também se fazem presentes os sujeitos desse processo. Entre eles, serão destacados o corpo de professores que trabalhou nas diversas etapas do curso.

Em pesquisa no arquivo da Escola, foi possível identificar alguns professores que lecionaram no curso de formação de professores no período de 1971 a 2001. Da maioria deles só foi possível identificar o nome e as respectivas disciplinas, enquanto de outros, a formação e atuação. Para melhor representação foi trabalhado com um grupo de professores que lecionaram na escola nos três primeiros anos do curso, descrevendo também as disciplinas que lecionaram. Depois com os professores do ano de 1975, foi possível elaborar um quadro com três categorias de identificação, com nome dos professores, sua formação e as disciplinas ministradas. Por fim, foi elaborado um quadro final, comparativo, somente com os nomes dos professores dos anos de 1984, 1985, 1988, 1995 e 2001

Com os dados relativos aos três primeiros anos do curso, é possível afirmar que, em 1971, encontravam-se atuando os seguintes professores: Marluce José Silva, lecionando Português; Antonio Sérgio, Inglês; Blasius Rachor, Matemática; Shio Yoshikawa, História; Kumie, Educação Moral e Cívica; José Pereira, ministrando Educação Física; Maria Reis Alicia, Desenho (Livro de Ponto nº 138 de 1971).

No ano de 1972, os professores encontrados e suas respectivas disciplinas foram: Irmão Flavio, Língua Portuguesa; Fernando Peres Soler, Inglês; Irmã Anísia M. Schneider, Matemática; Shio Yoshikawa: História; Mário Geraldini, Geografia; Irmã Terezinha Dores, Ciências e Educação Moral e Cívica; José Pereira, Educação Física; Marinísia Venceslau, Desenho (Livro de Ponto nº 126 de 1972).

Para o ano de 1973, foram encontrados os professores: Angelina Ferreira, Língua Portuguesa; Fernando Peres Soler, Inglês; Irmã Anísia M. Schneider, Matemática; Shio Yoshikawa, História e Psicologia; Antonio Miranda, Geografia; Irmã Terezinha Soares,

Biologia; Adir Casaro, Educação Moral e Cívica; Mario Luiz Alves, Educação Física; Rosa Maria Casarin, Educação Artística e Sociologia Educacional; Zonir Freitas Tetila, Metodologia (Livro de Ponto nº 126, de 1973). Nas demais disciplinas, os professores assinaram com rubricas, impossibilitando a identificação deles.

Diante desse contexto, observa-se que, na época da implantação do Curso de formação, os professores lecionavam, muitas vezes, mais de uma disciplina, ou então, em mais de um nível de ensino. Isto ocorria em virtude da falta de professores habilitados ou não disponíveis naquele período; a maioria ainda estava em fase de formação em nível superior ou eram de outras áreas do conhecimento.

Observa-se, também, que nos três primeiros anos do curso, houve rotatividade de professores em quase todas as disciplinas. As disciplinas de Português, Desenho/Educação Artística e Educação Moral e Cívica foram três professores, um para cada ano. Nas disciplinas de Inglês, Matemática, Geografia, Educação Física, foram dois professores, permanecendo dois anos o mesmo professor. A única disciplina que permaneceu com a mesma professora pelos três anos foi a de História.

Dando continuidade à identificação dos professores, no ano de 1975 foi localizada, em um processo de autorização de grades curriculares, calendário e funcionamentos dos cursos, uma lista de professores que exerciam suas atividades no referido ano. Com base nos dados do Quadro 9, é possível fazer uma análise referente a três categorias. Quanto à formação, observa-se que somente 43% dos professores possuíam ensino superior e, entre os graduados, somente um não tinha formação na área educacional, sendo formado em Direito. Ainda sobre formação, quase todas as áreas são contempladas, pois têm formados em Letras, que poderiam lecionar as disciplinas de Português, Inglês e Literatura; os formados em Estudos Sociais, que poderiam lecionar as disciplinas de História, Geografia, Organização Social e Política Brasileira, Estudos de Problemas Brasileiros, Problemática da Educação Brasileira e Regional e Educação Moral e Cívica; os formados em Ciências contemplam as disciplinas de Matemática, Ciências Físicas e Biológicas; os formados em Pedagogia, as disciplinas pedagógicas. Os formados em Artes e Educação Física, em suas respectivas áreas. Quanto aos professores de 1ª a 4ª série, dez dos dezesseis tinham o Normal e seis estavam cursando nível superior. Diante dessa realidade, pode-se afirmar que o quadro de professores dessa etapa de ensino era bem-regularizado e todos se encontravam qualificados para suas funções.

Quadro 9 - Professores do ano de 1975, sua formação e as disciplinas ministradas

Nome	Formação	Disciplina que leciona
Antonio Carlos Gandolfi	1º ano de Ciências	1ª a 4ª série
Divanei Lopes de Lima	Normal	1ª a 4ª série
Elvira G.de Oliveira	Direito	Sociologia, Filosofia, e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB).
Elza Ferreira de Pieri	Normal	1ª a 4ª série
Elza de Matos Machado	Normal	1ª a 4ª série
Gedalha Ferreira Batista	3º Semestre de História	1ª a 4ª série
Helena Maria Sharvaz	Estudo Sociais	EPB
Hilário Arvo	Filosofia	Filosofia
Ineide Stranieri	Estudo Sociais	História
Ivanilde Dispató	Letras	1º e 2º Grau
IvonePaniz	Normal	1ª a 4ª série
Ilza Pereira Chaves	Normal	1ª a 4ª série
José Felice	1º Ano de Ciências	1ª a 4ª série
José Wagner Botelho	Ciências	Matemática
Lourdes Peres	Normal	1ª a 4ª Série
Maria de Fátima Bento	Estudo Sociais	1ª a 4ª Série
Maria F. de Moraes	2º Ano de Letras	1ª a 4ª Série
Maria H.S. Sinotti	Educação Física	Educação Física
Maria José N. Alves	Normal	1ª a 4ª série
Maria Lidia Silva	Artes Industrial	Educação Artística e Didática
Mario Luiz Alves	Educação Física	Educação Física
Massae Sakene	Normal	1ª a 4ª série
Myrian Ramez F. Bruno	Ciências Sociais	2º Grau
Neide Marlene Dallacqua	Ciências	Biologia
Percilia Dias Prado	Normal	1ª a 4ª Série
Rose Mary Molina Guizardi	Ciências	Programa de Saúde, Biologia Educacional Matemática e Estatística
Sonia Cristina de Olissio	Último ano de História	1ª a 4ª série
Silvania Luiza Martins	Letras	Língua Portuguesa
Zulmira Mori	Normal	1ª a 4ª série
Zonir Freitas Tetila	Pedagogia	2º Grau

Fonte: Pasta de documentos do Processo de autorização de Grade Curricular para o ano de 1975.

O Quadro 10 mostra os nomes dos professores que lecionaram nos anos de 1984, 1985, 1988, 1995 e 2001. Evidencia uma pluralidade de professores e uma constante renovação no quadro docente. Apesar de algumas permanências prolongadas, existiam também saídas e regressos, ou afastamentos e retornos.

De acordo com os dados do Quadro 10 é perceptível o aumento do número de professores lecionando no Curso de Formação. Em 1984, onze professores atendiam as nove turmas de Magistério, sendo três turmas de cada ano, 1º, 2º e 3º Magistério. Em 1985, sobe para dezenove professores e, em 1988, para vinte e um professores, para atender o mesmo número de turmas do ano de 1984.

Quadro 10 - Professores que lecionaram nos anos de 1984, 1985, 1988, 1995 e 2001

1984	1985	1988	1995	2001
Ana Cecília B. Mesquita	Alcina Rocha dos Santos	Augusto Cardoso Barnabé	Adélia Garcia Ribeiro	Airton Badanhan
Diva dos Santos	Ana Maria de Miranda	Diva dos Santos Gomes	Cláudio Miranda	Augusto Cardoso Barnabé
Ieda Luci Martins da Silva	Adélia Garcia Martins	Edelzuita Ferreira de Souza	Doraci Moraes Maia	Auria de Matos Manoel
Marlene Aparecida dos Santos	Airton Badanhan	Elídio Médiçi	Elídio Médice	Claudio Miranda
Lúcia Eugênia P. Martini	Ana Alice Simplício Geraldini	Eunice Gomes Souto	Etelvina Aparecida Marques de Assunção	Conceição Soares da Silva
Maria do Rosário Moreira	Augusto Cardoso Barnabé	Ieda Luci Martins da Silva	Eunice Gomes Souto	Debora Farias de Aguiar Lima
Maria Marques Paz	Cecília Teston Cipolla	Ivanilde Aparecida Taquette	Eurides Campos da Silva	Doraci Moraes Maia
Rita Angelina Barbosa Silveira	Eunice Gomes Solto	Keiko Nozu Imada	Fause Faker	Edna Aparecida da Silva
Suzana Tsuyako Imada	Elídio Medici	Lucia Eugenia Pitas Martini	Giselda Maria Paulus	Elidio Medice
Vilma P. Carvalho	Gertrude RenateKurtz	Marlene Aparecida dos Santos	Haroldo Paulo Câmara Medeiros	Elizabeth Vieira Júlio Soares
Wilson José Moreti	Ieda Luci Martins da Silva	Maria do Rosário Moreira Sechi	Humberto Felix de Souza	Eunice Gomes Souto
	Julia Akemi Nomura	Margarida Fruguli Moreira	João Batista dos Santos	Giselda Maria Paulus Schuls
	Lúcia E.P.Martini	Maria Terezinha Dalmaso Favero	José Antonio do Nascimento Junior	Humberto Félix de Souza
	Maria Célia Aquino	Maria Erotildes Costa Barros	José Pereira de Souza	Ilda Maria Ortega Sanches Botega
	Maria do Rosário Moreira Sechi	Neuza Octavio Pereira Silva	José Roberto Catanio	Jose Daniel da Silva
	Marlene Aparecida dos Santos	Rita Angelina Barbosa Silveira	Lauro Sergio Davi	Jose Mauro Galiza Ansaldi
	Nivea Maria R. Nascimento	Sandra Mota Silva	Lourdes Peres	Jose Pereira de Souza
	Suzana T.Imada	Suzana T. Imada	Lúcia Eugênia Pittas Martini	Karina de Cassia Santos Garcia
	Wilson Moretti	Vaner Martins Gonçalves	Maria Aparecida Conti	Keiko Nozu lamada
		Yolanda Ferreira Cipolla	Maria do Rosário Moreira Sechi	Leandro Ferreira Forte
		Zelia do Carmo Ferreira	Maria Terezinha Dalmaso Favero	Lucia Regina Nazário Martini

Continua

Quadro 10 – Continuação

1984	1985	1988	1995	2001
			Marli das Graças Simardel Ortega Dantas	Marcos Falco de Lima
			Marli de Oliveira	Maria Abgail de Souza
			Maeli Hod Vilhalva Velasques	Maria de Lourdes Gonçalves Ibanhes
			Nedina Roseli Martins Stein	Maria Lúcia da Silva
			Paulo de Tarso Pereira	Maria Socorro Maia do Nascimento
			Rildo Pinheiro do Nascimento	Maria Terezinha Dalmaso Fávero
			Rita Regina Cardoso Diniz	Maricelia Ferreira da Silva
			Silmara Regina Navarro Scaliente	Mario Sergio Gonzáles
			Solenir Olídio Pires Vareiro	Marisia de Paula Brandão Martins
			Sonia Morais Marques Luiz	Neusa Ferreira de Souza
			Tânia Mara Rossini	Osmar Dantas
			Valéria Estarda C. Barbosa	Paulo de Tarso Pereira
			Wilson José Moreti	Ramão Agedo Vieira
				Rosimar Camacho da Silva
				Simone Flavia Alessio
				Tânia Mara Rosini
				Vani Aparecida Mendes Soares
				Wilson José Moreti
				Zenaide Morales Moreti

Fonte: Livros de Ponto dos professores.

Outro grande aumento acontece em 1995, quando o número de professores chega a trinta e quatro, para atender doze turmas de Magistério, sendo cinco para o 1º ano, três para o 2º ano, dois para o 3º ano e dois para o 4º ano. No último ano do curso, trinta e nove professores atuam no Curso de Magistério. Em observação geral, verifica-se que um grande número de professores da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo” contribuiu com a formação de professores para Dourados e região.

2.4 O Fluxo de Formandos do Curso de Magistério na Instituição

Na tentativa de encontrar caminhos para traçar a trajetória dos egressos da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, optou-se por apresentar em um quadro o número de formandos no Curso de Habilitação Específica para o Magistério dessa Escola, desde a formatura da primeira turma ocorrida em 1973 até a da última turma, em 2001. Foi a Escola “Menodora” a primeira instituição de formação de professores do município de Dourados, pertencente à iniciativa pública, a ofertar o Curso de Magistério, funcionando tanto no período diurno quanto noturno.

A análise dos dados presentes no Quadro 11, com o número de formandos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, do período de 1973 a 2001, permitiu identificar que a Escola formou aproximadamente 1.561 professores, dentre estes, 930 habilitados para atuar de 1ª a 4ª séries do 1º Grau e 631 habilitados para atuar na Pré-Escola e de 1ª a 4ª séries do 1º grau.

Outro dado a ser observado no Quadro 11 é o pequeno número de formandos do sexo masculino. Essa realidade comprova a afirmação de que a docência para os “pequenos” é quase que totalmente exercida por mulheres. Mesmo que existam discussões a respeito da inserção do homem no Magistério, ainda o número é bastante reduzido em relação às mulheres nesse exercício. Com base nos dados coletados, foi possível elaborar, ainda, o Gráfico 1 para demonstrar os percentuais de evolução, com momentos de crescimento e retrocesso no número de formandos.

De 1981 a 1990, foi possível observar um aumento significativo no número de formandos no Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Um acréscimo importante, pois pode-se dizer que triplicam o número de formandos com relação aos anos de 1973 a 1980. Tal fato pode ser explicado por causa da formação de mais de uma turma do Curso de Magistério, a partir de 1981 na instituição. Para uma melhor compreensão sobre esse fato, convém registrar aqui que, em 1981, foram formadas duas turmas do Curso e de 1982 a 1990, três turmas, o que permite explicar o aumento no número de formandos na Escola.

Entretanto, de 1991 a 2001, observa-se que, embora o número de formandos no Curso de Magistério seja significativo na Escola, percebe-se que houve a redução de uma turma de formandos do Curso, pois enquanto que nos anos de 1982 a 1990, foram formadas três turmas, e de 1991 a 2001, apenas duas turmas do Curso de Magistério na instituição. A análise do contexto oferece argumentos para justificar essa redução no número de turmas na

escola, e um deles é que houve redução de turmas para abrir espaço físico para o oferecimento do Curso de 2º Grau Colegial conforme a Lei nº 7.044/1982. Porém, o número de alunos matriculados no último ano do curso continuou praticamente o mesmo.

Quadro 11 - Formandos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” (1973 a 2001)

Anos	Alunos do sexo feminino	Alunos do sexo masculino	Total de alunos	Numero de turmas por ano
1973	18	2	20	1
1974	27	1	28	1
1975	23	3	26	1
1976	22	-	22	1
1977	26	5	31	1
1978	17	1	18	1
1979	29	-	29	1
1980	23	3	26	1
1981	52	6	58	2
1982	67	7	74	3
1983	68	13	81	3
1984	52	13	65	3
1985	58	5	63	3
1986	59	6	65	3
1987	56	11	67	3
1988	56	5	61	3
1989	64	6	70	3
1990	81	3	84	3
1991	43	3	46	2
1992	-	-	-	-
1993	51	3	54	2
1994	62	6	68	2
1995	85	2	87	2
1996	64	7	71	2
1997	54	3	57	2
1998	62	3	65	2
1999	77	3	80	2
2000	70	7	77	2
2001	69	3	72	2
Total	1438	127	1561	57

Fonte: Atas de resultados finais do Curso de Magistério de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” de 1973 a 2001.

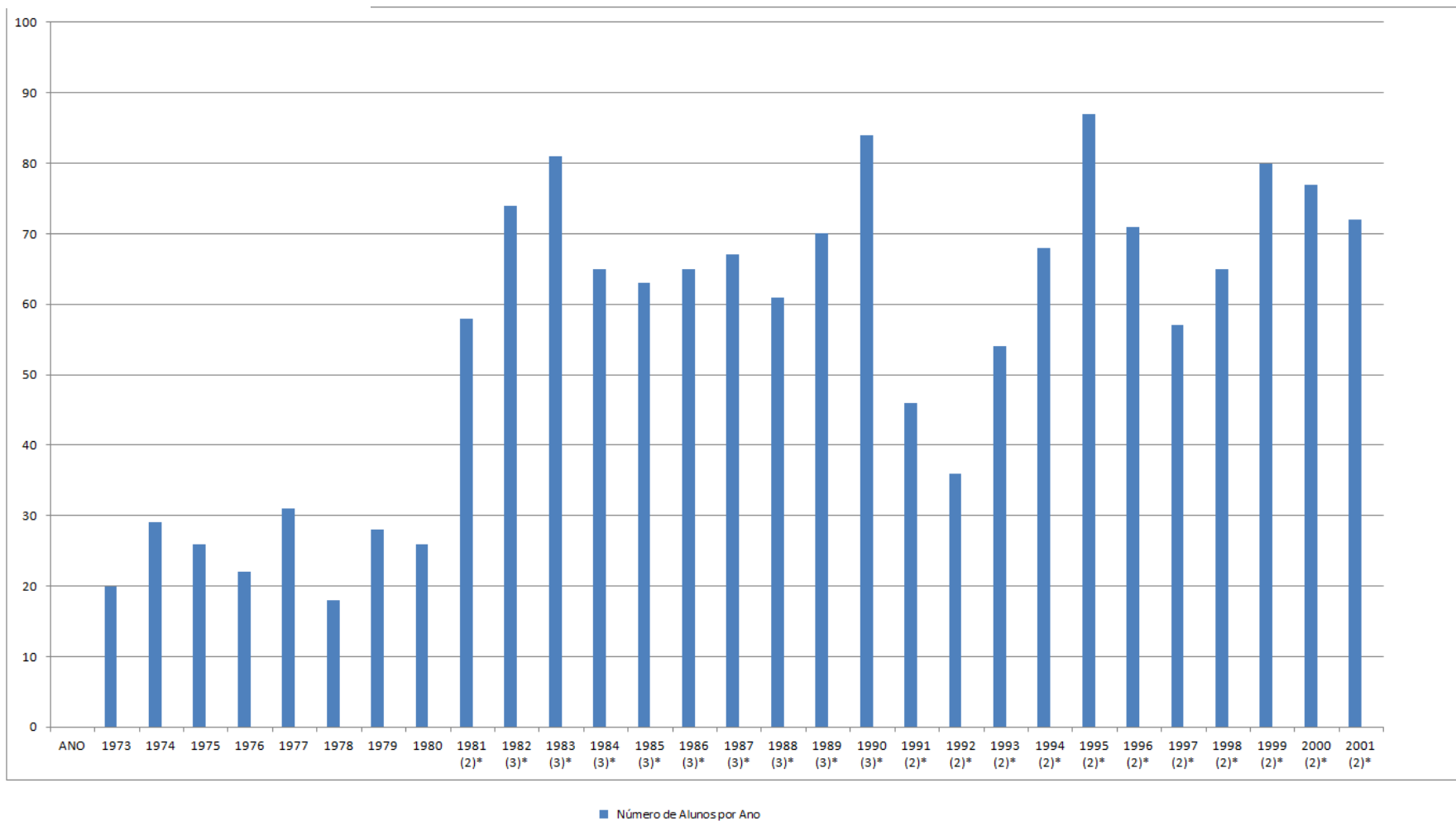


Gráfico 1 – Número de alunos por ano.

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nas atas de resultados finais.

*Número de turmas por ano.

Como o Curso de Magistério habilitava os professores para atuar de 1ª a 4ª série e na Pré-Escola, os professores formados na Escola “Menodora Fialho de Figueiredo” ingressaram na profissão exercendo suas atividades em escolas públicas e privadas. Muitos deles passaram atuar em escolas das séries iniciais, situadas tanto na cidade de Dourados quanto na região. Convém destacar que muitos egressos da Escola iniciaram a carreira docente em escolas rurais. Como citado anteriormente, as escolas rurais foram construídas, principalmente, a partir da instalação da CAND, e ainda nas décadas de 1970 e 1980 havia muitas escolas rurais em Dourados e região.

Esses professores ingressaram na profissão em escolas da rede estadual e municipal de ensino tanto como docentes efetivos quanto como contratados. Eles eram admitidos como efetivos somente após passarem por um concurso público. Os professores contratados eram admitidos como docentes, por meio de um contrato anual, sobretudo aqueles que ingressavam na rede municipal de ensino e região.

3 AS TRAJETÓRIAS DE PROFESSORES EGRESSOS DO CURSO DE MAGISTÉRIO DA ESCOLA ESTADUAL “MENODORA FIALHO DE FIGUEIREDO”

Este capítulo trata das trajetórias de um grupo de egressos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Essas trajetórias foram reconstruídas por meio de entrevistas realizadas com os depoentes durante a pesquisa de campo (Anexo A). O foco principal da pesquisa foi buscar, por meio da memória dos depoentes, as trajetórias de formação deles, desde sua escolarização inicial até a data da realização da pesquisa.

Nessa perspectiva, é importante retomar alguns pontos que permitem justificar o porquê da metodologia da história oral, com o uso da técnica da entrevista, para o desenvolvimento desta pesquisa e, assim, compreender a relação da história oral com as trajetórias dos egressos do Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”.

3.1 A História Oral e Memória

Para situar a história oral na construção da pesquisa, é necessário conhecer e compreender a trajetória da própria história oral. Quando se fala em história oral, logo vem à mente que alguém vai discorrer ou narrar oralmente um fato que viveu ou presenciou. Esse fato está presente ou “guardado” na memória da pessoa que faz a narrativa. Partindo desse princípio, é possível verificar a relação intrínseca da memória com a história oral.

De acordo com Félix (1998), é fundamental refletir a relação da pesquisa com a história e a memória. A primeira reflexão é a respeito da historiografia, cuja linha tem como alternativa escrever a história como próprio objeto de pesquisa, e a outra é em relação à importância da memória e da história como fonte de pesquisa histórica. O conceito de memória e seus lugares na vida social representam a vivência, o tempo, os lugares, as pessoas e os sentimentos. Assim, muitas pesquisas são direcionadas para a história cultural com ênfase nas práticas escolares, e, assim, buscam quem são os sujeitos da educação e como esses sujeitos praticam a educação. Os sujeitos escolares e suas memórias estão imbricados na cultura escolar, e os estudos realizados por meio da história oral têm se tornado muito importante para se compreender a relação dos sujeitos com a própria história e também como instrumento de preservação dessa memória, pois não é possível nenhum relato oral sem um exercício da memória.

Ao rememorar, as pessoas se lembram de fatos que, muitas vezes, caíram no esquecimento e com o esforço da memória eles voltam para o presente como lembranças e, então, por meio dos relatos orais, se tornam história. O ato de rememorar é a busca da própria memória que muitas vezes precisa da lembrança do outro para se fazer presente.

A memória guarda os acontecimentos particulares e sociais de cada pessoa, ou seja, aquilo que aconteceu com ela e com outras pessoas, que estavam no mesmo espaço, no mesmo contexto e viviam o mesmo tempo dos acontecimentos, mas que, muitas vezes, não tinham nenhuma relação entre si. Porém, esses acontecimentos e as lembranças deles ficaram na memória de cada um. Assim, a memória tanto é individual quanto coletiva.

Halbwachs (2004) afirma que a memória individual existe a partir de uma memória coletiva, posto que as lembranças são constituídas no interior de um grupo, onde as reflexões, os sentimentos, as paixões que nos são atribuídas, muitas vezes, são inspiradas pelo grupo. As reconstituições das lembranças são recíprocas, pois ao mesmo tempo em que o grupo nos leva para nossas lembranças, nós também os levamos para as suas. Nesse sentido, Halbwachs (2004, p. 34) pontua:

Para que nossa memória se auxilie com a dos outros, não basta que eles nos tragam seus depoimentos: é necessário ainda que ela não tenha cessado de concordar com suas memórias e que haja bastante pontos de contato entre uma e as outras para que a lembrança que nos recordam possa ser reconstruída sobre um fundamento comum.

Halbwachs (2004) enfatizou que a memória é constituída por meio das lembranças coletivas. As lembranças são fragmentos da história passada que se encontra com o presente, se reconstrói de acordo com o tempo presente e assim nos situa nos tempos e lugares dos acontecimentos. Dessa forma, o autor ressalta que:

[...] a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem . (HALBWACHS, 2004, p. 75-76).

A memória é muitas vezes como um patrimônio, aquilo que nos pertence. Esse pertencimento nos é individual, mas, quando é externalizado por meio das lembranças e pela oralidade, ele passa para a coletividade. Isso acontece porque nunca estamos sós, vivemos em grupos e nesses grupos os acontecimentos envolvem todos os que se encontram presentes ali. A respeito de patrimônio, Vianna (2003, p. 119) relata que:

Quando falamos em patrimônio, estamos nos referindo a uma porção de coisas consagradas e que têm grande valor para pessoas, comunidades ou nações. E também de coisas que podem ter valor para todo o conjunto da humanidade. A ideia remete à riqueza construída e transmitida, herança ou legado que influencia o modo de ser e a identidade dos indivíduos e grupos sociais.

A reunião das memórias passadas vai se construindo em patrimônio histórico dos grupos sociais de cada época. As histórias contidas nas memórias são construídas ao longo do tempo, nas relações vividas pela humanidade, de acordo com os acontecimentos, suas intencionalidades e suas necessidades. Nesse sentido, Le Goff (2003, p. 471) assinala que: “A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. ‘Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens’.”

Ainda com Le Goff (2003), a memória é construída historicamente pelos sujeitos nas suas relações. Segundo o autor, é crucial compreender o conceito de memória, reportando-a para a capacidade mental de armazenamento de informações, sejam de experimentações ou de conhecimentos adquiridos ao longo do tempo, e de trazer essas informações à tona quando necessárias. Sob esse aspecto, a memória se remete ao campo das funções psíquicas, no qual se podem atualizar as informações e impressões de um passado consolidado no presente.

Com os novos sentidos atribuídos aos depoimentos e aos relatos, hoje, eles são vistos como fontes e também como instrumento de preservação da memória. Existem várias questões que levam as pessoas a buscar essas memórias, transformando-as em riquíssimas fontes históricas, fontes estas importantes para compreendermos as histórias vividas.

Os historiadores que utilizam a metodologia da história oral congregam que são por meio das falas, dos discursos, dos silêncios e da linguagem que temos como ferramenta a memória e que ela não presta somente a armazenar as lembranças. Segundo Bosi (2004), a memória articula-se na vida social por meio da linguagem e vive do tempo que passou, mas, dialeticamente, supera-o, pois, por meio da reversibilidade temporal, promove a simultaneidade.

Com a inserção da história oral às pesquisas, passou-se para a valorização do humano e a subjetividade presente nesse campo não é mais uma barreira à cientificidade dos fatos e sim uma busca de novas fontes. A história oral passou a fazer parte do mundo dos historiadores, pois permite não apenas ampliar seus conhecimentos, mas buscar novas formas de pesquisas. Nesse sentido, Sarat e Santos (2010, p. 49) ressaltam que

A História Oral como possibilidade metodológica tem sido utilizada muito recentemente, e nem sempre, esteve dentro da academia como recurso teórico metodológico, espaço onde ficou durante muito tempo “a margem” da historiografia e das pesquisas históricas. Nos últimos anos ela tem tido um espaço significativo e passou a ser mais uma ferramenta na pesquisa que permite ao historiador responder suas indagações, assim como permitiu dar visibilidade a diferentes grupos sociais, por se tratar de uma história recente que usufrui da fonte oral como possibilidade de pesquisa.

A existência de algumas críticas em relação à credibilidade da história oral não impediu o estabelecimento dela, como uma metodologia bem-estruturada para a produção das pesquisas a partir dos relatos orais. Hoje é considerada apropriada para trabalhar com memórias e histórias de vida, seja ela biográfica, autobiográfica ou de formação profissional. Ainda Sarat e Santos (2010, p. 50) enfatizam que:

Trabalhar com a história oral torna-se possibilidade de ouvir não somente minorias, mas valorizar todos aqueles que estejam representados nas pesquisas e investigações, valorizando vozes de pessoas, trajetórias de vida, memórias, biografias, histórias que possam dar respostas aos nossos questionamentos. Este é um dos desafios dos historiadores orais.

Atualmente, a história oral vem ao encontro de novas formas de compreender e escrever a história, pois é considerada uma metodologia de pesquisa que valoriza as memórias e recordações de indivíduos. É um método de coleta de informações, registrando a voz, por meio de entrevistas gravadas. As entrevistas são realizadas com pessoas que vivenciaram fatos ou acontecimentos ocorridos em determinados momentos e podem testemunhar sobre eles.

Nessa perspectiva, fez-se a opção por essa metodologia com a técnica da entrevista, para conhecer as trajetórias e, assim, compreender a dimensão da formação dos egressos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, a partir de seus depoimentos.

A importância da história oral para a história da trajetória de formação dos egressos é pelo fato de trabalharmos com a história viva, o cotidiano dos docentes presente no espaço local e temporal, cuja história não se encontra ainda registrada. Outro fator tão importante quanto este é por causa da metodologia da história oral proporcionar um envolvimento maior entre depoente e pesquisador, em busca do conhecimento e da história por meio da memória tanto individual quanto coletiva, memórias essas de pertencimento dos dois.

Ao retomar a questão das trajetórias dos egressos e com uma compreensão maior da relação existente entre memórias e a trajetória, acredita-se que a busca pelas memórias impulsionadas pelas lembranças possibilitou conhecer, compreender e registrar a história de formação dos egressos, sujeitos desta pesquisa.

Os depoentes sujeitos desta pesquisa são todos egressos do curso de formação de professores da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, que estão ou estiveram na carreira do Magistério, do setor público municipal e estadual, no município de Dourados. Foram escolhidos por suas singularidades e por sua representação no campo educacional. Para a seleção dos depoentes, foi considerado como principal ponto que todos os participantes deveriam ter um vínculo com a educação, seja de forma direta ou indireta. Assim, ao buscar a compreensão do sujeito em suas trajetórias de escolarização e de formação docente, a escolha dos egressos obedeceu a critérios pré-estabelecidos:

- a) egresso que iniciou na carreira antes da formação;
- b) egresso que se formou, mas não permaneceu na docência;
- c) egresso que sempre atuou nas séries iniciais;
- d) egressos que além das séries iniciais trabalhou por outras áreas de conhecimento;
- e) egresso que tem carreira na docência.

Com os critérios estabelecidos, optou-se por três escolas de fácil acesso, onde foi encontrado um número satisfatório de egressos do curso de formação que atendiam os requisitos estabelecidos. No primeiro momento, houve apenas uma conversa informal, em que se esclareceu o objetivo da pesquisa, e, assim, aqueles que demonstrassem interesse em participar do referido trabalho poderiam combinar o melhor local e o dia para a realização das entrevistas.

Na primeira conversa e com um universo de catorze egressos interessados em participar, constatou-se que, dentre eles, cada um atendia um dos requisitos estabelecidos para a pesquisa, ficando assim distribuídos: 71% dos egressos iniciaram na carreira antes da formação; 14,2% não permaneceram na docência; 50% sempre atuaram nas séries iniciais; 14,2%, além das séries iniciais, trabalharam por áreas de conhecimentos; e 21,4% têm carreira na docência. Diante do exposto, convém observar que a maioria dos egressos atendeu mais de uma categoria, visto que 71% deles iniciaram antes da formação.

Após esse primeiro contato e com o aceite e agendamento das entrevistas, passou-se para o segundo momento do trabalho, as entrevistas de fatos. Para o início das atividades foi elaborado um roteiro semiestruturado com dez questões (Apêndice A), o qual seria para apenas nortear a entrevista, mas que poderia ser alterado em conformidade com as necessidades surgidas no decorrer do diálogo.

As entrevistas foram agendadas com professores de três escolas, sendo oito na Escola Municipal Professor “Manoel Santiago de Oliveira”, localizada na Rua Olinda Pires de Almeida, 3.741, Vila Índio, Dourados/MS; quatro na Escola Municipal “Sócrates Câmara”,

localizada na Rua Projetada V, 655, Jardim Canaã I, na periferia de Dourados; e duas na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, localizada na Avenida Weimar Gonçalves Torres, 3.447, Jardim Caramuru, centro de Dourados.

Realizaram-se as catorze entrevistas (Anexo A), com depoentes de perfis sociais e faixas etárias diferentes, variando entre 25 e mais de 55 anos. Foi utilizada a técnica da entrevista com uso de gravador somente de voz. As entrevistas foram feitas em dias e horários diferentes, coincidindo às vezes em atender mais de um professor no mesmo dia.

Uma das depoentes da Escola “Menodora” concedeu a entrevista em sua casa, localizada na Rua Oliveira Marques, 3.221, Jardim Paulista, centro de Dourados.

Como este capítulo tem por objetivo apresentar as análises das entrevistas realizadas, cabe aqui retomar as questões do roteiro, que nortearam as entrevistas. Ele consta de dez questões dispostas na seguinte ordem: *Onde cursou o Ensino Fundamental (primeiro grau) em Escola Municipal, Estadual, Particular, Confessional ou Religiosa? *Você se encaixa em que faixa etária? Entre 25 e 35, 36 e 45, 46 e 55 ou mais de 55? *Comente um pouco sobre você (de onde você é sua formação, experiência profissional). *O que levou a cursar o Magistério? *O que marcou no período do curso? *Como você se tornou professora? *Como tem sido sua experiência como docente? *Quais as mudanças significativas no campo educacional? *Como era a educação no início da carreira e atualmente? *O que você classifica como mais importante na sua trajetória de formação e profissional? (Apêndice A).

Para compreender as análises dos dados resultantes das entrevistas e também conhecer os depoentes, esta segunda parte traz uma apresentação dos entrevistados.

3.2 Apresentando os depoentes egressos do curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”

- Depoente 1 – Nilson Francisco da Silva

Nilson tem 30 anos, é casado, natural de Terra Roxa, Estado do Paraná. Filho de José Francisco da Silva e de Maria de Jesus da Silva, ele trabalha como serviços gerais e ela é do lar. Sempre estudou em escola pública, iniciou os estudos no Paraná, quando veio para Dourados estudou na Escola Municipal “Clarice Bastos Rosa” e depois o Magistério na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Sua formação superior é em Pedagogia. Sua trajetória profissional é bastante interessante. Veio para Dourados com 7 para 8 anos, morar com uma irmã, e começou a trabalhar como vendedor de picolé, depois passou para uma loja de camelô, permanecendo nesse emprego por um longo tempo onde cresceu junto

com o trabalho. Após esse período foi trabalhar como servente de pedreiro, nesta época já fazia o Magistério. Enquanto trabalhava como servente, casou-se e precisou aumentar a renda, então foi trabalhar em uma carvoaria. Nessa mesma época, entrou no MOVA, um programa de alfabetização de jovens e adultos, implantado em 2001. Ficando nesse período com três cargas de trabalho. Quando completou 18 anos, fez o primeiro concurso público, este para zelador, trabalhando por uns quatro anos. Depois fez o concurso de vigia e passou, e então pediu exoneração de zelador. Finalmente fez o concurso para professor e se efetivou na profissão docente. Atualmente é diretor da Escola Municipal “Sócrates Câmara”, no município de Dourados. É politizado e participante ativo do Sindicato Municipal dos Trabalhadores em Educação de Dourados (SIMTED).

- Depoente 2 - Elaine Cristina da Silva

Elaine tem 37 anos, é casada, natural de Dourados/MT, hoje Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de Alcides Vicente da Silva e Alvina Sant’ana da Silva, ele ex-funcionário público estadual, ela servidora pública municipal. Sua trajetória escolar é toda em escola pública, fez da 1ª a 4ª série na Escola Estadual Rotary “Dr. Nelson de Araújo”, da 5ª a 8ª e o Magistério na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Sua entrada no curso de formação foi influenciada pelo pai, que dizia ser melhor para a mulher ter a profissão de professora. Iniciou sua trajetória profissional como professora antes de concluir o Magistério, no período do estágio. Seguiu na carreira docente inicialmente trabalhando como contratada. A primeira experiência com séries iniciais foi na Escola Municipal “Clarice Bastos Rosa”, depois Educação Artística na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” e, por último, com a Educação de Jovens e Adultos no Projeto Tereré, uma modalidade de alfabetização de adultos em um período de três meses, oferecido na rede municipal. Hoje é concursada em um cargo de vinte horas na Educação Infantil e complementa com mais vinte horas nos anos iniciais, ambos os cargos na Rede Municipal de Ensino do Município de Dourados. O período efetivo é na Escola Municipal “Professor Manoel Santiago de Oliveira” e a complementação, na Escola Municipal “Aurora Pedroso de Camargo”.

- Depoente 3 – Elza da Silva Lôbo

Elza tem 52 anos, é solteira, natural de Dourados/MT, hoje Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de Antônio Sobreira Lôbo e de Atilina da Silva Lôbo, ele agricultor e ela do lar. Quando criança morava em fazenda. Iniciou seus estudos em escola multisseriada e rural, permanecendo até a 4ª série. Escola esta construída com ajuda do próprio pai nas terras da

família, no Travessão do Alto Café. Depois veio para a cidade de Dourados e continuou os estudos na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Tomou gosto pela profissão, influenciada por sua professora, carinhosamente chamada de Isabelsinha. Atualmente é Coordenadora Pedagógica na Escola Municipal “Professor Manoel Santiago de Oliveira”, mas, antes de ser Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino da cidade de Dourados, exerceu a profissão de secretária de médico e também como professora de Pré-Escolar nas escolas privadas: “Serviço de Educação Integrada” (SEI) e “Erasmus Braga”. Quanto ao exercício profissional, tem preferência em atender a Educação Infantil e os anos iniciais, pois gosta de cantar, contar histórias e trabalhar com materiais lúdicos. Gosto este adquirido na experiência em sala de aula. Está no serviço público há apenas dez anos e, em função da legislação, vai ter que trabalhar praticamente mais dez anos para ter direito à aposentadoria com proventos integrais.

- Depoente 4 - Cleocimar de Araújo dos Reis

Cleocimar tem 46 anos, é casada, natural de Dourados/MT, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de João Joaquim de Araújo e de Anésia de Araújo, ele agricultor e ela do lar. Sua escolarização foi toda na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” da 1ª série até o 3º Magistério. Em relação às atividades profissionais, iniciou com apenas doze anos, seu primeiro trabalho foi como secretária de um escritório agropecuário. Entrou para a carreira do Magistério quando ainda estudava o Magistério, com aulas de substituição. Com aulas efetivas foi somente quando estava na faculdade. Hoje atua como professora concursada de 1ª a 5ª séries na rede municipal de Dourados. Atualmente está coordenando o “Programa Mais Educação”¹², com jornada de quarenta horas, programa este de atendimento integral ao aluno, implantado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC).

- Depoente 5 - Clara Mariza de Oliveira

Clara Mariza tem 52 anos, é solteira, natural de Ponta Porã/MT, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de Leonido Ferreira Oliveira e de Aurora Penagio de Oliveira, ele comerciante e ela do lar. Sua trajetória escolar foi na rede particular, sendo as Escolas “Erasmus Braga” e “Imaculada Conceição”. Coursou somente o Magistério em escola pública, na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Sua trajetória profissional teve início quando começou a trabalhar com o pai na loja da família, posteriormente trabalhou no setor

¹²O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n.º 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral.

administrativo da assistência social da prefeitura de Dourados. Na educação iniciou como coordenadora de creche e posteriormente assumiu concurso público como Coordenadora Pedagógica na Rede Municipal de Ensino de Dourados. Hoje trabalha na Escola Municipal “Professor Manoel Santiago de Oliveira”.

- Depoente 6 – Sônia Lopes Medeiro Santos

Sônia tem 51 anos, é casada, natural de Santo Anastácio, Estado de São Paulo. Filha de José Lopes Filho e de Ermelinda Costa Lopes, ele motorista e ela do lar. Toda a sua escolarização, da 1ª série ao 3º Magistério, foi na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Sua trajetória profissional iniciou logo que concluiu o Magistério, quando então assumiu o concurso público na área administrativa, com a função de Assistente de Atividades Educacionais, na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, hoje com 31 anos de efetivo exercício na função. Antes do concurso, trabalhou com carteira assinada e depois como 661¹³. Durante sua trajetória profissional, teve algumas experiências em sala de aula. Trabalhou substituindo professores nas áreas de Pré-Escolar, 1ª a 4ª série e aulas para surdos. Essas experiências docentes totalizaram aproximadamente quatro anos. Não seguiu a carreira docente em função do concurso assumido em 1981, no setor administrativo da escola “Menodora”.

Apesar de não ter seguido a carreira docente, formou-se em Pedagogia e se considera educadora. Toda sua trajetória de formação e profissional foi realizada na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”.

- Depoente 7 – Ana Lúcia Medeiros da Silva

Ana Lúcia tem 41 anos, é solteira, natural de Fátima do Sul/MT, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de Antonio Medeiros da Silva e de Zilda Miranda Cabral e Silva, ele comerciante e ela lavadeira. Sua escolarização sempre foi na rede pública, de 1ª a 4ª série na Escola Municipal “Professor Manoel Santiago de Oliveira” e da 5ª ao Magistério na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Iniciou na carreira docente quando estava cursando o primeiro ano do curso de Matemática no Centro Universitário de Dourados (CEUD), porém trancou o curso e fez Pedagogia na Faculdade Integrada de Fátima do Sul (FIFASUL). Do ano de 1990 até os dias atuais sempre trabalhou em sala de aula, com séries iniciais. De 1990 a 1992 trabalhou na Escola Municipal “Clori Benedetti de Freitas”, de 1992

¹³Refere-se à Lei Complementar Estadual nº 661/1991, que determina procedimentos para a promoção funcional por antiguidade..

a 1993 na Escola Municipal “Armando Campos Belo” e desta data até os dias atuais na Escola Municipal “Professor Manoel Santiago de Oliveira”.

- Depoente 8 - Maria Aparecida da Silva Estulano

Maria Aparecida tem 48 anos, é casada, nasceu em Amambai/MT, atual Estado de Mato Grosso do Sul, morou em Glória de Dourados e depois se mudou para Dourados. Sua escolarização inicial foi em Glória de Dourados, depois Dourados, onde estudou na Escola Estadual de 1º Grau Cabeceira Alegre, Escola Estadual “Castro Alves” e Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” até no Magistério. Fez Pedagogia e Especialização na Faculdade Integrada de Fátima do Sul (FIFASUL). Sua atuação profissional teve início como caixa de uma loja de autopeças. Depois que terminou o Magistério entrou na Secretaria Municipal de Educação do município de Dourados, e nesse período fazia parte do grupo de professores suplentes¹⁴, ficando por três anos nesse setor. Após esse período, prestou concurso para a Pré-Escola, hoje Educação Infantil. Tem um concurso na rede estadual e um na rede municipal. Na rede estadual está lotada no 1º ano do Ensino Fundamental, por não mais ser oferecida a Educação Infantil, que hoje é responsabilidade dos municípios. Está em vias de aposentadoria pelo concurso municipal.

- Depoente 9 - Claudia de Oliveira Lima

Claudia tem 35 anos, é solteira, natural de Dourados, Estado de Mato Grosso do Sul, filha de José Gregório de Lima e de Maria Marta de Oliveira Lima, ele motorista, ela professora aposentada. Estudou do Pré até a 3ª série na Escola Municipal “Marcelino Pires” no Distrito de Indápolis, hoje desativada. Da 4ª a 6ª série, na escola Municipal “Professora Brígida” em Campo Grande. Retornando para Dourados estudou da 6ª até a 8ª na Escola Estadual “Ramona da Silva Pedroso” e o Magistério na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Seu curso superior é Geografia. Seus estudos sempre foram na rede pública. Tem sua trajetória docente influenciada pela mãe que foi professora. Iniciou sua carreira já como concursada, mas apenas com formação de Magistério. Fez o vestibular e o concurso no mesmo ano e passou nos dois. Seus quinze anos de carreira são somente no ensino fundamental e nos anos iniciais, mais especificamente segundo ano, pois gosta de alfabetizar. Hoje, além do segundo ano, trabalha com Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental. Atualmente trabalha na Escola Municipal “Sócrates Câmara”.

¹⁴Segundo a depoente, era um grupo de professores à disposição da Secretaria para as aulas de substituições em qualquer escola da rede. Funcionou nos anos de 1985 a 1987.

- Depoente 10 - Auria de Matos Manoel

Auria tem 57 anos, é casada, nasceu em Dourados/MT, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de Arino Pereira de Matos e de Maria Tereza de Matos, ele agricultor e ela do lar. Sua trajetória escolar foi sempre em escolas da rede estadual, sendo da 1ª a 4ª série na Escola Estadual “Castro Alves”, da 5ª até a 7ª na Escola Estadual “Presidente Vargas” e da 8ª até o Magistério na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Seu curso superior é Letras. Iniciou na docência em uma escola municipal da Vila São Pedro, quando ainda cursava o 2º ano do Magistério. Depois atuou do 1º ano fundamental até o 3º ano do ensino médio e também no Magistério da “Menodora”. Como concursada só trabalhou em duas escolas de Dourados, “Menodora Fialho de Figueiredo” e “Presidente Vargas”, lecionando Português, Literatura e raramente Inglês. Iniciou a carreira como contratada, em seguida enquadrada e depois concurso público. Atualmente está aposentada nos dois cargos exercidos na rede estadual.

- Depoente 11- Zaira Viegas Wolf

Zaira tem 56 anos, é casada, natural de Dourados/MT, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de Antonio Luiz Viegas e de Maria Antonia Viegas, ele agricultor e ela do lar. Estudou na escola da Cerâmica Arakaki, depois na escola rural localizada na Fazenda do senhor Nelson de Matos. Em Dourados, estudou na Escola Estadual “Presidente Vargas” e na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Coursou História no Centro Universitário de Dourados (CEUD). Iniciou na vida profissional como administrativo na Secretaria de Educação Municipal de Dourados, em 1980, e depois passou para a carreira de professora de 1ª a 4ª série, exercendo a profissão até 2009, nas escolas Municipais “Bernadina Corrêa de Almeida”, “Laudemira Coutinho de Melo” e “Professor Manoel Santiago de Oliveira”. Atualmente é diretora da Escola Municipal “Professor Manoel Santiago de Oliveira”.

- Depoente 12 - Terezinha de Jesus da Silva Neto Oliveira

Terezinha tem 47 anos, é casada, natural de Glória de Dourados/MT, atual Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de Alexandre Neto Filho e de Corina da Silva Neto, ele carpinteiro e ela do lar. Sua escolarização foi sempre na rede pública, sendo na Escola Estadual de 1º Grau Cabeceira Alegre e Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, da 1ª série até o Magistério. Sua primeira atividade profissional foi como balconista de supermercado, depois professora na escola particular “Perpétuo Socorro” e na rede municipal e estadual no município de Dourados. Atualmente trabalha com alunos com necessidades educativas

especiais, na sala de recursos multifuncional na Escola Municipal “Professor Manoel Santiago de Oliveira”.

- Depoente 13 - Divanir de Santana Garcia

Divanir tem 43 anos, é casada, natural de Fátima do Sul, Estado de Mato Grosso do Sul. Filha de Maximiano Jose de Santana e de Luzinete Maria de Santana, ele agricultor e ela do lar. Sua trajetória escolar iniciou na Escola “São José” no Município de Fátima do Sul/MS, estudando da 1ª série até metade da 8ª série. Concluiu a 8ª série na Escola “Floriano Viegas Machado” e fez o Magistério na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Seu primeiro trabalho foi na roça, depois doméstica, babá e, mais tarde, monitora na escola “Weimar Gonçalves Torres”, quando ainda estudava o Magistério. Hoje tem dois concursos de professora nos anos iniciais do ensino fundamental, porém está readaptada como Assessora Pedagógica.

- Depoente 14 – Izabel Cristina de Oliveira

Izabel tem 45 anos, solteira, é natural de Jales, Estado de São Paulo. Filha de José Antonio de Oliveira e de Maria de Lourdes Nascimento Oliveira, ele motorista e ela do lar. Sua escolarização de 1ª a 8ª série foi dividida entre a rede municipal e estadual no Estado de São Paulo, quando veio para Dourados. Fez então o Magistério na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”. Seu primeiro trabalho foi como operadora de caixa no Supermercado COTRIJUI em Dourados. Quando ainda estava no mercado lecionava em aulas de substituição na própria “Menodora”, escola de sua formação. Posteriormente a sua formação, voltou a fazer o 4º ano do Magistério na Escola “Oswaldo Cruz”. Ainda trabalhando no mercado e com substituições, prestou concurso na rede municipal, assumiu aulas e atua na educação infantil até os dias atuais.

3.3 As características dos depoentes egressos do curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”

Com base nas apresentações dos depoentes, foi possível chegar a uma caracterização geral do grupo entrevistado, o que permite a configuração de um perfil.

Observa-se que, no grupo de entrevistados, a maior parte nasceu entre as décadas de 1960 e início dos anos de 1980, e que 14,2% têm entre 25 e 35 anos; 28,5%, entre 36 e 45 anos; 42,8%, entre 46 e 55 anos; e 21,4% mais de 55 anos. Quanto ao estado civil, 64,2% dos depoentes são casados e 35,8% são solteiros.

Os depoentes são procedentes tanto da própria cidade de Dourados e região, quanto de cidades do interior do Estado do Paraná e do Estado de São Paulo. De acordo com as características da profissão dos pais dos entrevistados, pode-se dizer que o grupo de depoentes era constituído tanto por filhos de trabalhadores quanto por filhos de proprietários de terras, chamados de agricultores

Em se tratando da formação escolar, observa-se que 92,8% dos depoentes tiveram a escolarização de 1º grau em escola pública, mesmo que em esferas diferentes. Apenas um dentre os catorze entrevistados estudou em escola particular, e sua vinda para a escola pública não foi espontânea, nem por escolha própria. Em seu depoimento, isto fica bem claro.

Sempre estudei os meus primeiros anos em escolas particulares. Estudei no Erasmo Braga, depois do Erasmo fui para o colégio das irmãs... Me desentendi com a irmã, meu pai por castigo falou agora você vai estudar em escola publica, fui estudar na escola estadual Menodora Fialho de Figueiredo. (Sonia. Depoimento em 15/8/2012).

Observa-se, também, que 100% dos depoentes estão na educação, nenhum deles desviou da formação profissional ocorrida no Curso de Magistério. Mesmo os que não lecionam exercem funções dentro da escola, dado este confirmado de acordo com o requisito básico para a participação na pesquisa.

De acordo com os dados expostos foi possível a construção do Quadro 12, no qual os entrevistados foram apresentados em uma sequência decrescente de idade, obedecendo, assim, a uma ordem cronológica. O Quadro 12 reúne o perfil das professoras entrevistadas e do único professor desse grupo quanto à idade, à naturalidade e ao estado civil.

Quadro 12 - Perfil etário, de naturalidade e estado civil dos depoentes

Nome	Idade	Naturalidade	Estado civil
Aurea de Matos Manoel	57	Dourados/ MT	Casada
Zaira Aguirre Wolf	56	Dourados/MT	Casada
Elza da Silva Lôbo	52	Dourados MT	Solteira
Clara Mariza de Oliveira	52	Ponta Porã/MT	Solteira
Sonia Lopes dos Santos	51	Santo Anastácio/SP	Casada
Maria Ap. Estulano da Silva	49	Amambaí /MT	Casada
Terezinha de Jesus da Silva Neto	47	Glória de Dourados/MT	Casada
Cleocimar de Araújo	46	Dourados/MT	Casada
Izabel Cristina Oliveira	45	Jales/SP	Solteira
Divanir de Santana	43	Fátima do Sul/ MT	Casada
Ana Lucia Medeiros da Silva	41	Fátima do Sul/ MT	Solteira
Elaine Cristina da Silva	38	Dourados/ MT	Casada
Claudia de Oliveira Lima	35	Dourados /MS	Solteira
Nilson Francisco da Silva	30	Terra Roxa/PR	Casado

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir dos dados das pastas dos alunos e dos depoimentos.

Em linhas gerais, é possível afirmar que os depoentes apresentam uma faixa etária bem heterogênea, possibilitando ver a existência de profissionais iniciando na carreira, outros que atuam há muitos anos, inclusive os que estão em vias de aposentadoria. Quanto ao estado civil aparecem somente dois grupos, os dos casados e os dos solteiros. Em relação ao gênero há uma diferença enorme, somente um homem entre os catorze depoentes. A maioria dos depoentes é do próprio Estado, apenas três são de outros Estados.

Em relação à questão da formação escolar e acadêmica dos egressos, o Quadro 13 apresenta o perfil de formação dos depoentes no nível de 1º e 2º Graus e também Ensino Superior.

Além do grau de ensino, da identificação das escolas e universidades, o Quadro 13 apresenta dados relevantes em relação às categorias as quais pertenciam às escolas de 1º e 2º graus, que os egressos frequentaram. Do total de egressos, 85,7% estudaram em escolas estaduais, 42,8% estudaram em escolas municipais, e desse percentual, 14,2% eram escolas rurais e 7,1% estudaram em escola particular religiosa. Quanto ao nível Superior, 71,4% fizeram a graduação em instituição pública, e destes, 7,1% cursaram em universidade estadual e 64,3 em universidades federais e 21,4% dos egressos cursaram em instituição particular. De maneira geral, os dados do Quadro 13 revelam que 92,8% dos entrevistados eram egressos da esfera pública, e no que tange às escolas, a variação está entre rurais, municipais e estaduais, sendo grande parte do município de Dourados e região e apenas duas de outros Estados.

Diante destes dados pode-se confirmar a necessidade de um ensino público para a formação de professores para atender essa clientela específica. Como foi o caso da abertura do Curso de Magistério, na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” na cidade de Dourados, pois, conforme abordado no item 2 deste trabalho, antes da instalação desse Curso de Magistério público, a formação de professores somente era realizada em instituições da rede privada de ensino, na Escola Franciscana “Imaculada Conceição” e “Escola Osvaldo Cruz”.

Outra informação do Quadro 13 permite observar que o Curso de Magistério era um curso praticamente destinado às mulheres. Acredita-se que a baixa procura por parte dos homens pelo curso estava relacionada ao fato de essa profissão não propiciar bons salários. A esse respeito, vale recorrer ao trabalho de Almeida (1998), que ressalta que a profissão docente primária ao ser referendada como um trabalho essencialmente feminino, a partir do final do século XIX, acabou por sofrer algumas deturpações, quando colocou no sexo do sujeito a desvalorização da profissão.

Quadro 13 - Perfil de formação escolar dos depoentes

Nome	Escola do 1º e 2º Graus	Ensino Superior
Auria Pereira de Matos	Escola Estadual “Presidente Vargas” em Dourados/MS	Letras – Centro Universitário de Dourados (CEUD)
Zaira Viegas Wolf	Municipal da Cerâmica Arakaki, Escola Rural da Fazenda do Senhor “Nelson de Matos”, Escola Estadual “Presidente Vargas”, e E.E. de 1º e 2º Grau “Menodora Fialho de Figueiredo” em Dourados/MS	História – CEUD
Elza da Silva Lobo	Rural Mista Travessão Alto do Café e E.E. de 1º e 2º Grau “Menodora Fialho de Figueiredo” em Dourados/MS	Pedagogia – CEUD
Clara Mariza de Oliveira	Escola Particular “Erasmus Braga”, Escola “Imaculada Conceição” em Dourados/MS	Pedagogia – CEUD
Sonia Lopes Medeiros dos Santos	Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” em Dourados/MS	Pedagogia – CEUD
Maria Aparecida da Silva Estulano	E.E de 1ºG.Cabeceira Alegre, E.E.1º Grau “Castro Alves” e E.E.1º e 2º Grau “Menodora Fialho de Figueiredo” em Dourados/MS	Pedagogia - Faculdade Integrada de Fátima do Sul (FIFASUL).
Terezinha Jesus da Silva Neto	E.E. de 1ºG.Cabeceira Alegre e E.E.1º e 2º Grau “Menodora Fialho de Figueiredo” em Dourados/MS	Pedagogia - FIFASUL
Divanir de Santana Garcia	Escola Estadual “São José” em Fátima do Sul e Escola Estadual “Floriano Viegas Machado” em Dourados/MS	Pedagogia – CEUD
Izabel Cristina de Oliveira	Escola Municipal e Estadual no Estado de São Paulo	Normal Médio – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS).
Cleocimar de Araujo	E.E.1º e 2º Grau “Menodora Fialho de Figueiredo”	Pedagogia – CEUD
Ana Lúcia Medeiros da Silva	E.M.Prof.”Manoel Santiago de Oliveira” e E.E.de 1º e 2º Grau “Menodora Fialho de Figueiredo” em Dourados/MS	Pedagogia - FIFASUL
Elaine Cristina da Silva	E.E.Dr.”Nelson de Araujo” e EEPSG “Menodora Fialho de Figueiredo” em Dourados/MS	Pedagogia – CEUD
Claudia de Oliveira Lima	EMPG. “Marcelino Pires”, EMPG.Profa. Brigida Feraz Foss / Campo Grande/MS e EEPSG “Ramona da Silva Pedroso”, em Dourados/MS	Geografia – CEUD
Nilson Francisco da Silva	Escola Municipal/SP e Escola Municipal “Clarice Bastos Rosa” em Dourados/MS	Pedagogia – Centro Universitário da Grande Dourados (UNIGRAN)

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das pastas dos alunos e dos depoimentos.

A formação em nível Superior dos egressos esclarece totalmente a tendência do grupo em permanecer na docência, visto que dos catorze, onze cursaram Pedagogia e os demais se dividiram entre Geografia, Letras e Estudos Sociais, significando que 78,5% dos egressos continuaram a formação inicial. Isso acaba por reforçar que a escolha dos egressos era

permanecer na carreira docente como professores alfabetizadores de 1ª a 4ª séries do 1º Grau ou das séries iniciais do Ensino Fundamental como hoje é denominado. Mesmo os depoentes que foram para outra área, lecionam de 1ª a 4ª série, como é o caso da depoente Claudia:

Sim, eu trabalho..eu sempre gostei de trabalhar com o que seria a segunda serie antigamente que ele já ta assim.. ele não ta totalmente alfabetizado mas ele já tem uma base que da pra você puxar muita coisa, só que o que tenho visto é que as nossas crianças estão cada vez mais imaturas, quando chegam no segundo ano, eles não tem ainda maturidade pra aquele conteúdo que tem que ser desenvolvido no segundo ano. (Claudia. Depoimento em 22/5/2012).

Os dados constantes no Quadro 14 tipificam os ingressantes entrevistados do Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo” quanto ao perfil socioeconômico de seus familiares.

Quadro 14 – Perfil socioeconômico dos pais dos egressos

Profissão dos Pais	Nº	%
Grande agricultor/fazendeiro	1	7,2
Pequeno agricultor/sitiente	2	14,3
Trabalhador rural	2	14,3
Grandes comerciantes	1	7,2
Pequenos e médios comerciantes	1	7,2
Funcionário público	1	7,2
Motorista	3	21,4
Carpinteiro	2	14,3
Serviços gerais	1	7,2

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das pastas dos alunos e dos depoimentos.

A maior parte dos depoentes egressos da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” era formada por filhos de trabalhadores rurais, mesmo que de categorias diferentes, representando 35,8% do total dos entrevistados. Depois deles, vinham os filhos de motoristas, que chegavam a mais de vinte por cento do quadro. Em seguida, ainda ficavam os filhos de carpinteiros, comerciantes, funcionários públicos e serviços gerais, que juntos totalizavam 28,7%.

A predominância da classe rural é em decorrência do núcleo populacional da cidade de Dourados ser formado por colonos e agricultores oriundos das Colônias Agrícolas Federal e Municipal, como mostrado no item inicial deste trabalho.

3.4 A Escolha pelo Curso de Magistério

Outro aspecto importante desta pesquisa está relacionado à questão da escolha pelo Curso de Magistério, ponto este que justifica a trajetória de formação dos egressos. Na busca pelas informações sobre a escolha pelo Curso do Magistério, foi possível observar que vários aspectos influenciaram esses egressos, entre eles: a influência familiar, a influência de professores, a necessidade de uma profissão e a crença de ser um curso fácil. O Quadro 15 mostra, em termos percentuais, as opções dos depoentes.

Quadro 15 – Fatores de escolha pelo Curso de Magistério

Razões da escolha pelo curso	Número de depoentes	%
Influência familiar	6	42,8
Influência de professores	3	21,4
Necessidade de uma profissão	1	7,1
Facilidade para o curso	1	7,1
Melhoria nas condições de vida	1	7,1
Imposição familiar	2	14,2

Fonte: Quadro elaborado pela autora a partir das pastas dos alunos e dos depoimentos.

Observa-se no Quadro 15 que a influência familiar é a que mais predomina na escolha pelo Curso de Magistério. A família, como primeiro grupo de convívio de todas as pessoas, tem grande influência nas escolhas a serem feitas. Desde pequenos, os filhos são direcionados a fazer escolhas, uma coisa ou outra, isto ou aquilo, e, assim, é no decorrer de toda sua vida. Em uma estrutura familiar, a opinião dos pais reflete diretamente na escolha dos filhos. Essa realidade está bem presente no relato da depoente Elaine.

Olha a principio o que levou mesmo foi o meu pai, que fez com que eu visse que o magistério seria a melhor opção na época, por sair dali já com uma profissão, é pelo fato de naquela época a gente ser mulher e tudo, aquela coisa assim, o que você vai fazer da vida? Vai fazer colegial para que? Depois vai trabalhar no que? Sendo que o magistério vai te dar uma profissão, você vai ser professora. Então naquele momento eu acatei o que ele havia falado comigo, pedido e vim fazer o magistério, mas no decorrer, fui aprendendo que era legal, que era uma coisa que eu podia realmente fazer. (Elaine. Depoimento em 2/5/2012).

No depoimento de Cláudia, a influência da mãe é tão evidente quanto à influência do pai da depoente Elaine. Ainda que por vieses diferentes, os dois influenciaram na escolha. Nesse segundo caso, a depoente afirma que gostaria de ser professora, por ser a profissão da mãe e pelo fato de ela ter crescido na escola.

Bem minha mãe já é professora, então eu passei minha vida inteira em sala de aula, desde que eu nasci eu era aquele aluno que terminava, no terceiro bimestre, fechava, mas ia até a recuperação porque a mãe estava na escola e eu a acompanhava, então eu sempre tive muito contato na área da educação, aí quando eu terminei me conseguiram uma vaga no Menodora, porque na época você enfrentava milhares de filas pra você entrar na escola porque não tinha como, então o Felix me conseguiu uma vaga lá no Menodora na parte da manhã, aí ele falou assim você vai fazer o colegial ou o magistério? Eu falei assim o magistério porque depois eu sei que eu já tenho uma profissão. (Claudia. Depoimento em 22/5/2012).

Em um trecho de uma entrevista, emergiu outro aspecto relacionado à influência familiar na escolha pelo curso, que se diferenciou dos anteriores. Porém, este se encontra ligado ao fato de a depoente realizar o Curso de Magistério para satisfazer um velho sonho de familiares, ou seja, fazê-lo para realizar um sonho da mãe ou do pai, que não puderam ser professores. Nessa perspectiva, Soares (2002) diz que os pais constroem projetos para o futuro do filho “[...] propondo, muitas vezes, objetivos que na realidade eram sonhos seus que não puderam realizar na juventude”. Ainda no mesmo sentido, Andrade (1997) ressalta que o filho se torna, então, um depositário das aspirações dos pais, absorvendo a responsabilidade de escolher a profissão que o pai não pôde seguir. Essas situações de realizar o sonho da mãe ou do pai que não pôde ser professor estão presentes na fala de Izabel, quando ela afirma que escolheu o curso para realizar o sonho da mãe. A esse respeito, o depoimento de Izabel permite entrever tal fato.

Primeiro porque era um sonho da minha mãe, ela queria ser professora, como ela não pôde obter este sonho, peguei o sonho dela para mim, mas não porque era um sonho dela, mas era algo que eu também queria, uni o útil ao agradável. (Izabel. Depoimento em 11/5/2012).

Outras vezes, mesmo que indiretamente, a família também influencia. O fato de outros familiares exercerem a profissão pode despertar o interesse. Isso aconteceu com a depoente Zaira, conforme sua narração, sobre a escolha da profissão:

Foi uma opção minha, apesar da minha irmã mais velha ser professora, já aposentada, cinquenta anos e aposentada, eu me espelhava nela, ela sempre deu aula, na minha família são quatro professores, nós somos, então a gente se espelha. (Zaira. Depoimento em 2/5/2012).

Nesse caso, o exemplo das irmãs foi importante na escolha da profissão docente. A família tinha um valor, acreditava no “ser professora”, tanto é que quatro seguiram a mesma carreira.

Com a depoente Terezinha também aconteceu da mesma forma, foi influenciada pelas irmãs: “O que levou foi que minhas irmãs já estavam fazendo o magistério, era a escola mais próxima, o curso mais próximo e como elas já faziam, fui fazer também.” (Depoimento em 9/5/2012).

Ainda em relação à questão familiar, é importante destacar algumas formas de imposição nas escolhas. Da mesma forma que a família influencia de maneira positiva, ela também tem, o outro lado, ou seja, pela comodidade, facilidade de entrada ou até mesmo pela condição imposta. Nos depoimentos de Clara Mariza e Ana Lúcia, a imposição dominadora, o dever da obediência e a hierarquia no grupo familiar aparecem bem claro nos relatos das depoentes. Clara Mariza diz que:

Magistério foi devido a minha expulsão da Escola Imaculada Conceição, eu estudava lá e a irmã me convidou a sair da escola. Meu pai falou você vai para uma escola publica agora, e como eu morava aqui perto na Marcelino, aqui perto do Menodora eu vim para o Menodora. Cheguei ao Menodora era magistério, fiz por fazer não porque eu tinha vontade de ser, tanto que até hoje eu não quero ser professor. (Clara Mariza. Depoimento em 3/5/2013).

Com o relato de Clara Mariza, verifica-se que a inserção dela no magistério foi como um castigo e não uma valorização da profissão. Além da escolha como castigo, outro fator presente é o desmerecimento para com o ensino público.

Ana Lúcia deixa claro que não escolheu o curso e sim a condição que o pai lhe propôs: “O que me levou a cursar o magistério foi a pressão que meu pai fez, ou você faz um curso de dia ou não faz, então foi isso daí”. (Ana Lucia. Depoimento em 9/5/2012).

Na afirmação das depoentes Clara Mariza e Ana Lúcia fica clara a questão da mulher ser ainda submissa às condições de escolhas impostas pelo pai. Na verdade, não tinham autonomia, ou estudava o que era “melhor” para elas ou então não estudavam. Essa realidade é confirmada por Freitas (2000) “A sociedade patriarcal determinava que as mulheres fossem subjugadas pelos homens: pelo pai, pelo marido e pelas regras elaboradas por estes”. Mesmo as escolhas do curso sendo impostas pelos pais, elas o concluíram. No caso de Ana Lúcia, ela se descobriu professora no decorrer do curso e seguiu a carreira docente.

Ainda se tratando da questão das influências, o segundo item que apareceu foi relacionado ao professor, seja dado por meio de exemplo ou ainda por aconselhamento.

A influência do professor também está presente nos depoimentos, dois dos depoentes relataram que foram influenciados ao verificarem a maneira que seus professores gostavam de dar aulas. O depoente Nilson relata que, a princípio, não pensava em ser professor, mas em

sua trajetória escolar se espelhou em uma professora, então quis ser professor. Elza destaca o reconhecimento da habilidade da sua professora.

O Magistério assim, minha primeira vontade de quando a gente tem, o que você vai ser quando crescer, minha primeira vontade era ser advogado na quinta, na sexta série, eu me espelhei em uma professora e falei..” não, eu vou ser professor” e daí já tinha essa intenção. Descobri o magistério do Menodora e sai daí oitava série do Clarisse e fui direto para o Menodora fazer magistério (Nilson. Depoimento em 9/5/2012).

Bom em um primeiro momento, penso que foi em função dessa minha professora Isabelzinha, porque ela era assim, ela era negra, pequenininha e dava conta de uma sala assim, multisseriada que tinha aluno de todas as idades de todas as séries, então aquilo era muito gostoso para você ver a habilidade, a competência e a dedicação daquela professora. (Elza. Depoimento em 3/5/2012).

Nos três relatos, apesar da influência dos professores terem sido de forma indireta e somente pela forma de dar aula, eles cativaram seus alunos, levando-os a seguir a carreira docente. Esse tipo de influência é esclarecido por Pimenta (2002) quando assinala que:

O exercício de qualquer profissão é prático, no sentido de que se trata de aprender a fazer ‘algo’ ou ‘ação’. A profissão de professor também é prática. E o modo de aprender a profissão, conforme a perspectiva da imitação, será a partir da observação, imitação, reprodução e, às vezes, da re-elaboração dos modelos existentes na prática, consagrados como bons. Muitas vezes nossos alunos aprendem conosco, observando-nos, imitando, mas também elaborando seu próprio modo de ser a partir da análise crítica do nosso modo de ser. Nesse processo escolhem, separam aquilo que consideram adequado, acrescentam novos modos, adaptando-se aos contextos nos quais se encontram. Para isso, lançam mão de suas experiências e dos saberes que adquiriram. (PIMENTA, 2002, p. 7).

Aparece ainda em relação às escolhas que levaram os egressos a fazer o curso de formação para professores, a necessidade de uma profissão, o fato de ser considerado um curso fácil e o gostar de dar aula. Esses motivos encontram-se nos relatos das depoentes Cleocimar, Cláudia, Divanir e Sonia.

A depoente Cleocimar entra para o magistério em busca de melhora de vida, acredita que, por meio da profissão, poderia ajudar a família, e também teria um retorno mais rápido.

Eu comecei, pensei em fazer o magistério, assim a principio por uma necessidade, porque meu pai morreu muito cedo, eu tinha oito anos de idade, minha mãe ficou assim com três filhos pequenos, eu era caçula e ela teve que trabalhar fora. Lavar, passar, eu via tudo aquilo e queria uma profissão, que me desse um retorno mais rápido. Apesar de trabalhar com onze anos, eu queria assim uma profissão, para ter esse retorno para ajudar minha mãe em casa. A princípio eu fiz o magistério para ter esse retorno profissional, mais rapidamente. (Cleocimar. Depoimento em 3/5/2012).

A depoente Cláudia também escolheu o curso pela oportunidade de se ter uma profissão. “Eu optei pelo magistério porque daí já tinha uma formação profissional, o colegial não ia me dar uma formação, para exercer uma profissão” (Claudia. Depoimento em 22/5/2012).

Com a depoente Divanir tem-se a ideia de que era um curso mais fácil na época, conforme seu relato:

Na época eu achei assim, que faria porque era o que estava assim, mais acessível, mas depois que eu comecei o curso eu vi que era só, assim uma oportunidade boa. Eu comecei a gostar do curso, comecei a me interessar mesmo e resolvi mesmo ser professora, aquilo começou a me motivar. (Divanir. Depoimento em 9/5/2012).

A depoente Sônia diz que escolheu o Curso de Magistério porque gostava de dar aula. “[...] eu sempre gostei de dar aula, mexer com criança e era a opção que eu sempre pensei em fazer, o magistério, e a gente tem aquele sonho de ser professora, então eu gostei e fiz.” (Sônia. Depoimento em 15/8/2012).

O relato da depoente Elaine mostra que o interesse do pai para com o Curso de Magistério é que este lhe daria uma profissão.

Olha a principio o que levou mesmo foi o meu pai, que fez com que eu visse que o magistério seria a melhor opção na época, por sair dali já com uma profissão, é pelo fato de naquela época da gente ser mulher e tudo aquela coisa assim, que você vai fazer da vida? Vai fazer colegial para que? Depois vai trabalhar no que? Sendo que o magistério vai te dar uma profissão, você vai ser professora. Então naquele momento eu acatei o que ele havia falado comigo, pedido e vim fazer o magistério, mas no decorrer, fui aprendendo que era legal, que era uma coisa que eu podia realmente fazer. (Elaine. Depoimento em 2/5/2012).

As escolhas pelo curso foram bem heterogênicas, umas por influências, outras com objetivos próprios e algumas por facilidade. Mas é visível que todos os depoentes, independentes do modo de inserção no curso, o concluíram e a maioria seguiu a carreira docente e o fizeram com dedicação, inclusive lembrando-se de momentos que marcaram essa trajetória.

3.5 As “Marcas” do Período da Formação no Curso de Magistério

Para analisar como cada entrevistado vivenciou a formação durante o Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”, buscou-se compreender, a partir da

memória desses entrevistados, aspectos relativos aos professores do Curso, as disciplinas, as atividades práticas e as amizades.

Em relação aos professores, percebeu-se que muitos deles marcaram profundamente a vida dos alunos no período do curso, comprovando assim que os professores têm um papel muito importante na vida e na formação de seus alunos. As lembranças da fase escolar sempre estão presentes na vida das pessoas, principalmente para aquelas que escolheram seguir a mesma carreira, ou seja, os também professores.

Geralmente, os alunos se lembram da forma como que eles ensinavam, corrigiam ou até mesmo puniam. Algumas entrevistas revelaram que as “marcas” na formação em relação aos professores foram deixadas, principalmente, no que diz respeito as suas práticas em sala de aula, na forma como os docentes ministravam as suas aulas, ou seja, em seu saber fazer. Como o Magistério tinha a intenção de preparar para dar aula, os alunos viam na prática do professor um guia para sua futura profissão. Os também materiais didáticos ou recursos preparados para e pelos alunos faziam das práticas algo fundamental para o exercício profissional. Nesse sentido, Carvalho e Perez (2001, p. 107) dizem que:

Saber e Saber Fazer [...], são saberes necessários para uma sólida formação teórica e nas relações teoria e prática que proporcionam as condições para o saber fazer dos professores que irão ensinar um determinado conteúdo (Português, Matemática, História, Física, etc.).

Ao rememorar, os depoentes lembram de seus professores no exercício dessas práticas, mas lembram também de outros momentos que tiveram representações tanto de forma positiva quanto negativa, para sua trajetória. A esse respeito, na narrativa de Elza verificam-se essas duas formas de lembranças:

[...] tem professores dessa época que agente jamais esquece né, professora de estrutura e funcionamento, Maria.. Maria Marques Paz, sabe lembro até hoje, como era bacana sabe, e tinha assim professores também que não tinham didática eles eram leigos porque eles não eram.. eles não tinham curso de magistério pra.. ou pedagogia pra ministrar aula, e tinha um professor de matemática, que inclusive ontem eu encontrei ele, Wagner Botelho, no mercado São Francisco, então assim ele ensinava matemática, e eu sempre tive habilidade, facilidade, na parte de línguas de fazer texto, de escrever de produzir e na área de exatas eu tinha dificuldade, e na aula dele pra mim era um martírio, [...] ele tinha que estar ali e não tinha sido preparado pra esse momento, e era a forma que ele sabia agir, ele não era professor, ele estava professor, são coisas que marcaram. (Elza. Depoimento em 3/5/2012).

A entrevista permite entrever que a marca da formação na depoente se fez em relação aos professores, tendo em vista a forma de ensinar em sala de aula, pois mesmo a professora Maria Marquês Paz, ministrando uma disciplina da grade curricular pertencente à área dos conteúdos da “Parte Diversificada”, disciplina considerada concentrada e específica, não interferiu no domínio e desempenho da professora, que conquistou a aluna. Em relação ao professor Wagner Botelho, a mesma depoente tem uma lembrança negativa, pois, além da disciplina ser difícil, a postura e o domínio do professor a martirizava. Além da lembrança da forma como os professores marcaram sua trajetória, hoje ela faz uma avaliação da prática do professor, que muitas vezes não foi compreendida por ela na época dos estudos.

Dando continuidade às práticas e às disciplinas, outro depoimento também confirma o interesse pela disciplina de Didática e pelo modo de ministrar as aulas do professor Mazarin. Esse fato está presente no relato da depoente Terezinha:

[...] O que mais me marcou foi um professor. Professor Mazarim, ele dava didática, ele incentivava muito nas aulas dele, a conversa com ele, o companheirismo, ele realmente era um professor que se dedicava ao magistério, se identificava com a sua profissão [...].(Terezinha. Depoimento em 9/5/2012).

A dedicação e a identificação do professor com a profissão, as conversas e o companheirismo estão bem presentes na memória da professora Terezinha.

Com a depoente Maria Aparecida, além da influência da professora na escolha pela profissão, ela deixou marcas pela sua prática, pelo jeito de dar aula da professora.

A professora Suzana, era uma professora dedicada, ela era apaixonada pelo que ela fazia, eu a admirava muito porque ela dava a aula dela sem necessidade de pegar um livro sabe, então, fui prestando atenção na dedicação dela e foi um dos motivos que me levou a seguir a carreira do magistério. (Maria Aparecida. Depoimento em 9/5/2012).

O depoimento permite entrever que a dedicação e a paixão da professora pela profissão despertaram o gosto pela docência para a depoente Maria Aparecida.

Ana Lúcia também se lembra de como foram importantes a fala e a atitude da professora Eunice para sua carreira profissional.

[...] professora Eunice Souto! Eu me lembro bem dessa professora, ela dava aula de didática e metodologia do ensino. No magistério ela um dia falou, olha alunos vocês vão ter que sair mais cedo hoje porque a gente tem uma assembleia de professores, a gente tem previsto uma greve, eu gostaria que vocês voltassem e soubessem que a gente está dispensando vocês porque a gente vai para esta assembleia e vocês já

fiquem alertas para uma greve, porque vida de professor é isso. Vocês vão ser professores no futuro, vocês estão fazendo magistério, então presta atenção que essa vai ser a luta de vocês.[...]” E no finalzinho da aula[...] a professora, chegou perto da gente e falou assim, vocês não querem ir à assembléia? [...]então a gente saiu do Menodora e foi no Presidente Vargas. Eu entrei e isso me marcou muito, porque quando entrei eu vi um monte de professores, eu nunca tinha visto aquilo na minha vida e todos eles falavam ao mesmo tempo. Eu olhei e pensei, pior que nós alunos, um falava, outro pegava o microfone, outro pedia silêncio, e vamos que vamos, eu fiquei olhando aquilo e eu, Deus que me livre, eu não vou ser professora nunca, vou terminar este magistério e vou fazer matemática, ou uma outra faculdade pra não ser professora mais (risos) [...]. (Ana Lúcia. Depoimento em 9/5/2012).

Nessa fala, a depoente reflete as lutas da classe do professorado e afirma que quase desistiu de ser professora, diante das dificuldades suscitadas pela professora e as presenciadas na reunião a que assistiu. As lutas e as dificuldades, faladas pela depoente, faziam parte do momento pelo qual passava a educação, tanto local quanto nacional. No âmbito local, esse movimento é possível de compreensão com o trabalho de Biasotto e Tetila (1991, p.44, 49):

A Associação Douradense de Professores (ADP), foi uma entidade que nasceu bem.[...] Tudo começou quando numa reunião informal, os professores José Laerte Cecilio Tetila, Sultan Rasslan e Wilson Valentin Biasotto, propuseram organizar uma entidade que representasse os interesses dos professores [...] De fato a ADP teve uma influência muito grande na região e no Estado.[...] Na verdade a fala da ADP, como porta-voz do professorado, como lídima representante da categoria foi de encontro com os anseios de todos.[...]. mas se não bastasse a importância da ADP no despertar da Grande Dourados, fundamentalmente também ela foi na concretização da união da classe a nível estadual, com a criação da Federação dos Professores de Mato Grosso do Sul (FEPROSUL).

No âmbito nacional, o movimento reivindicatório dos professores pode ser compreendido com Vicentini e Lugli (1997), a partir da reconstituição da história do movimento de organização dos professores no Brasil, das lutas empreendidas no século XX pela melhoria das condições de trabalho.

[...] as diferenças sócio-econômicas existentes no Brasil [...] tiveram repercussão no movimento de organização dos professores de cada local. No caso paulista, as primeiras iniciativas nesse sentido partiram [...] da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo em funcionamento entre 1902 e 1918 e cujo patrimônio foi incorporado pelo CPP (Centro do Professorado Paulista), fundado em 1930. Surgiram outras associações representativas, dentre as quais se destacou a APESNOESP (Associação dos Professores do Ensino Secundário e Normal Oficial do Estado de São Paulo), fundada em 1945 e designada, em 1971 e a APEOESP (Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo) e que se tornou sindicato em 1988. [...] No Rio de Janeiro o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro (SINPRO-RJ), criado em 1931 ocupou um lugar de destaque no movimento docente do Rio nos anos 1960[...] embora em 1948 tenha surgido a União dos Professores Primários do Distrito Federal (UPP-DF) posteriormente denominada União dos Professores Primários do Estado da

Guanabara e União dos Professores do Rio de Janeiro [...] Em 1979, esta associação fundiu-se a outras duas, originando o Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro (CEP-RJ) e o atual Sindicato Estadual de Profissionais de Educação de Rio de Janeiro (SEPE/RJ).¹⁵ o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro. [...]. (VICENTINI; LUGLI, 1997, p.4-5).

Em outro momento, Ana Lúcia retoma em sua narrativa a importância da fala da professora para sua carreira profissional:

[...] Isso que a professora Eunice Souto fez lá no magistério comigo, de dizer esta é a realidade de vocês para mim, marcou e foi importante eu perceber que a nossa vida de professora a gente não pode passar dentro da sala não, a gente tem que ir ao sindicato, você tem que reivindicar seus direitos, porque do jeito que a coisa tá indo eu percebo que cada dia você fica mais mão de obra, então a gente tem que lutar por isso, ser professor é isso aí tem que lutar por nossos direitos. (Ana Lucia. Depoimento em 9/5/2012).

Outros professores também estão presentes nas lembranças dos depoentes e fazem parte até hoje da convivência de alguns deles, como é o caso da professora Divanir:

[...] professora muito especial para mim até hoje, a professora Keiko, eu lembro dela com muito carinho, até hoje eu tenho contato com ela. Então, foi assim algo muito importante, outros professores também, a professora Maria do Rosário que passaram coisas que eu realmente precisava ouvir, que a gente precisa ouvir estas experiências, para poder sentir mais a vontade, com mais ânimo de continuar essa profissão [...]. (Divanir. Depoimento em 9/5/2012).

Para a depoente Claudia, as marcas deixadas foram das aulas de Metodologia, não somente pela disciplina, mas também por causa da professora que a lecionava.

[...]. Mais as aulas de metodologia [...]. Porque eu tive uma professora lá, a Ana Alice, que é muito dinâmica, foi muito dinâmica, então ela trabalhou muito com a gente, atividades pro dia a dia na escola, então lá, várias aulas a gente aprendeu a mexer no nosso bendito, mimeógrafo, ela falava deixa eu apaga o quadro pra você fazer a chamada, coisas que a faculdade não ensina o dia a dia da sala de aula, então lá a gente, então foi uma coisa assim muito diferente, porque quem saiu dali e foi pra faculdade, a faculdade não.. me falo assim, não te preparou para a sala de aula [...]. (Claudia. Depoimento em 22/5/2012).

O jeito da professora, a forma como dava aula, os ensinamentos em como utilizar os recursos e o como agir na sala de aula são lembrados pela depoente Claudia.

¹⁵ Sobre o movimento docente paulista, existem os trabalhos de Catani (1989), Vicentini (1997), Lugli (1997), Joia e Kruppa (1993) e Kruppa (1994) e, sobre o carioca, Coelho (1988), Andrade (2001), Masson (1988) e Sobreira (1989).

Outros fatores considerados importantes para a formação das professoras estão presentes nos depoimentos e são relacionados às questões práticas. A maioria dos depoentes afirma que o magistério realmente preparava o professor para dar aula, ensinava a usar o quadro e como apagá-lo, a fazer chamada, mexer no mimeógrafo e até a fazer os cadernos bonitinhos. Além desses detalhes ensinava as questões do dia a dia da sala de aula. Os relatos de Nilson, Elza, Cleocimar, Claudia e Terezinha apresentam essas ideias:

[...] As experiências, a questão pratica do magistério, eu falo assim pro pessoal assim. O que eu sei hoje e pratico, a minha bagagem é toda do magistério, e nós tínhamos aulas de quadro, nós tínhamos aulas de mimeografo, de caligrafia né, então a questão prática marcou bastante né [...]. (Nilson. Depoimento em 9/5/2013).

[...] o magistério aquelas disciplinas de didática sabe assim como você da aula, como apagar um quadro, aqueles cadernos bonitinhos que fazia sabe, era muito, muito, muito bom mesmo [...] (Elza. Depoimento em 3/5/2012).

[...] em meio a todos aqueles alunos, fui me identificando com as atividades que as professoras passavam, as dinâmicas... [...]. (Cleocimar. Depoimento em 9/5/2012).

[...] o profissional lá da educação do magistério, era assim era diferente, a gente trabalhava o material didático, tudo o que você ia trabalhar com a criança você tinha seus materiais, você trabalhava aqueles negocio, você fazia , trabalhava na sala de aula.[...] (Sonia. Depoimento em 15/8/2012).

[...] atividades pro dia a dia na escola, então lá, varias aulas a gente aprendeu a mexer no nosso bendito, mimeógrafo, ela falava deixa eu apagar o quadro pra você fazer a chamada, coisas que a faculdade não ensina o dia a dia da sala de aula [...] (Claudia. Depoimento em 22/5/2012).

[...] a maneira que eles passaram para você elaborar um planejamento, você tinha toda aquela didática. Você aprendia como elaborar seu objetivo, o mais importante na trajetória do magistério foi isto daí [...]. (Terezinha. Depoimento em 9/5/2012).

Diante dos relatos, observou-se o quanto o manuseio dos recursos, as confecções dos materiais e o ensinar a dar aula foram fundamentais para os depoentes em sua prática até os dias atuais.

Alguns depoentes disseram que, além da parte prática, as amizades também foram importantes durante o curso, pois havia afinidades entre os colegas principalmente por serem mulheres em sua maioria. As amizades iniciaram no curso e se solidificaram e muitas duram até os dias de hoje. Isso é confirmado com os depoimentos de Elaine, Elza, Izabel e Auria.

[...] mas assim eu acho interessante que nessa época assim eu fiz muitos amigos que me ajudaram né... pra eu continua, a gente se juntava ali uma dando força pra outra, e foi né, a gente foi ate o fim.[...]. (Elaine. Depoimento em 2/5/2012).

[...] Bom acho assim que as amizades coisa muito gostosa maioria da turma dos cursandos eram do sexo feminino, mas tinham os meninos também, e era uma fase assim muito gostosa, a gente fez verdadeiras amizades e era um grupo assim muito

dedicado a gente se dedicava mesmo, mesmo porque a gente só estudava ninguém trabalhava [...]. (Elza. Depoimento em 3/5/2012).

[...] gostei de todos os professores que nós trabalhamos, os profissionais e também as amizades que a gente fez e ate hoje tem amigos que a gente continua, ou ta trabalhando na mesma área, outros não quiseram seguir. A gente encontra até hoje professores nossos que hoje são os nossos amigos, os nossos colegas de trabalho. [...]. (Izabel. Depoimento em 11/5/2012).

[...] era uma época gostosa né, de juventude, de sonhos de realizações, o corpo da direção era muito bom, o grupo de alunos também era muito bom, era um grupo atuante mesmo, todos praticamente foram exercer o magistério, éum sabe assim foi um curso muito bom mesmo. [...]. (Auria. Depoimento em 15/8/2012).

As disciplinas oferecidas no curso de Magistério são a base fundamental para a atuação do professor, pois é por meio dela que os alunos se preparam para o exercício da profissão. Ao se lembrarem das disciplinas, parte dos depoentes falou sobre as que marcaram durante o curso. Uns gostavam das disciplinas, outros achavam difícil. No caso da depoente Elza, aparece a dificuldade em Matemática:

[...] então assim ele ensinava matemática, e eu sempre tive habilidade, facilidade, na parte de línguas de fazer texto, de escrever de produzir e na área de exatas eu tinha dificuldade, e na aula dele pra mim era um martírio, então eu não conseguia aprender aquelas coisas, [...]. (Elza. Depoimento em 3/5/2012).

A depoente Izabel lembra da importância da disciplina de Didática para a realização do estágio e no exercício profissional:

[...] a questão nossa de conteúdos foi bem valida na época de fazer estágio, nós fizemos muitas atividades na disciplina de didática, a gente usou bastante no estágio e uso ainda hoje vinte e poucos anos de um concurso (risos), ainda uso como experiência. (Izabel. Depoimento em 11/5/2012).

Outra disciplina lembrada pela depoente Claudia foi a Metodologia. Ela relata que, nas aulas de Metodologia, a professora ensinava a utilizar os recursos e, também, as formas de registros nos diários:

[...]. Mais as aulas de metodologia [...] trabalhou, atividades pro dia a dia na escola, então lá, varias aulas a gente aprendeu a mexer no [...] mimeógrafo [...] apaga o quadro [...] fazer a chamada, coisas que a faculdade não ensina o dia a dia da sala de aula [...] a faculdade, não te preparou para a sala de aula [...]. (Claudia. Depoimento em 22/5/2012).

Percebe-se, também pelo depoimento de Claudia, uma comparação do curso com a faculdade. Ela afirma que os conhecimentos e as práticas específicas para dar aula são aprendidos somente no Magistério.

Para finalizar as questões relacionadas às disciplinas, é interessante retomar como ocorreram as mudanças nas grades do curso tanto do Normal como do Magistério. Inicialmente, o curso Normal foi oferecido em dois ciclos. No primeiro ciclo, somente eram contempladas as disciplinas de formação geral, ficando somente para o último ano, as disciplinas de formação profissional: Pedagogia, Psicologia, Didática e Prática de Ensino. No segundo ciclo, entrava os Fundamentos da Educação logo nas séries iniciais. Em relação à Habilitação Específica para o Magistério (HEM), o currículo era dividido em Educação Geral e Educação Especial, que, segundo Tanuri (1979, p. 81),

este deveria apresentar um núcleo comum de formação geral, obrigatório em âmbito nacional – composto de disciplinas da área de comunicação e expressão, estudos sociais e ciências – e uma parte de formação especial. Esta, conforme explicita o Parecer CFE 349/72, seria constituída de fundamentos de educação (aspectos biológicos, psicológicos, sociológicos, históricos e filosóficos da educação), estrutura e funcionamento do ensino de 1º grau, bem como didática, incluindo prática de ensino.

Posteriormente, o currículo foi dividido em Núcleo Comum e Parte Diversificada e, por último, em Áreas de Conhecimento. Mesmo com as mudanças, sempre se contemplavam disciplinas de cunho geral e as específicas, para a formação do professor.

De maneira geral, os depoentes encontram na memória as lembranças que os acompanharam durante sua formação. Então relembram do curso, dos professores, das práticas em sala de aula, das diferentes maneiras de ensinar, das disciplinas e as influências que tiveram durante a escolha do curso, a formação e até mesmo em suas carreiras profissionais. O esforço em busca das lembranças foi muito positivo, pois alguns se emocionaram, outros relembraram fatos já esquecidos e uns ainda compararam o tempo passado com o tempo presente. O interessante é que a cada entrevista um relato ia complementando o outro e no final tornou-se praticamente uma história só. Ela compõe “A trajetória de Egressos do Curso de Magistério da Escola Estadual ‘Menodora Fialho de Figueiredo’”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa, confirmou-se o que sempre está presente na maioria das investigações: nenhum trabalho está pronto e acabado, pois, a cada descoberta, surgem novos questionamentos. Portanto, o que se apresenta aqui também não é um trabalho pronto e acabado. Muitos foram os questionamentos e as ideias, para a realização desta pesquisa, porém, novos conhecimentos foram adquiridos no decorrer de seu desenvolvimento.

A pesquisa sobre as trajetórias de formação docente dos egressos do Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo”, no período de 1970 a 2001, permitiu apontar algumas considerações sobre a gênese da formação de professores em Dourados, um histórico do Curso de Magistério da instituição pesquisada, as mudanças curriculares desse Curso, as formas de ingresso no Curso, as “marcas” deixadas pela formação docente proporcionadas na Escola.

Ao longo da pesquisa sobre as trajetórias de formação docente, foi possível constatar que a educação escolar já fazia parte das preocupações do grupo de pioneiros fundadores do então povoado de São João Batista de Dourados. Entre os pioneiros fundadores encontrava-se um grande número de professores, os quais iniciaram suas atividades lecionando nas casas das famílias, em suas próprias casas e também como professores itinerantes.

No que diz respeito às instituições de formação de professores, no sul do antigo Mato Grosso, região na qual Dourados pertencia antes do desmembramento de Mato Grosso, constatou-se que a instalação tardia de uma instituição de formação docente em Dourados esteve relacionada ao próprio estabelecimento tardio de uma Escola Normal no sul de Mato Grosso, ocorrido apenas nos anos de 1930. Em Dourados, verificou-se que o ensino responsável pela formação de professores primários só teve início na década de 1950, quando, então, o Instituto Educacional de Dourados, que funcionava no mesmo prédio da Escola Confessional Franciscana Patronato de Menores, instalou o primeiro Curso Normal na cidade, em 1959.

Ao analisar os dados sobre a história da formação de professores em Dourados, observou-se que as instituições que ofereciam, inicialmente, o Curso Normal pertenciam à iniciativa privada e de cunho religioso. Porém, somente na década de 1970 é que se instalou a primeira escola pública de formação de professores em Dourados, mais especificamente, a atual Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, em virtude das circunstâncias econômicas, sociais, culturais e políticas da época. A década de 1970 foi um período de

mudanças tanto na educação quanto na sociedade. As modificações socioeconômicas que aconteceram nesse período atingiram diretamente o modo de vida das pessoas, alterando não só a economia da época, como também as relações sociais, culturais e educacionais. Isso impulsionou transformações em consequência do impacto da penetração do capital industrial no campo, que promoveu a passagem da policultura para a monocultura, da pecuária extensiva para a semi-intensiva, liberando, via modernização do campo, forte contingente de mão de obra. Diante disso, novas relações de produção foram introduzidas no sul de Mato Grosso, no início dos anos de 1970, quando os governantes foram levados a se preocupar com aumento de vagas escolares. Afinal, uma boa parte da população rural passou a residir em áreas urbanas.

Essa escola foi construída com o objetivo de ser uma instituição de formação de professores e também um centro de aplicação da prática pedagógica, visto que foi oferecido juntamente com o Curso de Magistério, a Pré-Escola e o Curso Primário de Escolar 1ª a 4ª séries. No decorrer dos anos, a escola foi se consolidando e sua clientela foi aumentando gradativamente, pois, além de ser um centro de formação de professores, era também a segunda escola de 2º grau pública, instalada na cidade de Dourados, e, por esse motivo, teve uma grande contribuição na formação educacional nesse município.

No que diz respeito ao Curso de Magistério, este foi sendo oferecido gradativamente; no primeiro ano de implantação, havia somente uma turma, no período noturno. Essa característica confirma a necessidade de implantação de uma escola pública de formação de professores, para alunos trabalhadores, em um município em ascensão e ainda carente de professores primários. Convém lembrar que após esse primeiro ano de funcionamento do Curso na instituição, foi aumentando o número de turmas, chegando a ter até doze turmas de Magistério, sendo cinco de primeiro ano, três de segundo ano, duas de terceiro ano e duas de quarto ano, em dois turnos: matutino e noturno. No período vespertino, eram atendidas as turmas de 1ª a 4ª séries, onde os alunos do Magistério realizavam seus estágios supervisionados.

Quanto à origem dos professores formadores dessa instituição, um dado significativo surgiu em relação a eles, pois muitos eram oriundos dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, e os que não eram naturais desses Estados se formaram em faculdades paulistas. Em quase sua totalidade, o grupo de professores do Curso de Magistério da instituição tinha uma formação superior, apenas os professores de 1ª a 4ª séries só tinham o Curso Normal.

Uma questão relevante na pesquisa foi o número de professores primários e de Pré-Escolar, que se formaram na Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, durante os trinta anos de oferecimento do Curso de Magistério. A Escola “Menodora” formou aproximadamente 1.561 professores, dentre os quais 930 habilitados para atuar de 1ª a 4ª séries do 1º grau e 631 habilitados para atuar na Pré-Escola. Um grande número dentre esses profissionais estão atuando ou atuaram nas escolas do município de Dourados e região, e foi possível identificar aproximadamente 70 professores egressos do Curso de Magistério, que ainda estão atuando nas escolas na área urbana da cidade de Dourados.

No que se refere às trajetórias dos egressos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”, verifica-se que a maioria dos depoentes ingressaram no curso por influência familiar. A esse respeito, um dado significativo que surgiu foi o fato da influência do pai na escolha pelo curso. Apesar de ser um curso visto socialmente para o universo feminino, eram os pais que viam a importância de uma formação para suas filhas, e que as habilitasse para o trabalho. Outra influência considerável estava ligada aos professores, que com seus exemplos despertavam nos alunos o gosto pela profissão docente. Os depoentes afirmam que quando entraram no curso não sabiam se iriam seguir a carreira docente, mas, no decorrer da formação, foram identificando-se com as disciplinas, com os recursos didáticos e com as experiências dos professores e decidiram se tornar professores.

De um modo geral, convém ressaltar que o curso frequentado pelos egressos depoentes era o de Habilitação específica para o Magistério estabelecido pela Lei nº 5.692/1971, que visava à profissionalização do ensino secundário. As primeiras turmas tiveram a formação de três anos com habilitação para professores de 1ª a 4ª série, e as últimas, uma formação de quatro anos, habilitando também para a Pré-Escola.

Nas trajetórias desses egressos também foi possível observar “as marcas” deixadas pela formação docente, que estiveram presentes nas disciplinas, nas atividades práticas do curso, nas amizades e, principalmente, no que diz respeito aos professores. Entre as disciplinas, “as marcas” ocorreram, sobretudo, com relação às disciplinas de Prática de Ensino, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1ª Grau, Didática e Estágio Supervisionado. Nas memórias dos egressos, ficou evidente que foi o Estágio Supervisionado que os ensinou a dar aulas e ser professores. Ainda cumpre destacar que “as marcas” deixadas pelas disciplinas, na maioria das vezes, estavam associadas à figura do professor que as ministrava.

Outros egressos revelaram em entrevistas que “as marcas” deixadas em relação aos professores dizem respeito as suas práticas em sala de aula, ou seja, no saber fazer dos

professores do curso. Ainda foi possível identificar que os depoentes acreditavam que o Curso de Magistério era essencial para o exercício em sala de aula, pois as aulas práticas com recursos e manuseios de materiais preparavam o professor para dar aula.

As amígdas também deixaram as suas “marcas” do período da formação, por ser um grupo constituído em quase sua maioria por mulheres; as amígdas se tornam importantes, pois umas apoiavam as outras, um apoio que inclusive ajudava na permanência no curso. Essas amígdas não ficavam restritas apenas entre os alunos, mas se estendiam também para os professores, por causa da compreensão e até mesmo do companheirismo por parte de alguns professores.

Quanto ao ingresso na atividade profissional, a maioria dos depoentes iniciou na carreira ainda na época em que frequentavam o Curso de Magistério, sobretudo durante o período do Estágio, pois, nessa época, ainda havia uma necessidade de professores primários, em consequência do aumento significativo nas construções de escolas primárias, para atender a demanda de crianças em idade escolar no município de Dourados e região.

Espera-se que esta pesquisa possa contribuir para os estudos sobre a história da formação docente no Brasil, mais especificamente, a respeito dessa formação em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Dourados. Além disso, deseja-se que ela abra novos caminhos para os estudos em História da Educação, que possam servir futuramente para investigações relacionadas com a temática da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, V. *Historia oral: a experiência do CPOC*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1990. 197 p.
- ALMEIDA, J. S. *Mulher e educação a paixão pelo possível*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.
- ALVES, A. J. A “revisão de bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. *Caderno de Pesquisa*. São Paulo, n. 81, p. 53-60, maio 1992.
- AMADO, J.; FERREIRA, M. (Orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- ANDRADE, T. D. A família e a estruturação ocupacional do indivíduo. In: LEVENFUS, R. S. *Psicodinâmica da escolha profissional*. Porto Alegre: ArtMed, 1997. p. 123-134.
- BIASOTTO, W. V.; TETILA, J. L. C. *Movimento reivindicatório do Magistério Público Estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 a 1988*. Campo Grande: UFMS, 1991. 232 p.
- BITTENCOURT, C. M. F. *Ensino de história: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2004.
- BLOCH, M. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Local: Editora, 1994.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 11. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2004. 484 p.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 5.941, de 28 de outubro de 1943. Cria a Colônia Agrícola Nacional "Dourados", no Território Federal de Ponta Porã, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro. Seção 1, 30 out. 1943. p. 16115. (Publicação Original). Acervo do Centro de Documentação de Dourados. Dourados, MS: CDR/FCH/UFGD.
- BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (LDB/1961). Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 27 dez. 1961. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm>. Acesso em 18 mar. 2013
- _____. Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977. Cria o Estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. *Diário Oficial*, 12 out. 1977, p. 13729. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp31.htm>. Acesso em: 8 fev. 2013.
- _____. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial*, 12 ago. 1971. Retificada em: 18 ago. 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5692.htm>. Acesso em: 8 fev. 2013.
- _____. Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946. Promulga a Lei Orgânica do Ensino Normal. 1946. *Diário Oficial*, 4 jan. 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del8530.htm>. Acesso em: 8 fev. 2013.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 set. 2012.

CAMPESTRINI, H.; GUIMARÃES, A. V. *História de Mato Grosso do Sul*. 2. ed. Campo Grande: Gráfica e Papelaria Brasília, 1991.

CARVALHO, A. M. P. de; PEREZ, D. G. O saber e o saber fazer dos professores. In: CASTRO, A. D. de; CARVALHO, A. M. P. de (Orgs.). *Ensinar a ensinar: didática para a escola fundamental e média*. São Paulo: Pioneira, 2001. p. 107-121.

ESTULANO, M. A. da S. *Maria Aparecida da Silva Estulano: depoimento* [9 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

FÉLIX, L. O. *Memória e memória histórica: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

FERNANDES, M. D. E. Educação municipal e efetivação do direito à educação. Ensaio (Fundação Cesgranrio. Impresso), v. 19, p. 555-574, 2011.

FERREIRA, M. S. O Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá e a profissionalização docente em Mato Grosso. *Revista de Educação Pública*. Cuiabá: UFMT, v. 19, p. 145-161, 2010.

FREITAS, D. N. T.; FERNANDES, M. D. E. *Percursos e desafios da municipalização do ensino fundamental em Dourados, MS*. Goiânia, v. 29, n.1, p. 43-62, 2004

FREITAS, M. T. de A. (Org.). *Memória de professoras: história e histórias*. Juiz de Fora: UFJF, 2000.

GARCIA, D. de S. *Divanir de Santana Garcia: depoimento* [9 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

GATTI, B. A. *Diagnóstico, problematização e aspectos conceituais sobre a formação do magistério: subsídios para delineamento de políticas na área*. São Paulo: FCC/DPE, 1996.

GONÇALVES, C. L. PIMENTA, S. Garrido *Reverendo o ensino de 2º grau: propondo a formação de professores*. São Paulo: Cortez, 1992.

GOODSON, I. *A construção social do currículo*. Lisboa: Educa, 1997.

_____. *Currículo: teoria e história*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GRESSLER, L. A. *Dourados: 60 anos de emancipação: 1935-1995*. Dourados: Prefeitura Municipal de Dourados, 1995.

GRESSLER, L. A. SWENSSON, Lauro Joppert. *Aspectos históricos do povoamento e da colonização do estado de Mato Grosso do Sul: destaque especial ao município de Dourados*. Estado: Dourados, 1988.

GRESSLER, L. A.; VASCONCELOS, L. M. *Mato Grosso do Sul: aspectos históricos e geográficos*. Dourados: Editora, 2005.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

HILSDORF, M. L. S. *História da educação brasileira: leituras*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

LE GOFF, J. *História e memória*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, J. *História e memória*. 5ª. Ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003,

LELIS, I. A. O. M. *A polissemia do magistério: entre mitos e histórias*. 1996. 123 f. Tese (Doutorado em Educação)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996. v. 1.

LIMA, C. de O. *Claudia de Oliveira Lima: depoimento [22 maio 2012]*. Entrevistador: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

LIMA, M. P. B. *Educação pública sul-mato-grossense: memória, política e gestão*. [s.l.: s.n.], 2009.

LÔBO, E. da S. *Elza da Silva Lôbo: depoimento [3 maio 2012]*. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

LUCENA, G. C. de. *Generoza Cortez de Lucena: depoimento [14 ago. 2012]*. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

LUNA, L.; ALVES, R. *Dourados: história e geografia*. 4. ed. Local: Editora, 2007.

MAÇANEIRO, N.T. *O professor e sua profissionalidade docente: investigando os sentidos possíveis*. Itajaí, 2006. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2006.

MANCINI, A. P. G.; SARAH, M. C.; SILVA, P. N. O. O trabalho didático das normalistas do Instituto Educacional Dourados: 1959-1969. JORNADA DO HISTEDBR, 7., 2007, Campo Grande. *Anais...* Campo Grande: UNIDERP, 2007. p. 5-177. v. 1.

MANOEL, A. de M. *Auria de Matos Manoel: depoimento [15 ago. 2012]*. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

MARQUES, M. O. *A formação do profissional da educação*. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 1992.

MATO GROSSO. Decreto nº 2.059, de 12 de junho de 1974. Ementa. *Diário Oficial*, Cuiabá, 20 jun. 1974, n. 16.614.

_____. Decreto nº 616, de 20 de janeiro de 1923. Ementa. Local, 1923.

MEIHY, J. C. S. B. Definindo história oral e memória. *Cadernos CERU*, São Paulo, v. 5, n.2, p. 52-60, 1994.

_____. *Manual de história oral*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

- MENDES, G. C. F. *Conhecendo Mato Grosso do Sul*. São Paulo: Ática, 1997.
- MONTENEGRO, A. T. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994.
- MOREIRA, D. *Trajetórias de formação e profissionalização de egressos do CEFAM de São Miguel Paulista*. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- NAGLE, J. *Educação e sociedade na primeira República*. São Paulo: DP&A, 2001.
- NÓVOA, A. Formação de professores e formação docente. In: _____. *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992. p. 15-33.
- OLIVEIRA, C. M. de. *Clara Mariza de Oliveira: depoimento* [03 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.
- OLIVEIRA, I. C. de. *Izabel Cristina de Oliveira: depoimento* [11 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.
- OLIVEIRA, T. de J. da S. N. *Terezinha de Jesus da Silva Neto Oliveira: depoimento* [9 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.
- PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. In: _____. *Saberes pedagógicos e atividade docente*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PORTES, E. A. *Trajetórias escolares e vida acadêmica do estudante pobre da UFMG: um estudo a partir de cinco casos*. Belo Horizonte, 2001. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.
- REIS, C. de A. dos. *Cleocimar de Araújo dos Reis: depoimento* [3 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.
- REVISTA “Os 50 anos dourados da capital econômica de Mato Grosso do Sul”. Dourados: [s.n.], 1985. p. 2.
- RODRIGUEZ, M. V.; OLIVEIRA, R. T. C. A escola normal no sul do estado de Mato Grosso (1930-1950). In: FERRO, O. M. dos R. (Org.). *Educação em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul 1796-2006: história, historiografia, instituições escolares e fontes*. Campo Grande: UFMS, 2009. p. 99-127. v. 1.
- SÁ ROSA, M. da G. *Memória da cultura e da educação em Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UFMS, 1990.
- SANTOS, S. L. M. *Sonia Lopes Medeiro Santos: depoimento* [5 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.
- SARAT, M.; SANTOS, R. dos. História oral como fonte: apontamentos metodológicos e técnicos da pesquisa. In: FABIANO, L. H. (Org.). *Fontes e métodos em história da educação*. Dourados: EDUFGD, 2010. p. 49-78. v. 1.
- SCHIMIDT, M. A.; CAINELLI, M. *Ensinar história*. São Paulo: Scipione, 2004.

SHIBATA, H. *Da casa de pau-a-pique aos filhos doutores: trajetórias escolares de gerações de descendentes japoneses (dos anos 1950 aos anos 1990)*. 2009. Tese (Doutorado em Educação)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SILVA, A. L. M. da. *Ana Lúcia Medeiros da Silva: depoimento* [9 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

SILVA, E. F. de S. *Escola Normal de Cuiabá: história da formação de professores em Mato Grosso (1910-1916)*. Cuiabá: EdUFMT, 2006.

SILVA, E. C. da. *Elaine Cristina da Silva: depoimento* [2 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

SILVA, N. F.da. *Nilson Francisco da Silva: depoimento* [9 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

SIMIÃO, R. A. V. *O processo de profissionalização em Mato Grosso (1930-1960)*. Cuiabá, MT: Central e Texto: EdUFMT, 2006.

SOARES, D. H. P *A escolha profissional: do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus, 2002.

TANURI, L. M. *Ensino Normal no Estado de São Paulo: 1890-1930*. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, 1979.

_____. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

TRENTINI, M.; PAIM, L. *Pesquisa em enfermagem: uma modalidade convergente assistencial*. Florianópolis: UFSC, 1999. 162 p.

VIANNA, L. C. R. e /ou Vianna Letícia. Patrimônio Imaterial: Novas Leis para preservar...o quê?. In: *Cultura popular e educação / Organização René Marc da Costa Silva*. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2008. p. 119 - 123. Disponível em: <http://tvbrasil.org.br/saltoparaofuturo/imagens/livros/livro_salto_cultura_popular_e_educacao.pdf> . Acesso em 29 mar. 2013.

VICENTINI, P. P.; LUGLI, R. S. G. *A história do movimento docente em São Paulo nos anos 30: o ambíguo sacerdote dos humildes obreiros da alfabetização*. In: CONGRESSO DE ESTUDIOS SOBRE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, 8., 1997, Talca. Talca: Universidad de Talca, 1997.

VIDAL, D. G. No interior a sala de aula: ensaio sobre cultura e prática escolares. *Currículo sem fronteira*, v. 9, n. 1, jan./jun. 2009.

_____. *O exercício disciplinado do olhar: livros, leituras e práticas de formação docente no Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1937)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

WOLF, Z. V. *Zaira Viegas Wolf: depoimento* [2 maio 2012]. Entrevistadora: Maria do Carmo Campos da Silva Silva. Dourados, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para entrevista semiestruturada.**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

Prezado(a) Professor(a)

Meu nome é Maria do Carmo Campos da Silva Silva, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela Universidade Federal da Grande Dourados-UFGD, atualmente Coordenadora Pedagógica na Rede Estadual e Assessora Escolar na Rede Municipal de Ensino, no município de Dourados/MS. Gostaria de sua colaboração, cedendo uma entrevista de pesquisa, que tem por objetivo constituir o universo dos professores que tiveram a formação inicial para a carreira docente, no curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo”.

Constituído este universo, prosseguirei com a pesquisa buscando a trajetória dos egressos deste curso, por meio de depoimentos orais, objetivando construir assim a trajetória profissional e de formação dos alunos do Magistério de 1ª a 4ª série da primeira escola pública de formação de professores no município de Dourados, no período de 1970 a 2000. Enfatizo que os dados pessoais solicitados não serão repassados para terceiros, sendo utilizados somente para fins acadêmicos.

Dados Pessoais

Nome: _____

Município: _____

Telefone paracontato: _____

E-mail: _____

Dia e horário para a entrevista _____

Horário: Início: _____ Término: _____

Local: _____ Data: _____

Roteiro das questões:

Você cursou o Ensino Fundamental (Primeiro Grau) em:

* Escola Municipal

* Escola Estadual

* Escola Particular

* Escola Confessional ou Religiosa

Você se enquadra em que faixa etária?

Entre 25 e 35; 36 e 45; 46 e 55 ou mais de 56.

Comente um pouco sobre você (de onde é, sua formação, experiência profissional);

O que levou a cursar o Magistério?

O que marcou no período do curso?

Como você se tornou professor?

Como tem sido sua experiência como docente?

Quais as mudanças significativas no campo educacional?

Como era a educação no início da carreira e atualmente?

O que você classifica como mais importante na sua trajetória de formação e profissional?

APÊNDICE B - Termo de Expressão de Consentimento Livre e Esclarecido.**TERMO DE EXPRESSÃO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****Instituição:** UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

PPGEdu/UFGD/FAED: Mestrado em Educação. Linha de História Memória e Sociedade.

Identificação do Pesquisador: Maria do Carmo Campos da Silva Silva, brasileira, casada, residente a Rua Ponta Grossa Nº 3591 Vila Índio, Dourados/MS CEP 79831-30, portadora do RG 335613 SSP/MS expedida em 16/07/1991 e CPF 313.262.181.15. *E-mail:* mcarosilva2@yahoo.com.br**Identificação da Atividade:** Realização de entrevistas somente com áudio com egressos do Curso de Magistério da Escola Estadual “Menodora Fialho de Figueiredo” em forma de depoimento semiestruturado, narrando sua trajetória de formação.**Identificação do depoente:**

Nome completo: _____

Estado civil: _____

Data e local de nascimento: _____

RG _____ SSP/____ Data de expedição _____

CPF _____

Endereço

Rua: _____ Nº _____

Bairro: _____

Cidade: _____ Estado _____

CEP _____ Fone _____

E-mail _____

Eu, _____ Professor(a) _____

declaro para os devidos fins que cedo voluntariamente os direitos de minha entrevista, gravada somente em áudio, para Maria do Carmo Campos da Silva Silva, natural de Dourados, brasileira, casada, residente à Rua Ponta Grossa, nº 3591, Bairro Vila Índio, CEP 79831.030, portadora da Carteira de Identidade nº. 335.613, expedida pela SSP/MS, CPF 313.262.181.15, mestranda em Educação pela UFGD, para ser usada integralmente ou mesma

para partes, para registros escritos, sem restrições de identificação, prazos citações, desde a presente data.

Esclareço que a entrevista fará parte da Dissertação de Mestrado intitulada “**Trajetórias de Formação de Egressos do Curso de Magistério da Escola “Menodora Fialho de Figueiredo” de Dourados (1971-2001)**”, e a mesma será publicada após a finalização da Dissertação, para fins de pesquisa acadêmica. Sou inteiramente responsável pelos dados e informações repassado pela entrevistada, usando com ética, responsabilidade e sigilo o material ao qual foi me disponibilizado para realização da pesquisa.

Não posso deixar de agradecer pela disponibilidade de seu precioso, tempo para me atender, e relatar sua trajetória de formação, com entusiasmo e perfeitas lembranças de fatos tão importantes e marcantes na trajetória de formação. Convém lembrar que lhe será disponibilizada uma transcrição da entrevista para os devidos apontamentos e confirmação de seu uso para conclusão da Dissertação de Mestrado de acordo com o objeto pesquisado.

Nestes termos

Peço deferimento

Local: _____ - Data: _____

Maria do Carmo Campos da Silva Silva

Testemunha

ANEXO

ANEXO A – Entrevistas dos professores.

Envelope contendo as entrevistas transcritas e gravadas em CD